Vera Lúcia Santos Abrão

A PECUÁRIA EM CORUMBÁ

(UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA NATUREZA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO NO PANTANAL)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernando Gonçalves Seabra

SÃO PAULO
1983

T
ABRÃO, V. L. S.

VERA LÚCIA SANTOS ABRÃO

A PECUÁRIA EM CORUMBÁ

(UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA NATUREZA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO NO PANTANAL)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ORIENTADOR
Prof.Dr.Manoel Fernando Gonçalves Seabra

SÃO PAULO

1983

À Maíra e Pedro,
meus filhos.

ÍNDICE

PÁGINAS

AGRADECIMENTOS II

INTRODUÇÃO III

CAPÍTULO I

A PECUÁRIA EM CORUMBÁ: HISTÓRICO 1

CAPÍTULO II

A PROPRIEDADE E A ATIVIDADE CRIATÓRIA NO PANTANAL . . 17

1. Considerações Gerais sobre a utilização do Solo . . 17
2. O Sistema de Criação 27
3. Relações de Trabalho 38
4. O Escoamento do Gado 48

CAPÍTULO III

A NATUREZA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO ESPAÇO PANTANEIRO 57

1. Introdução 57
2. O "Latifúndio" em Corumbá 66

BIBLIOGRAFIA 106

ANEXOS:

1)- Relação Provisória de Empresas Ligadas Diretamente ao Capital financeiro que se implantaram em Mato Grosso entre 1891 e 1929 110

2)- Estatísticas Cadastrais/1. Quadros de nºs 01 a 23 112

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Manoel Fernando Gonçalves Seabra, pela orientação recebida. Com ele tive a oportunidade de aprender que o trabalho de dissertação não se confunde (pelo menos não deve) com esquemas estereotipados e mecânicos para atendimento de formalidades. Para além do cumprimento das exigências formais, estes anos de convívio com meu orientador, marcaram a permanente busca de construção e reconstrução de princípios que afetam não apenas a Geografia, mas principalmente a realidade com um todo.

Aos amigos, Zé, Odette, Gipe, Cidoca, Mariano, Lu, Gilberto, Káti, os quais, nesta saudável "roda viva" de definições e redefinições tiveram participação marcante nos aspectos particulares do meu trabalho e, para além disso, a busca de um ponto comum: a superação da aparência pela compreensão das leis que regem o real na sua totalidade.

Ao Zé, meu leal companheiro, pelo apoio e dedicação, além das críticas e estímulo recebidos.

As professoras Áurea Rita de Ávila e Káti Eliana C. Uetanabaro, da UFMS, pela paciência e interesse demonstrados durante as correções do trabalho.

À aluna e amiga Rosa Helena S. Brianezi, pela disponibilidade na elaboração de tabelas e correção dos quadros.

Ao Sr. Ovidio de Freitas pelo trabalho de datilografia.

Aos colegas do Departamento de Ciências do Centro Universitário de Dourados - UFMS, pelo estímulo recebido.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pelo afastamento concedido com todos os direitos para, em tempo integral, dedicar-me ao curso.

A todos devo os acertos, pois as falhas ficam por conta de minha iniciação ao trabalho científico.

I N T R O D U Ç Ã O

O importante da ciência não é apenas compreender as leis do mundo objetivo para estar em condições de interpretá-lo, mas em aplicar o conhecimento dessas leis para transformá-lo ativamente[1].

A Geografia é uma ciência humana, cujo objeto de estudo e explicar na atualidade, as relações do homem e o espaço, mas um espaço que é social, ou ainda, é sócio-econômico.

E é dentro desta concepção "transformadora da ciência" que procuraremos desenvolver nosso trabalho, isto é, que procuraremos analisar a pecuária em Corumbá, não como um fenômeno isolado, mas concebendo-o como a manifestação particular da universalidade.

A pecuária no Pantanal, particularmente no município de Corumbá, se desenvolve a partir de uma relação homem-meio, mas uma relação concreta, cuja manifestação podemos observar na maneira como aquele espaço se organiza e se transforma. E esta relação pode ser observada no desenvolvimento do processo histórico manifesto em Corumbá.

À medida que a sociedade se transforma, que o Capitalismo se desenvolve, manifestam-se paralelamente alterações nesta relação e conseqüentemente se altera a organização do espaço.

Com base nestas reflexões, partimos do princípio de que para atendermos o objeto de estudo da Geografia, isto é, a compreensão do espaço e da sua organização, é que devemos

---

(1) TSE TUNG, Mao - "Sobre la Practica", in *Obras Escogidas de Mao Tse Tung*, tomo I, Ed.Fundamentos, Madrid, 1974.

encará-lo como a "materialidade" do processo de trabalho. Os homens, ao se organizarem para a produção, produzem ao mesmo tempo o espaço.

Por isso, para que possamos compreender o espaço neste sentido, partiremos para, de início, fazermos uma análise histórica do município de Corumbá e como as transformações histórico-econômicas que se processam no mundo e particularmente no Brasil se manifestam.

Esta discussão será o objeto do primeiro capítulo de nosso trabalho, que estará completamente baseado ou sustentado num trabalho inédito: MATO GROSSO E A HISTÓRIA: 1870-1928. (Ensaio Preliminar) de Gilberto Luiz Alves.

O desenvolvimento do tema proposto em nosso trabalho dependeu em grande parte de levantamentos, o que nos faz ressaltar a importância da Estatística para a sua consecução. Não se trata de fazer dela um procedimento especial de raciocínio mas, no dizer de Álvaro Vieira Pinto,

> "[...] uma técnica que utiliza, em condições e proporções variáveis, os procedimentos fundamentais da indução e da dedução."[2]

E ainda:

> "[...] A diferença fundamental entre a verdade dos processos indutivos e dedutivos, e a que se alcança com os métodos estatísticos, está em que, no primeiro caso, o critério de verdade é a prática social, a coincidência do pensamento com a experiência, da idéia com o fato, em condições rigorosas e precisamente determinadas. No segundo, o critério de verdade é a ordem formal, resulta do correto cumprimento das operações que levam a um resultado aproximativo, expresso numa curva de probabili-

---

(2) PINTO, Álvaro Vieira - *Ciência e Existência*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969, p. 415.

> dade ou num valor médio atribuível a certa qualidade de um coletivo."[3]

É partindo de que "[...] é preciso refletir para medir e não medir para refletir"[4], é que nos preocupamos com o levantamento de informações que nos auxiliará na análise de nosso problema. Os dados obtidos serão analisados no capítulo segundo.

A descrição e análise dos dados nos dará subsídios para a discussão da natureza das relações de produção, que se manifestam na produção da pecuária de corte no Pantanal e especificamente em Corumbá.

Procuraremos levantar sobre o desenvolvimento da pecuária nas diferentes regiões brasileiras, onde esta significativa importância, destacando o desenvolvimento "não linear", desigual da relação forças produtivas/processo de trabalho. É o que objetivamos desenvolver no capítulo terceiro.

****

(3) PINTO, Álvaro Vieira - *Ciência e Existência*, op. cit., p. 417.

(4) LIPIETZ, Alaim. O Capital e seu Espaço, François Maspero, Paris, (trad.) - p. 2.

CAPÍTULO I

A PECUÁRIA EM CORUMBÁ: HISTÓRICO.

Corumbá, vasto município com 62.561 km², é uma área de povoamento muito antigo. No processo de ocupação do Pantanal, foram estabelecidas numerosas fortificações, com o objetivo de concretizar a fixação do homem naquela área. Corumbá desempenha então, um papel relevante, pois até a sua fundação em 1778 as sesmarias concedidas desde 1727 não conseguiram efetivar sua ocupação, dado os numerosos ataques indígenas.

Desde o início de sua ocupação, o Pantanal do município de Corumbá caracterizou-se por grandes propriedades, a exemplo da Fazenda Firme, entre os rios Taquari, Paraguai e Negro, com posse legitimada em 27/06/1899 e com 176.853 hectares. (fig. 1)

Segundo Orlando Valverde,

> "[...] as sesmarias do Pantanal tinham em regra uma légua de frente por três de fundo, o que representava um domínio de 13.068 hectares. Em regra, mais de uma para cada fazendeiro."[1]

Estas propriedades do Pantanal apresentavam dimensões superiores àquelas localizadas nas áreas serranas ou do planalto no Mato Grosso, onde mediam em média entre 1.000 e 3.000 hectares. Essa superioridade, conforme Virgilio Correia Filho, serviria para compensar a área do Pantanal que durante as cheias ficava sob as águas. Orlando Valverde questiona tal justificativa, uma vez que mesmo no período das maiores enchen

---

(1) VALVERDE, Orlando - "Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do Município de Corumbá". in *Revista Brasileira de Geografia* (separata), Rio de Janeiro, 34(1): 49-144, jan./mar. 1972, p. 106.

EVOLUÇÃO FUNDIÁRIA
DO DISTRITO DE NHECOLÂNDIA,
NO ÚLTIMO SÉCULO

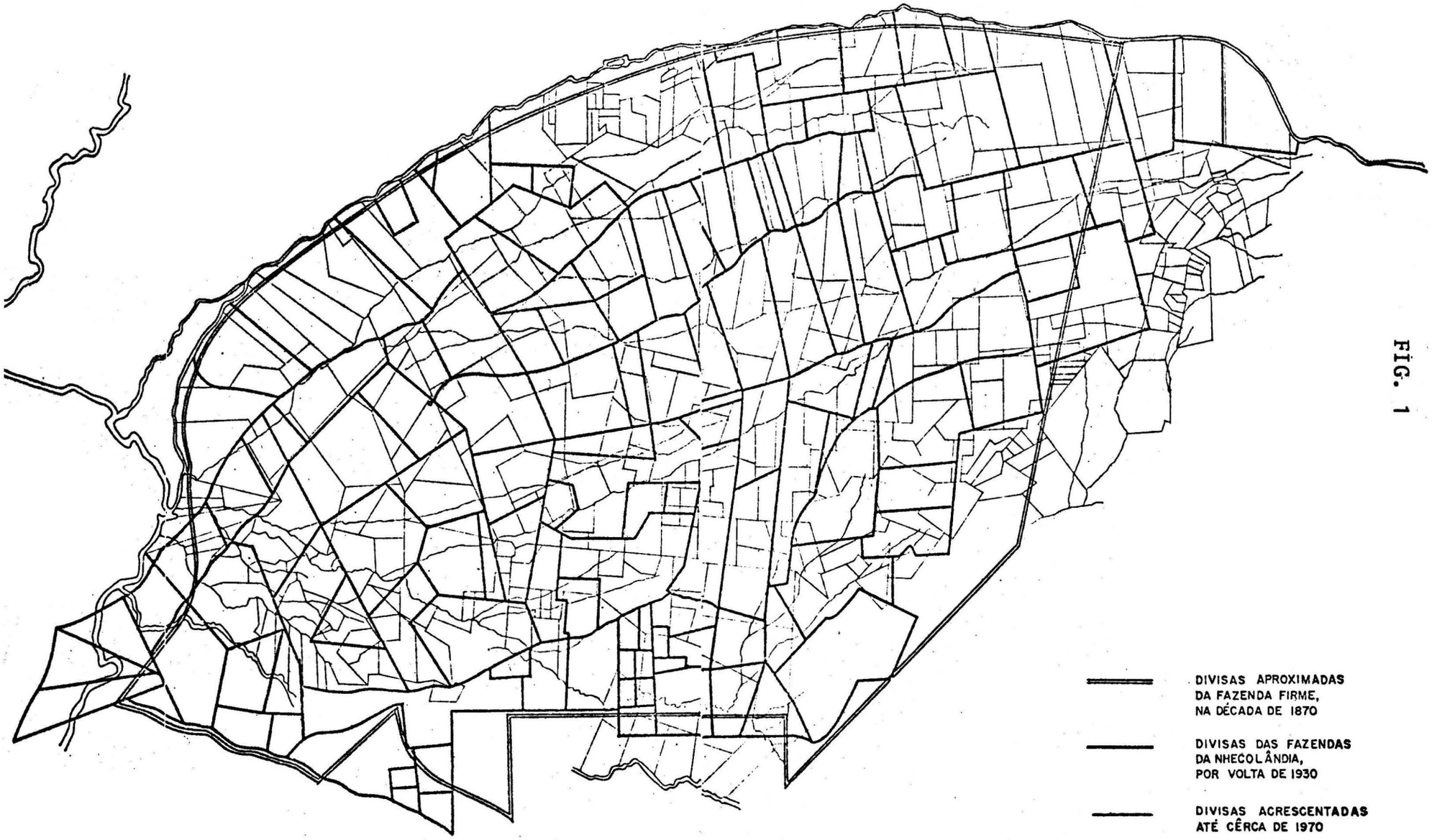


FIG. 1

FONTE: VALVERDE, Orlando - "Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do Município de Corumbá" in Revista Brasileira de Geografia (Separata) Rio de Janeiro 34(1):49-144.jan/mar.1972

tes, área inferior a dois terços do Pantanal fica sob as águas, e ainda seus pastos brutos comportam um número maior de reses que os do Planalto[2].

E o próprio Orlando Valverde lembra que:

> "Os latifúndios do Pantanal surgiram ... em primeiro lugar, por uma tradição latifundiária, que não é só brasileira, mas latino-americana, remontando às origens ibéricas. Por outra parte, a concessão de sesmarias colossais estava de acordo com os objetivos do governo. Já que a soberania política se baseava no princípio *uti - possidetis*, convinha entregar a cada um áreas imensas como fundamento para a dilatação das fronteiras no espaço vazio. É preciso ter sempre em mente que os próprios membros do governo eram também latifundiários."[3]

Até a Guerra do Paraguai, as fazendas do Pantanal eram enormes em áreas, mas primitivas, vivendo numa economia quase totalmente fechada. Não se verificava aí investimentos de capitais, o gado era criado pelo sistema do livre pastoreio, em pastagem naturais e as divisas das propriedades eram os cursos d'água.

A Guerra do Paraguai (1864-70) foi uma crise que devastou o Pantanal. Em 1865, com a rendição de Corumbá às tropas paraguaias, o meio rural foi abandonado pelos fazendeiros que fugiram com suas famílias para Cuiabá. Em 13 de junho de 1867, Corumbá é retomada e com o final da guerra em 1870, nova onda de povoamento se processa.

À medida que vai se intensificando a descendência dos antigos pioneiros, conforme Orlando Valverde, a manutenção da propriedade em poder de cada família torna-se um pro-

---

(2) VALVERDE, Orlando - op. cit., p. 106

(3) Idem, Ibidem, p. 106.

blema complexo que deu margem a diversas soluções, como a exploração em condomínio, fracionamento em fazendas e por partilha sucessória, como é o caso da Fazenda Firme na Nhecolândia (fig. 1).

A Guerra do Paraguai veio consolidar o domínio imperialista inglês sobre a Argentina e Uruguai, estendendo-o agora também sobre o Paraguai. A circulação de mercadorias inglesas na Bacia do Prata ultrapassa as fronteiras do Paraguai atingindo o interior de Mato Grosso, fixando uma nova rota fluvial do comércio, gerando um custo menor de transporte e conseqüentemente um barateamento das mercadorias. Com isso, facilita-se o acesso à província mato-grossense, feito até então pelo dificultoso caminho terrestre de Goiás, superando-se também o seu comércio lento e reduzido.

A vida econômica da Província passa a se desenvolver em torno das regiões ribeirinhas. O escoamento de mercadorias foi facilitado pela navegação fluvial bem como a importação de mercadorias indispensáveis à subsistência e à cultura ou transformação dos produtos regionais, transformando-se Mato Grosso num bom negócio para investimentos e no que as casas comerciais tiveram papel importante.

No final do século XIX e começo do século XX, as casas comerciais eram em Mato Grosso a manifestação da concentração de Capital:

> "A casa comercial, durante todo o período manufatureiro é o centro nervoso da economia das colonias e dos países recém-independentes. Ela corresponde ao instrumento indispensável à acumulação do capital industrial, basicamente inglês, pois importa e distribui suas mercadorias. Vai mais além a casa comercial, pois importa, complementarmente, os demais produtos de que necessita o consumidor, e monopoliza a exportação de grande parte,

ou da totalidade dos produtos locais."[4]

A economia de exportação em Mato Grosso é ainda bastante limitada durante os últimos trinta anos do século XIX. A borracha só ganha maior importância no final do século XIX e a produção do açúcar está mais voltada para o consumo interno. O gado, além de Minas Gerais e São Paulo era em pequena escala comercializado com o Paraguai e os demais produtos regionais não ultrapassavam os limites da Bacia do Prata.

A casa comercial também exercia o monopólio sobre a navegação que se processava no rio Paraguai e seus tributários. Este monopólio geraria a dependência do produtor em relação à casa comercial, não só no que diz respeito ao escoamento da produção regional, mas também quanto ao abastecimento de produtos para a subsistência e de produção e transformação de mercadorias regionais, isto é, o monopólio da navegação significava também monopólio de importação e exportação.

O monopólio sobre a importação e exportação torna necessário o funcionamento da mesma como agente de crédito, como lembra Alves:

> "Também se insinua claramente, neste momento em que a casa comercial é a principal incentivadora da diversificação da produção matogrossense a presença de um novo mecanismo que passa a mediar as relações entre comerciantes e produtores: o crédito, passando esta a funcionar como banco."[5]

No final do século XIX, a casa comercial passa a intervir diretamente na produção. Esse desempenho é favorecido

---

(4) ALVES, Gilberto Luiz - "Mato Grosso e a História: 1870-1929 (Ensaio Preliminar) datilografado. S.Carlos, 1980, inédito, pp. 7-8.

(5) Idem, Ibidem, p. 23.

por algumas condições, como a descentralização da política de terras que passa para a competência do Estado, após a Proclamação da República. A partir daí, a burguesia mato-grossense intervirá na regulamentação da venda, arrendamento e doação de terras. Desenvolve-se, a partir de então, um processo de concentração da propriedade rural. Enquanto que se estabeleciam limites para a doação de terras; a compra e arrendamento incidiam sobre enormes áreas. Temos como exemplo, os ervais do sul, cuja exploração era monopolizada pela Companhia Mate Laranjeira, ligada ao Banco Rio e Mato Grosso.

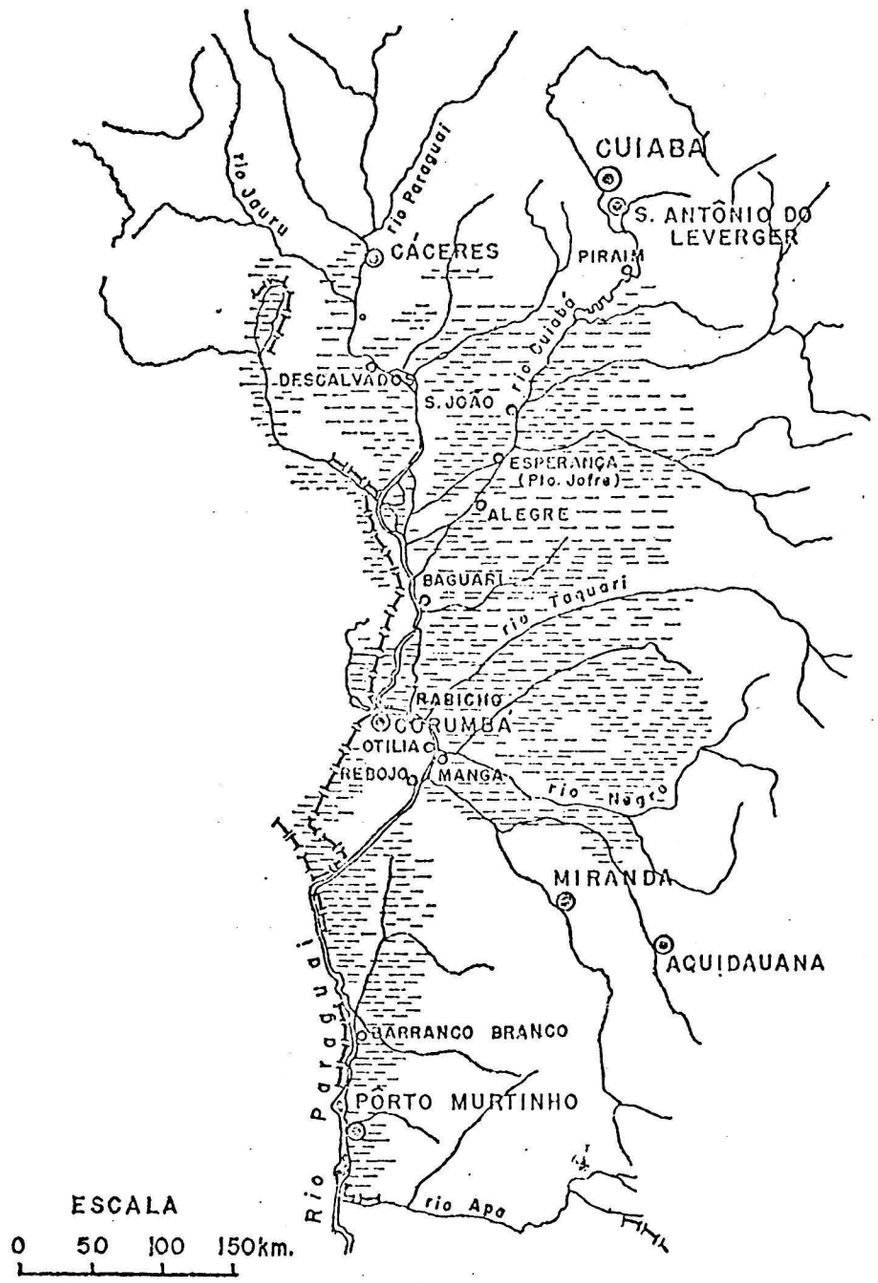
Além dos ervais, as casas comerciais atiram-se também ao controle dos seringais mais ao norte do Estado, e começam também a comprar fazendas para o desenvolvimento da produção pecuária, atividade desenvolvida lá, extensivamente e em grandes latifúndios.

---ooo---

Após a retomada de Corumbá e o fim da Guerra do Paraguai, capitais estrangeiros, sobretudo platinos penetraram em massa no Pantanal, apropriando-se de terras e instalando charqueadas. (fig. 2). Entre várias empresas que penetraram em Mato Grosso (anexo 1), as que estão ligadas mais diretamente a Corumbá e à pecuária temos: *Brazil Land, Cattle and Packing Co.*, com propriedade em Cáceres, Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, com 2.553.205 hectares, destinados à pecuária, instalando-se no Pantanal desde a passagem do século; *Fomento Argentino Sud-Americano*, com 726.077 hectares, em Corumbá com diversas atividades; *Territorial Franco-Brasileira*, com 414.803 hectares em Miranda e Corumbá destinados à Pecuária; *Sociedade Anonyma Rio Branco*, com 549.156 hectares em Corumbá, volta

FIG. 2

Charqueadas existentes neste século, no Pantanal de Mato Grosso, até a década de 1920



FONTE: VALVERDE, Orlando - "Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do Município de Corumbá" in *Revista Brasileira de Geografia* - (Separata), Rio de Janeiro, 34(1) jan/mar.- 1972.

dos para a produção e comercialização de produtos agropecuários.

A ação das empresas diretamente ligadas ao capital financeiro, passa a eliminar a mediação da casa comercial, movendo ainda um manifesto processo de concentração fundiária e da produção, o que pode ser exemplificado pelo abate bovino realizado nos saladeiros:

NÚMERO DE REZES ABATIDAS NOS SALADEIROS DE MATO GROSSO, 1918 - 1919

S A L A D E I R O S	1918		1919	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
G.C.DICKINSON (total)	4.755	29,1	18.378	45,9
1. Saladeiro Baguary (Corumbá)	235	1,4	1.671	4,1
2. Saladeiro Rebojo (Corumbá)	860	5,3	7.277	18,2
3. Saladeiro Miranda (Miranda)	3.658	22,4	9.430	23,6
SOCIEDADE ANONYMA RIO BRANCO				
4. Saladeiro Barranco Branco (Corumbá)				
BRAZIL, LAND, CATTLE AND PACKING CO.				
5. Saladeiro Descalvados (Cáceres)	2.223	13,5	2.858	7,1
PINSDORF & CIA.				
6. Pinsdorf & Cia.				
MOALI & GROSSO LEDESMA				
7. Saladeiro Matto Grosso (Porto Murtinho)	1.941	11,8	10.364	25,9
OUTROS (total)	7.449	45,6	8.473	21,1
8. Saladeiro Curvo & Irmãos (Capital)	1.414	8,6	4.101	10,2
9. Saladeiro São João (Poconé)	4.884	30,0	4.372	10,9
10. Saladeiro Alegre (Corumbá)	1.151	7,0		
11. Saladeiro São Miguel (Poconé)				
12. Saladeiro Serrinha (Três Lagoas)				
T O T A L	16.368	100,0	40.073	100,0

FONTE: ALVES, Gilberto Luiz: *Mato Grosso e a História: 1870-1929*. (Ensaio Preliminar) S.Carlos, 1980 (inédito).

O período acima focalizado corresponde a uma fase em que se dá o aumento da demanda de carne e conseqüentemente da expansão da indústria de transformação desse produto, como reflexo da Primeira Guerra Mundial. Este fato despertará interesses platinos e ingleses, objetivando a implantação de saladeiros e charqueadas.

As condições naturais do Pantanal, sem a menor sombra de dúvida, favoreceram o desenvolvimento da pecuária. Como afirma Maurício Coelho Vieira:

> "as condições naturais são as responsáveis pelo tipo de economia aí dominante"[6];

ou ainda como diz Orlando Valverde:

> "a história do povoamento do Pantanal de Mato Grosso e do município de Corumbá, em particular, está obviamente relacionada às condições do meio físico - relação que sempre existe em qualquer marcha de povoamento; mas não há entre este e aquela uma relação de causa e efeito, como pretendem descobrir os seguidores do determinismo geográfico da escola de Ratzel e de Helen Semple."[7]

Mas, se não podemos deixar de considerar o meio físico num estudo da economia do Pantanal, particularmente a pecuária, não podemos negligenciar antes de mais nada, a posição de Mato Grosso no contexto do mercado.

Mato Grosso, durante todo o século XIX e início do século XX, ocupou uma posição modesta e tímida em relação ao mercado; posição esta definida em grande parte por sua localização e dificuldades de acesso. Essa situação começa a se transformar após a Guerra do Paraguai, como já falamos anteriormen

---

(6) VIEIRA, Maurício Coelho - "A Pecuária" in *Grande Região Centro-Oeste*. Vol. II, Série A, Rio de Janeiro, CNG, 1960, p. 189.

(7) VALVERDE, Orlando - op.cit., p. 46.

te. O comércio antes pequeno com São Paulo, Minas Gerais e Paraguai, além do local, estende-se agora aos demais países platinos.

Assim, aspecto importante na explicação do desenvolvimento da pecuária no Mato Grosso, e particularmente no Pantanal, é a divisão regional do trabalho:

> "O imperialismo (sic) impôs uma divisão regional do trabalho, que estrangularia o incipiente processo de diversificação da produção, iniciado em Mato Grosso após a Guerra do Paraguai" [...][8].

Após a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a Porto Esperança, em 1914, a vinculação mais estreita da região ao sudeste, fortaleceria ainda mais a sua especialização:

> "A divisão regional do trabalho a nível de Brasil não privilegiaria o desenvolvimento industrial de Mato Grosso. Determina-se que sua 'vocação natural' seria a pecuária, como parte de uma estratégia de produção de alimentos para o abastecimento dos centros econômicos mais dinâmicos do centro-sul do país."[9]

Observando-se a divisão regional do trabalho, ficou reservado a Mato Grosso a exportação do gado em pé para que fosse abatido nos matadouros industriais paulistas. As charqueadas competiriam com esses matadouros diminuindo o volume de exportação do gado em pé.

Voltemos por um momento a nossa atenção para os países platinos. Implantam-se ali também frigoríficos representantes do capital monopolista e, com isso, a indústria do charque, que atingira seu apogeu entre 1895 e 1902, entra em de-

---

(8) ALVES, Gilberto Luiz - op. cit., p. 46.

(9) Idem, Ibidem, p. 48.

cadência, principalmente se levarmos em consideração a maior taxa de lucro propiciada aos produtores em função de uma melhor técnica de frigorificação e o conseqüente melhor aproveitamento da carne e dos demais subprodutos do gado.

A diminuição da produção saladeiril na Bacia Platina, inclusive no pampa gaúcho, criando obstáculos ao abastecimento dos centros consumidores dos mercados tradicionalmente servidos pela Bacia Platina e dos centros consumidores do Norte, Nordeste e Centro-Sul do Brasil, é que possibilitou a brecha para penetração da indústria do charque mato-grossense, na passagem do século XIX para o XX.

Ao contrário do rebanho platino, conhecido já pela sua superior qualidade, o rebanho mato-grossense caracterizava-se por sua inferior qualidade, por sua pequena quantidade de carne, adequada a um aproveitamento mais lucrativo nos saladeiros e charqueadas. Além disso, com a Primeira Guerra Mundial intensifica-se a demanda de alimentos.

Os grupos monopolistas que exploravam a indústria do charque tinham sua sede em Montevideo ou Buenos Aires.

> "Os capitalistas platinos, ligados aos interesses ingleses, organizaram a economia pastoril dessa grande região (Bacia do Prata) independentemente de fronteiras políticas"

e se tornaram profundos conhecedores da pecuária[10].

Alves, considerando correta a análise de Valverde, lembra todavia a sua unilateralidade, uma vez que, se necessário o capital ignora as fronteiras políticas[11]. A mediação entre a produção mato-grossense e o mercado regional e internacional é então feita através dos países platinos.

---

(10) VALVERDE, Orlando, op. cit., p. 114.

(11) ALVES, Gilberto Luiz, op. cit., p. 51.

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) e a sua chegada a Porto Esperança em 1914, vem provocar profundos reflexos na região. Sua construção iria favorecer não os centros platinos, mas aqueles sediados num novo polo constituído pelo eixo São Paulo-Santos.

As justificativas correntes atribuem a construção da ferrovia a fins estratégicos ou de integração nacional. Não se pode negar que sua construção vinha atender a uma estratégia política, mas não só no sentido da preservação política do território, mas muito mais no sentido de uma estratégia econômica. Lembremos que, ao capital interessa sempre maior acumulação, o que se consegue com a redução dos custos de produção e de transporte. E no caso de Mato Grosso, a construção da NOB propiciaria uma redução dos custos de transporte, gerando com isso uma taxa de lucro maior e substituindo a hegemonia platina na região pela ação hegemônica do centro-sul brasileiro.

Para Valverde;

> "a estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que vai de Bauru a Corumbá, [...] foi construída com objetivos puramente estratégicos [...]."[12]

A nosso ver, raciocínios com esse mascaram o fenômeno do imperialismo.

A indústria do charque em Mato Grosso que até então se encontrava numa situação privilegiada, pois contava com a ampliação dos mercados de consumo apesar da qualidade inferior do próprio gado e que, tirava ainda vantagens das condições de comunicação e transporte, com a construção da NOB, começa a ser solapada, pela substituição da hegemonia dos centros pla-

---

(12) VALVERDE, Orlando - "Geografia da Pecuária no Brasil" in *Revista Portuguesa de Geografia*, Vol.II, nº 4.Lisboa,Centro de Estudos Geográficos, 1967.

tinos para o centro-sul do Brasil e pelo processo de melhoramento pelo qual começa a passar o rebanho bovino mato-grossense com a introdução de reprodutores de qualidade e pastagens, visando a produção de carne verde nos frigoríficos que se instalam em São Paulo, a partir da Primeira Guerra Mundial.

Mesmo que a indústria de charque, agarrando-se à chance de sobrevivência, tentasse se desenvolver junto ao eixo ferroviário, isso não foi o suficiente para sua sustentação, pois o melhoramento observado no rebanho e nos meios de comunicação e transporte, torna possível o seu aproveitamento nos frigoríficos de São Paulo. Com isso, verifica-se a decadência e a estagnação da indústria do charque após 1925. Na década de 50, com a implantação dos primeiros frigoríficos regionais, a indústria do charque iria receber o golpe de misericórdia.

As pressões sobre a indústria do charque mato-grossense, exercidas pelos grupos monopolistas sediados em São Paulo, são muito expressivas para a definição da divisão regional do trabalho que se impunha. Como exemplo, podemos observar os recursos mobilizados para realizá-la, lembrando que essas pressões eram exercídas pelo próprio governo federal através do Ministério da Agricultura, defendendo claramente o capital monopolista[13].

---

(13) Sobre o caso dizia em 1922 o Presidente do Estado: "... chegou ao conhecimento do meu Governo a informação de que prepostos do Ministério da Agricultura no sul do Estado estavam impedindo a fabricação de xarque e embaraçando, dest'arte, o nosso commercio de exportação, sob o fundamento de que as xarqueadas installadas naquella zona e em funcionamento se encontravam em desaccordo com os termos do regulamento daquelle departamento da administração federal, de 30 de novembro de 1921". COSTA, Pedro Celestino Correia da - Mato Grosso; Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em... 1922, pelo Coronel Presidente do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, Typ. Official, 1923, p. 40. Compilado por ALVES, Gilberto Luiz, op.cit., p. 53.

Um outro exemplo expressivo da divisão regional do trabalho imposta pelo imperialismo é a política de fretes da NOB. Aparentemente pode isso representar uma falta de planejamento da administração dessa ferrovia, como podemos observar:

> "[...] como não existem armazens frigoríficos em toda essa região (Mato Grosso) a Estrada (NOB) não pode fazer senão o transporte do gado em pé, que tanto por ser de frete baixo quanto pelo fato de encher vagões em volume sem os lotar em peso, somente acarreta prejuízos,e o de maior vulto à estrada de ferro."[14]

Para superar esta ociosidade, é de se supor que o que deveria ocorrer seria a elevação dos fretes relativos ao gado vivo, mas o que na realidade ocorre é que o frete é mais elevado para o transporte do gado abatido.

O que aparentemente se nos apresenta como algo irracional e sem planejamento, nada mais é do que uma manifestação da divisão regional do trabalho imposta a Mato Grosso; e por ela, coube a esse Estado produzir o boi magro a ser transportado como "boi em pé" para as áreas de recria e engorda, inicialmente situadas nos limites do Estado de São Paulo e, posteriormente para os frigoríficos estrangeiros (mais tarde para os nacionais), situados na capital paulista.

Assim, como diz Alves:

> "Logo, se impõe não a conclusão de que há deficiência de planejamento no caso, mas a de que o planejamento é planejado pelo capital."[15]

Assim, e determinado também pela disposição de imen

---

(14) AZEVEDO, Fernandes de - *Um trem corre para o Oeste*,2ª ed. S.P., Melhoramentos, s/d., pp. 115-6.

(15) ALVES, Gilberto Luiz - op.cit., p. 54.

sas áreas, pela sua localização nada favorável ou mesmo incapazes de suportar culturas anuais ou perenes, o Pantanal mato-grossense define-se como área essencialmente voltada para a pecuária de corte. Explorada há mais de século, vem mantendo seu lugar de destaque na produção bovina. Além dos fatores já mencionados, o boi apresenta para regiões tão distantes vantagens, pois este tem condições de seguir por seus próprios meios para os centros de consumo.

Não podemos deixar de considerar ainda que a navegação pelas vias fluviais, permite o escoamento de bois magros em direção às invernadas.

A penetração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Mato Grosso, ligando Bauru a Corumbá e a construção da ponte Maurício Joppert da Silva, sobre o rio Paraná, ligando a rodovia Raposo Tavares à estrada federal que vai até Ponta Porã, passando por Dourados ao sul do Estado e até Campo Grande, tiveram papel importante no desenvolvimento da pecuária mato-grossense. Isso veio, pois, favorecer o transporte do gado aos centros de recria, engorda e industrialização, além de possibilitar a implantação do processo de engorda em Mato Grosso, quando esta anteriormente limitava-se ao Estado de São Paulo. O Pantanal mato-grossense transforma-se então num dos maiores centros produtores de bovinos no centro da América Latina.

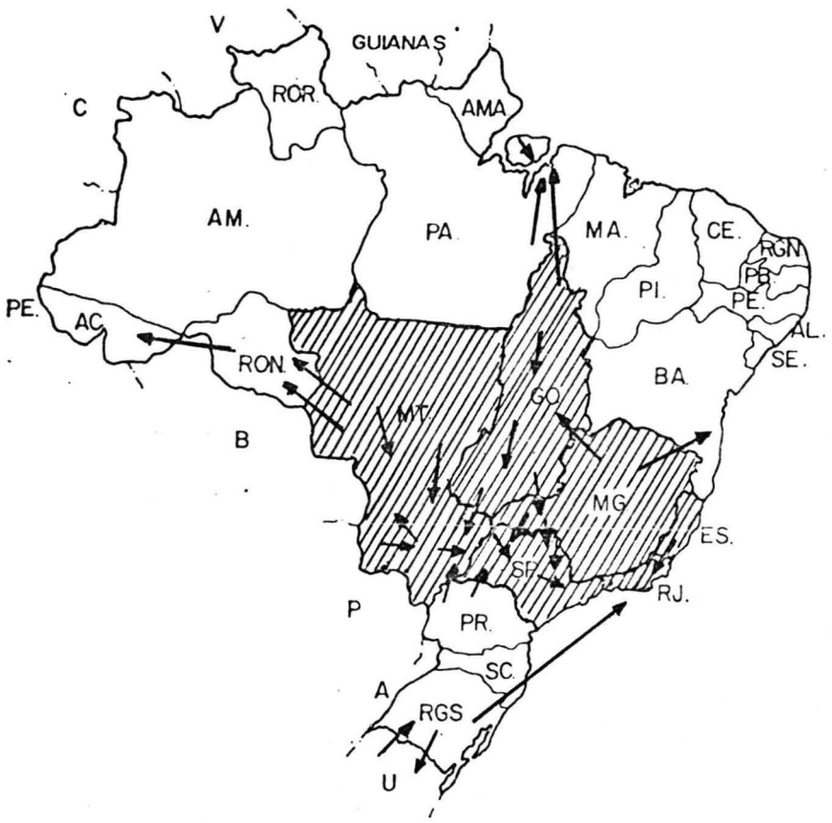
A produção, em sua maior parte destina-se pois a São Paulo, que desenvolveu um sistema rodo-ferroviário, ligando as áreas de produção ao grande mercado consumidor, dada a sua condição de centro industrializador e elevada capacidade de consumo. (fig. 3)

Como diz Santiago:

"Considerável volume de gado matogrossense é trazido pa-

FIG. 3

BRASIL CENTRAL PECUÁRIO



Correntes de gado das áreas de criação, recria, centros de engorda e principais áreas de consumo. Correntes secundárias, representando reprodutores e matrizes puras, provenientes das áreas de criação desenvolvidas, que seguem para as zonas distantes, de pecuária em grande escala e regime geralmente extensivos, onde vão atuar como elementos melhoradores do rebanho.

Fonte: SANTIAGO, Alberto Alves - *Pecuária de corte no Brasil Central* - Secr. da Agric. Coord. da Pesquisa Agropecuária - S.P., 1970.

> ra o Estado Bandeirante pela Estrada de Ferro Noroeste, do Brasil,que penetra no seu território por Jupiá, com destino às pastagens da região, no caso de gado magro, ou seguindo diretamente para São Paulo ou para frigoríficos situados no seu percurso, quando se trata de boiadas gordas."[16]

O mesmo autor faz ainda referência às boiadas que se deslocam a pé, constituídas de novilhos magros que penetram em São Paulo, atravessando o rio Paraná nos diversos portos,através das balsas em Porto Tabuado, Porto Independência, Porto Epitácio, Porto Caiuá, etc... e ainda em Panorama, onde chega a Cia. Paulista de Estrada de Ferro, com amplos currais de embarque.

O que se verifica quanto à manifestação da divisão regional do trabalho é que às áreas mais distantes do mercado coube a criação do gado magro e às áreas mais próximas, a recria e engorda. Em São Paulo, se completa o ciclo do novilho de corte, em pastagens artificiais, com facilidades de transporte para os centros de abate, em sua grande maioria nas proximidades de São Paulo, centro de industrialização, consumo e exportação de produtos derivados do boi.

Atualmente, além de São Paulo, verifica-se também áreas de engorda e de abate mais próximas às áreas de cria, graças à construção de vias de acesso e escoamento.

O sistema de exploração da pecuária em vigor implica na existência do recriador e do invernista especializado na engorda de bovinos, personagens que se colocam entre o produtor propriamente dito e o abatedor. A existência desses inter

---

(16) SANTIAGO, Alberto Alves - *Pecuária de Corte no Brasil Central*. Secretaria da Agricultura. Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária. São Paulo, 1970, p. 86.

mediários no processo de produção de gado de corte pressupõe, normalmente, a movimentação das boiadas de uma para outra fazenda, para as invernadas de engorda. Com freqüência, essa movimentação se dá a pé, por marchas mais ou menos longas. Hoje, em Mato Grosso, se verifica alguns pecuaristas, dispondo de grandes propriedades e convenientemente organizados, que realizam a cria, recria e engorda do gado num único estabelecimento pastoril, mas que ainda se constituem em exceção. Verifica-se ainda que um mesmo pecuarista procede à cria, recria e engorda, mas em propriedades diferentes efetivando a cria no pantanal e a recria e engorda no planalto, em outra pastagem de sua propriedade; podendo ocorrer ainda que alguns pecuaristas sejam proprietários ou sócios de empresas frigoríficas,chegando estes então a completar o ciclo todo, da cria à industrialização.

O nosso propósito, ao desenvolver este capítulo,foi o de apontar as linhas gerais da história da ocupação do espaço do Pantanal de Corumbá. A abordagem feita procurou evidenciar os princípios segundo os quais o espaço geográfico representa a materialidade do processo de trabalho e que a relação homem-meio é uma relação concreta, historicamente determinada. Esse espaço é organizado pelo trabalho, e mais, uma vez que os homens organizam o trabalho para produzirem, produzem ao mesmo tempo o espaço, organizando-o conforme estruturam o próprio processo de trabalho.

Como o processo de trabalho é definido e organizado pelo capital, a organização e ocupação do espaço do Pantanal também se fará segundo essa organização, inserida numa divisão territorial do trabalho. Da mesma forma que o capital, em seu movimento, o organiza, reorganiza-o, visando sempre a ob-

tenção de maiores taxas de lucro.

Considerando ainda que ao Capitalismo interessa não necessariamente seu aprofundamento e sim essencialmente a acumulação do capital, e que para isso assimila e absorve relações que não têm características propriamente Capitalistas, procuraremos, a partir de agora, analisar o latifúndio pecuarista de Corumbá não como uma categoria de fora do Capitalismo, não como um modo de produção, mas como uma contradição interna do próprio modo Capitalista de Produção.

*****

CAPÍTULO II

A PROPRIEDADE E A ATIVIDADE CRIATÓRIA NO PANTANAL

1. *CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A UTILIZAÇÃO DO SOLO*

Os críticos da agricultura latino-americana apontam para a existência e predominância dos latifúndios ou das "haciendas" controlando grande parte das terras e da gente do campo. Latifúndios que refletem, ainda hoje, a luta pela apropriação e exploração da terra, violenta e cruel, que se verifica pela imposição da propriedade privada e que, ao lado dos minifúndios, caracterizam a estrutura agrária latino-americana e também a brasileira.

O que se observa na estrutura agrária brasileira, de acordo com o Recadastramento do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - 1972, é o seguinte: 23% do total das propriedades rurais do Brasil ocupam 78% de sua área total, correspondendo aos latifúndios; os minifúndios representam mais de 72% do total das propriedades rurais do país, ocupando apenas 12,4% da área total[1].

---

(1) O INCRA caracteriza Latifúndio, Empresa Rural e Minifúndio, conforme o Estatuto da Terra.
Latifúndio:
a) "quando o imóvel rural for igual ou maior do que o módulo médio da propriedade familiar e seja mantido inexplorado ou explorado inadequadamente, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;
b) quando o imóvel tiver área superior a 600 vezes o módulo médio da propriedade rural na zona em que se situar;
c) quando a área do imóvel for 600 vezes superior à área média dos imóveis rurais da mesma zona."
Esses critérios foram modificados pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 554 de 25 de abril de 1966. O referido artigo dispõe: "Ainda quando situados em áreas de que trata o art. 1º (áreas prioritárias de Reforma Agrária), não serão objeto de desapropriação, na forma prevista neste Decreto-Lei, os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como empresa rural."

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DE TERRA NO BRASIL

CLASSIFICAÇÃO	1965				1972			
	Estabelecim.		Á r e a		Estabalecim.		Á r e a	
	Nº de imóveis	%	Ha	%	Nº de imóveis	%	Ha	%
Latifúndio	793.660	21,8	275.294.099	82,9	787.370	23,0	288.030.851	78,0
Empresa Rural	86.117	2,4	16.495.914	4,6	162.802	5,0	35.867.465	9,6
Minifúndio	2.766.201	75,8	45.821.125	12,5	2.437.001	72,0	46.276.871	12,4
T O T A L	3.646.117	100	337.575.138	100	3.387.173	100	370.275.187	100
	Cadastro do IBRA - 1965				Recadastramento do INCRA - 1972			

FONTE: "Quem tem terra e quem trabalha" In JORNAL MOVIMENTO, Nº 110 S.P. 8/8/77.

O quadro acima sugere ainda algumas observações: Verificam-se algumas modificações, embora pequenas, de 1965 para 1972. Há uma diminuição de 329.000 propriedades em relação aos minifúndios, ocorrendo um aumento em relação à área de

---

(1) CONT.- *Empresa Rural:*
"é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados pública e previamente pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se a áreas cultivadas as pastagens e as matas naturais e artificiais e áreas ocupadas em benfeitorias."
Minifúndios:
"é o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar."
Propriedade familiar:
"é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalhado com ajuda de terceiros."
Módulo Rural:
"área que, explorada pelo agricultor e sua família, lhes permita a sobrevivência e o progresso social e econômico, absorvendo toda a sua força de trabalho." ARRUDA, Helio Palma de, *Latifúndios, Minifúndios, Módulo Rural, Reforma Agrária e Colonização*. Ministério da Agricultura, INCRA, Brasília, 1976, pp. 15-19.

455.746 hectares. Quanto aos latifúndios, há também uma diminuição do número de imóveis de 6.290 e um aumento em relação a área de 12.736.752 hectares; e em relação às empresas rurais, uma elevação de 76.685 no número de imóveis, correspondendo a um aumento de 19.371.551 hectares.

Essa estrutura agrária não se apresenta homogênea em todo o território. Especificamente no caso da pecuária de corte, desenvolvida nos moldes extensivos, como acontece no sertão do Nordeste, na Campanha Gaúcha, Oeste de São Paulo, Minas Gerais, particularmente Triângulo mineiro, Mato Grosso e Goiás, em extensas propriedades, consideradas geralmente como latifúndios conforme a classificação do INCRA.

A Pecuária no Pantanal mato-grossense e no município de Corumbá em particular, nos seus aspectos gerais não se apresenta essencialmente diferente, mas tem suas particularidades, como a extrema especialização dessa área no desenvolvimento da pecuária de corte, feita extensivamente, o que faz com que os minifúndios tenham pouco significado, na realidade agrária do Pantanal.

QUADRO 2

DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS SEGUNDO A CATEGORIA DE EXPLORAÇÃO

CATEGORIAS	Estabelecimentos		Área	
	Nº de imóveis	%	Ha	%
Latifúndio	797	62,4	4.226.023,5	79,8
Empresa Rural	185	14,5	1.055.276,1	19,9
Minifúndio	295	23,1	15.069,2	0,3
T O T A L	1.277	100	5.296.368,8	100

FONTE: INCRA - Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento - 1972.

Observações:

1- No quadro acima não constam 67 imóveis, totalizando 448.702,5

hectares, cujos dados foram considerados inconsistentes para a classificação. 2- Não fizemos a distinção latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão utilizada pelo INCRA, porque apenas um imóvel foi cadastrado como latifúndio por dimensão por esse organismo.

O quadro retro evidencia claramente a predominância absoluta dos latifúndios sobre os minifúndios, tanto em número 62,4% contra 23,1%, como em área, 79,8% contra 0,3%.

O Pantanal de Corumbá, conforme o INCRA, dispõe de uma área rural de 5.745.071,3 hectares, predominantemente utilizados como pastagens o que lhe confere a posição de monoprodutora de gado de corte.

QUADRO 3

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - UTILIZAÇÃO DO SOLO RURAL

T O T A L	Com culturas		Com Pecuária (área c/ Pastagem)		Área c/extração vegetal e/ou florestal	
Á R E A	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
5.745,071,3	11.464,0	0,20	4.623,275,3	80,5	26.495,6	0,46

FONTE. INCRA: Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1972. Quadros 01/03/04.

Como podemos observar, da área total rural, apenas 0,20%, ou seja, 11.464 hectares são utilizados com culturas sendo que 80,5% correspondem a pastagens.

Mato Grosso destaca-se como produtor de gado de corte ao lado dos demais Estados do "Brasil Central Pecuário" (Fig. 4). O rebanho bovino brasileiro pode ser considerado um dos maiores do mundo, totalizando em 1970, mais de 78 milhões de cabeças, embora com uma produção modesta de carne, 1.842,2 mil ton., dado o baixo desfrute da pecuária[2].

(2) Ver sobre o assunto: MAMIGONIAN, Armen "Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário" in BOLETIM PAULISTA

Considerando as três grandes unidades ligadas ao ciclo pecuária-abate-mercado-consumidor, o Nordeste (do Maranhão à Bahia); o Brasil Central Pecuário (Sudeste e Centro-Oeste)e o extremo sul (Rio Grande do Sul), em 1970, apresentava-se assim a distribuição do rebanho bovino:

QUADRO 4

	POPULAÇÃO (milhões)	%	REBANHO BOVINO milhões	%	PESO DAS CARCAÇAS mil ton.	%
Nordeste	28,7	30,3	13,7	17,5	309,8	16,8
Brasil Central Pecuário	45,5	48,2	43,9	56,1	1.105,0	59,5
R.G.Sul	6,8	7,2	12,3	15,7	232,9	12,6
B R A S I L	94,5	100,0	78,3	100,0	1.845,2	100,0

FONTE: MAMIGONIAN, Armen - "Notas sobre os Frigoríficos do Brasil Central Pecuário. (1976) op. cit., p. 7.

São Paulo e Rio de Janeiro, os grandes mercados consumidores, constituem-se ainda nos polos organizadores do Brasil Central Pecuário (figs. 3 e 4).

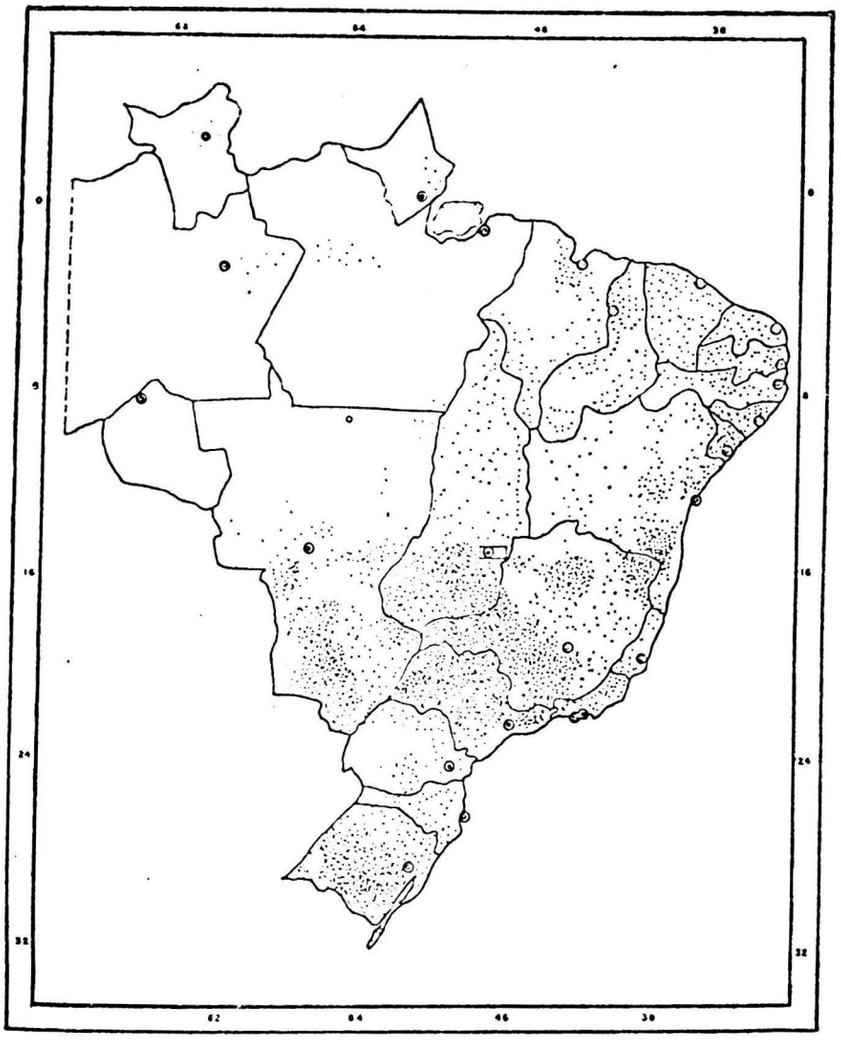
A Pecuária leiteira especializada localiza-se particularmente nas proximidades de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto que a criação de gado de corte ocorre em áreas mais distantes, como Mato Grosso, Goiás e as áreas intermediárias (Oeste de São Paulo, Triângulo mineiro, engordam os bovinos antes do abate, como já mencionamos no capítulo anterior.

O Brasil, apesar de detentor de um dos maiores rebanhos, dispõe de um volume de carne insuficiente tanto para suas necessidades como também, para exportação. O Ministério da Agricultura estima em 10%, a taxa de desfrute do rebanho

(2) CONT.- DE GEOGRAFIA, 51, jun.1976, AGB-SP. e SANTIADO, Alberto Alves, PECUÁRIA DE CORTE NO BRASIL CENTRAL. Secretaria da Agricultura. Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária. S.Paulo, 1970.

FIG. 4

CONCENTRAÇÃO DE GADO BOVINO NO PAÍS



Distribuição de bovinos no País; a maior concentração se verifica no Estado de São Paulo e região meridional de Minas Gerais, detentor do maior rebanho da Federação; no sul de Mato Grosso e de Goiás, pratica-se a criação extensiva e em grande escala; constituem o Brasil Central pecuário. Nos vales dos rios Tietê, Grande e Paraná, situam-se os centros de recria e engorda de bovinos, em grande parte industrializados no território paulista. Cada ponto representa 10.000 cabeças.

FONTE: SANTIAGO, Alberto Alves - *Pecuária de Corte no Brasil Central* - Secretaria da Agricultura. Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária, S.P. 1970.

brasileiro, sendo esta motivada por uma série de fatores incluindo condições de solo e clima, desenvolvimento econômico, estado sanitário e nível zootécnico do rebanho.

Se o Brasil dispunha em 1970 de um rebanho bovino de 78,3 milhões de cabeças e o Brasil Central Pecuário 43,9 milhões, em Mato Grosso, o plantel era de 9,4 milhões. Do total do rebanho mato-grossense, 3,6 milhões encontravam-se na micro-região Pantanais, onde apenas Corumbá dispunha de 2,5 milhões[3].

Outro dado que nos revela não só a importância da pecuária como seu caráter extensivo no município, é a relação que podemos estabelecer entre o valor dos animais e o valor dos bens incorporados aos imóveis, ou ao valor total dos imóveis.

O plantel de animais, constituído essencialmente por gado bovino, representa metade do valor total dos imóveis (precisamente 49,1%) e 65% do valor dos bens incorporados aos imóveis. As culturas permanentes e a silvicultura somados, representam apenas 0,3% do total dos bens incorporados o que, aliada à pouca expressão das culturas temporárias denota a exclusividade da pecuária como atividade das propriedades de Corumbá. A pouca expressão das pastagens cultivadas ou melhoradas (8,8%) no conjunto dos bens incorporados aos imóveis, assim como dos equipamentos, construções, instalações, melhoramentos e moradias (25,9%), revelam o seu caráter extensivo.

Considerada a composição dos bens das diversas cate

---

(3) Censo Agropecuário - 1970- p. 214.
Os dados referem-se a Mato Grosso (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) antes da divisão do Estado. A micro-região Pantanais conta com os seguintes municípios: Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda e Porto Murtinho, todos eles no atual Mato Grosso do Sul.

gorias da estrutura fundiária do Pantanal de Corumbá, constata-se particularmente a partir das propriedades de mais de 500 hectares, um crescimento contínuo do peso do valor dos animais no conjunto dos bens e mais particularmente, no valor dos bens incorporados aos imóveis. Na medida em que este aumento da participação relativa dos animais não corresponde a mudanças quantitativas e qualitativas do plantel, isso indica além da queda no valor da terra nua, provavelmente relacionada não apenas com o problema de localização, mas também de dimensão dos estabelecimentos; e uma diminuição relativa dos demais bens incorporados e significativamente das pastagens cultivadas e/ou melhoradas de forma contínua a partir das propriedades de 200 a 500 hectares (figuras 5 e 6).

Em Corumbá enfim, como diz Valverde, a criação de gado:

> "[...] é desenvolvida num sistema extensivo de atividade, segundo o próprio significado da expressão, pois exige grandes áreas; daí seu emprego em latifúndios, no sentido absoluto do termo."[4]

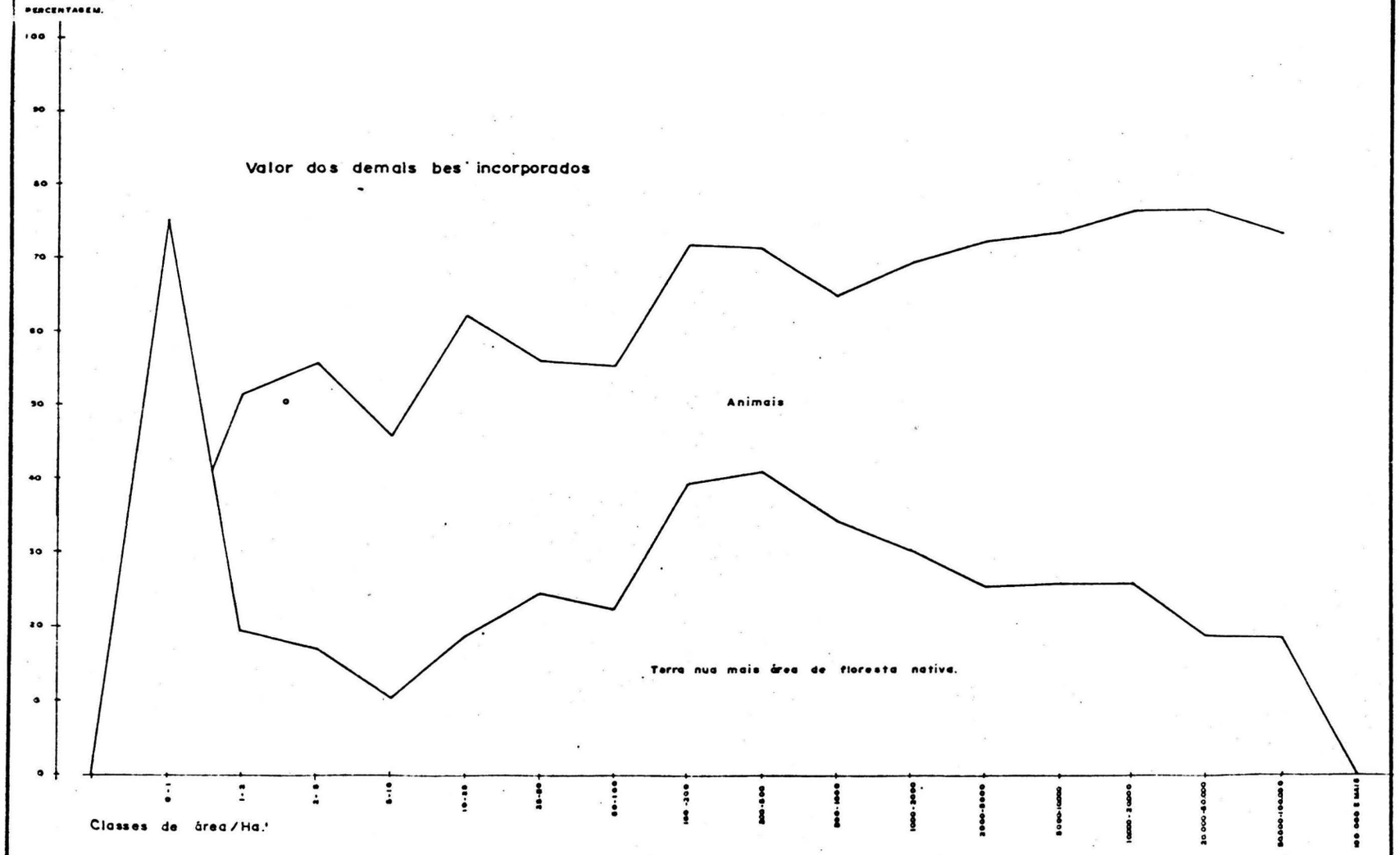
O que diz Valverde pode ser facilmente comprovado pelos dados obtidos pelo INCRA - Recadastramento - 1972. Com 5.745.071,3 hectares e com 1.344 propriedades rurais, teríamos uma média de 4.274,6 ha por propriedade. Se deixarmos de lado 193 propriedades, correspondendo a 2.914,6 hectares, equivalendo a 14,4% e a 0,05% do total respectivamente, pois não têm qualquer significação para a atividade pecuária, pois estão abaixo de 50 hectares, teríamos uma média de 4.875 hectares para cada propriedade, 5.294.174,2 hectares para 1.086 pro

---

(4) VALVERDE, Orlando - "Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do Município de Corumbá" in separata da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, ano 34(1) IBGE, jan/mar/72. - p. 126.

Município de Corumbá

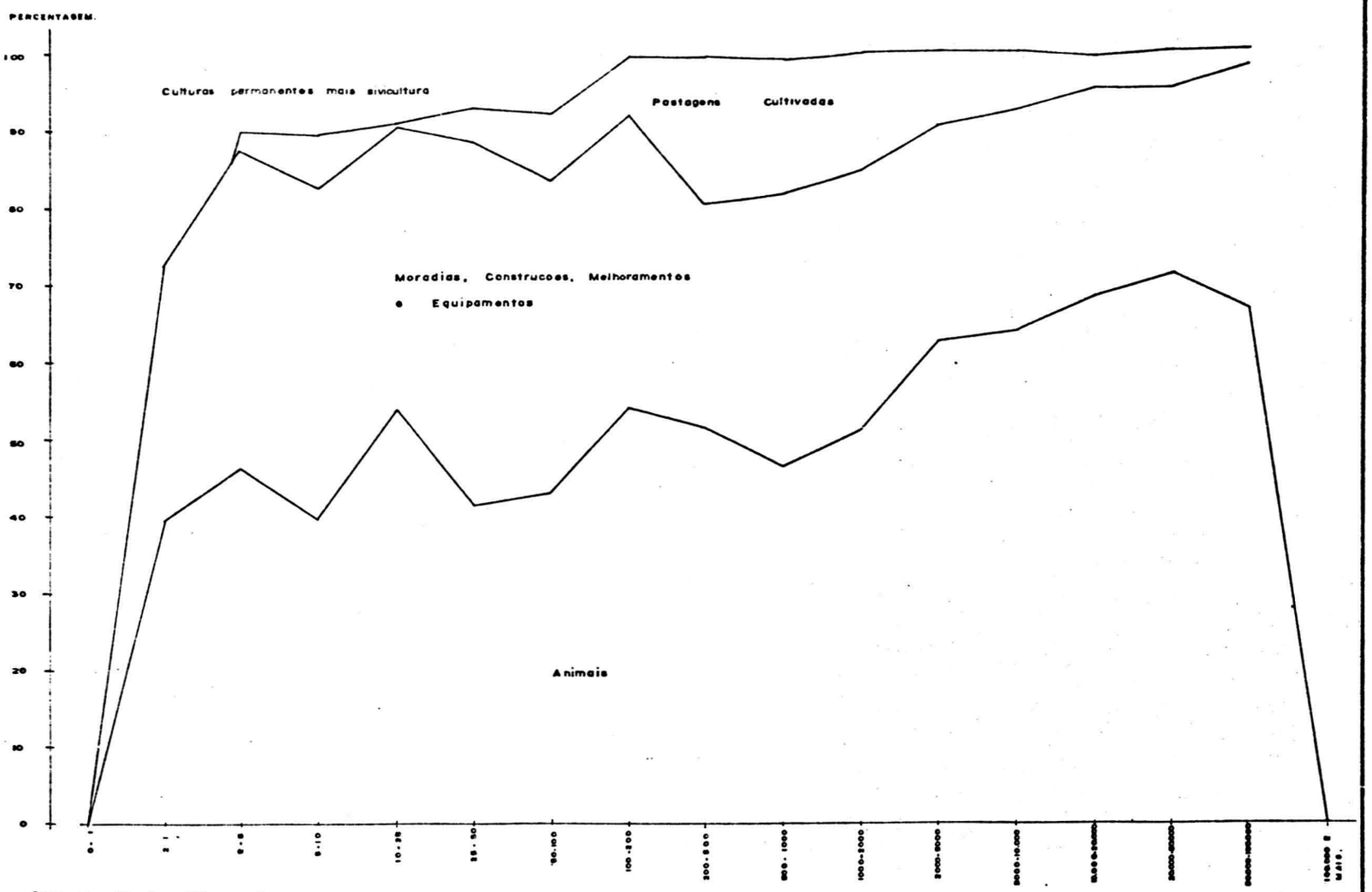
Fig: 5 Composição do valor total dos imoveis.



FONTE: INCRA - SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL
CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS. ESTATÍSTICAS CADASTRAIS/I. RECADASTRAMENTO 1.972. QUADRO: 14, 15, 16.

Município de Corumbá

Fig: 6 Composição do valor dos bens incorporados aos imóveis



Classes de área/Ha

FONTE: INCRA - SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL. CADASTRO DE IMÓVEIS RURAL. ESTATÍSTICAS CADASTRAIS/I. RECADASTRAMENTO 1.972.

QUADROS: 14, 15, 16

priedades.

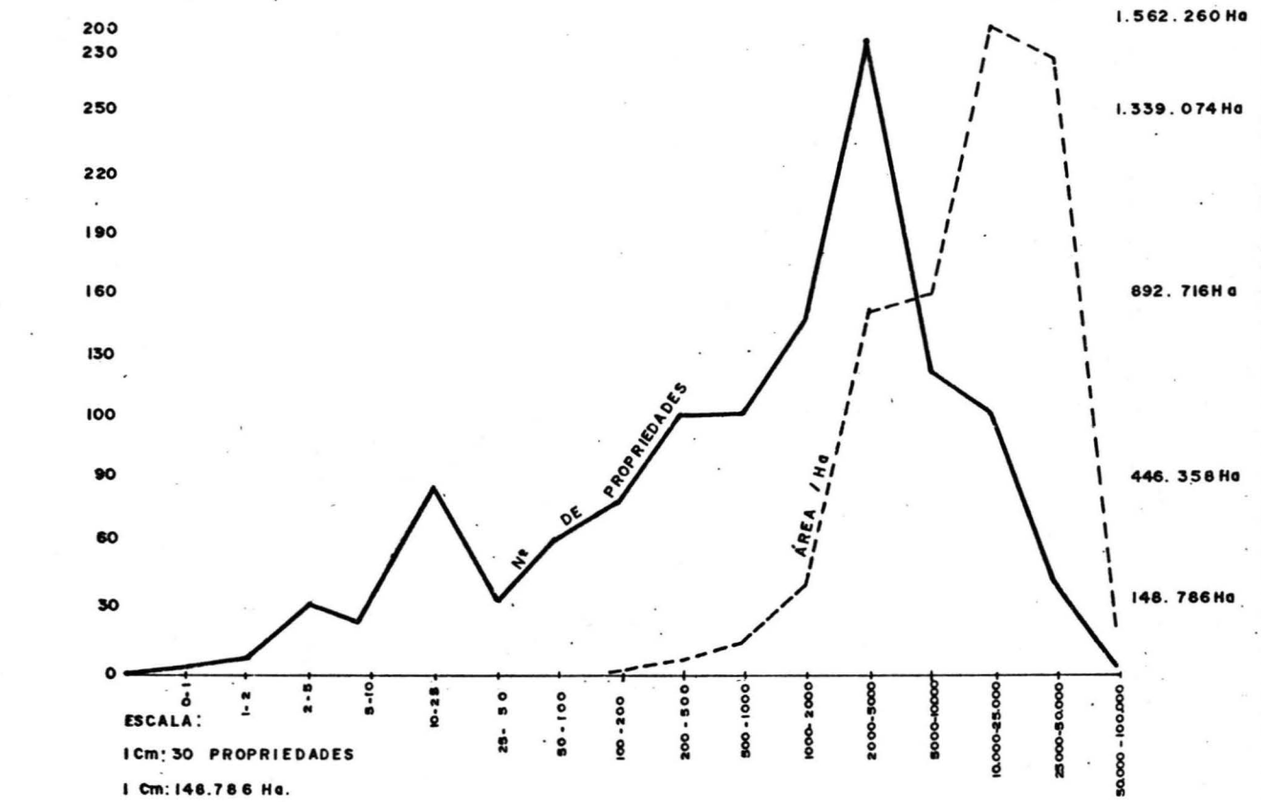
Do total das propriedades, 54% têm mais de 1.000 hectares e possuem 90% da área total, considerando ainda que 7,8% da área total foram computados pelo INCRA como inconsistentes para efeito de classificação. As propriedades acima de 5.000 hectares (21,3%) concentravam em 1972, 71,3% da área total (Fig. 7).

Isso ainda não revela todo o grau de concentração da propriedade, pois os imóveis declarados individualmente, são, formados muitas vezes, por terras contínuas ou pertencentes a uma mesma família, tendo sido divididas através de herança, ou mesmo a famílias diferentes, mas que acabam se unindo através do casamento; e que não raramente, tanto em um como no outro caso, são exploradas conjuntamente como uma única unidade de exploração.

O Pantanal de Corumbá dispunha em 1970 de 2.559.317 cabeças de gado conforme o IBGE:

Município de Corumbá
Distribuição do nº e da área das
Propriedades por classe de área

Fig.: 7



FONTE: INCRA- SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL.
CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS. ESTATÍSTICAS CADASTRAIS / 1-

QUADRO: 01

QUADRO 5

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

BOVINOS

TOTAL	MENORES DE 1 ANO			DE 1 A MENOS DE 2 ANOS			DE 2 ANOS E MAIS					
											BOIS E GARROTES	
	TOTAL	MACHO	FÊMEA	TOTAL	MACHO	FÊMEA	TOTAL	VACAS	TOUROS	NOVILHAS	Para corte	Para trabalho
2.559.317	437.181	215.938	221.243	423.559	207.435	216.124	1.698.577	908.668	88.922	318.436	366.009	16.542

FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO DE MATO GROSSO - VIII Recenseamento Geral - 1970 - Série Regional - Vol. III - Tomo XXII - pp. 214-215.

Segundo o Recadastramento do INCRA/1972 - que totalizou um efetivo bovino de cerca de 1.580 mil cabeças para o município de Corumbá - 97,2% do efetivo está concentrado em propriedades de mais de 1.000 hectares, ou ainda 59,2% do plantel está em imóveis com mais de 10.000 hectares[5].

Relacionando-se com base nesta última fonte, a área e o efetivo bovino teremos 3,5 ha/cabeça, ou melhor 0,3 cab/ha, o que nos dá idéia da baixa densidade de utilização dos imóveis, verificando-se ainda que à medida que a área das propriedades aumenta até 200 hectares, diminui a densidade, que se mantém basicamente homogênea a partir daí, ou seja, naquele conjunto em que é efetivamente mais significativa a atividade, apenas voltando a diminuir sensivelmente nas propriedades acima de 50.000 hectares. (fig. 8)

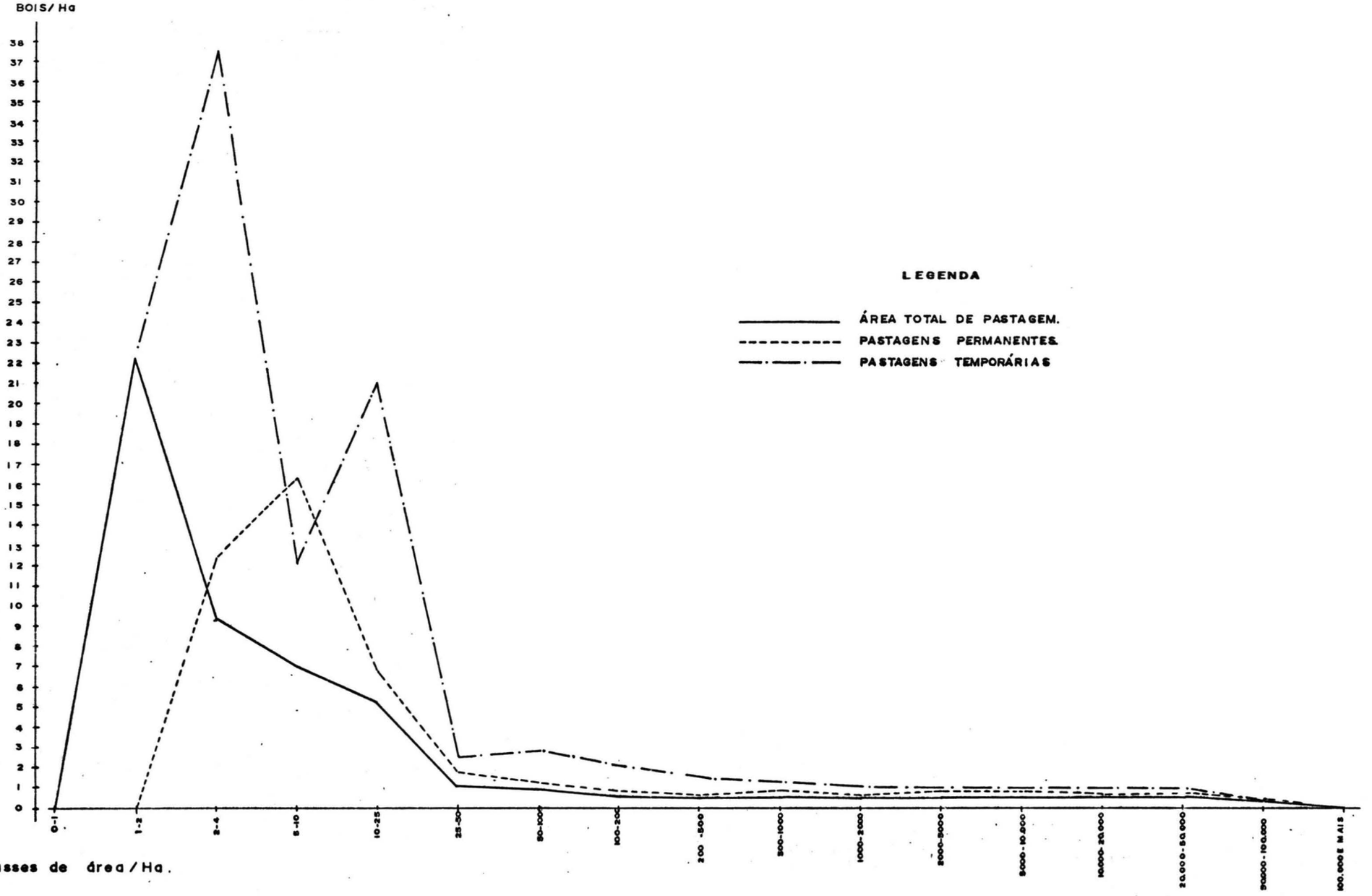
Esta baixa densidade e sua permanência a partir das propriedades superiores a 200 hectares se evidencia quando de forma mais rigorosa relacionamos o efetivo com as áreas totais de pastagens e particularmente, com áreas de pastagens permanentes.

Considerando a área total de pastagens temos 2,7 ha/cab. ou 0,4 cab/ha. Considerada a lotação das pastagens permanentes verifica-se a sua relativa estabilidade em 0,6-0,7 cab/ha, a partir das propriedades de mais de 100-200 hectares (fig. 8), o que não ocorre com as pastagens temporárias, onde se verifica um declínio progressivo da lotação das propriedades de 50 a 100 até 1.000 e 2.000 hectares, estabilizando-se em 0,8-0,9 cab/ha, a partir daí até os imóveis de 20.000-50.000 hectares, decaindo para 0,3 cab/ha nas de 50.000 - 100.000 hecta-

---

(5) Neste total estão excluídas 120 mil cabeças de propriedades consideradas pelo INCRA como inconsistentes.

Fig: 8 - Relação entre efetivo bovino/ área total e efetivo bovino/áreas de pastagens



Classes de área/Ha.

FONTE: INCRA- SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL.
CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS. ESTATÍSTICAS CADASTRAIS/I. RECADASTRAMENTOS 1.972
QUADRO: 04 E 22

res, o que indica maiores proporções de pastagens temporárias nos imóveis com maiores dimensões, particularmente nas de mais de 50.000 hectares (fig. 8).

A pecuária pantaneira, cuja extensividade é revelada pela dimensão dos estabelecimentos e sua relação com o efetivo bovino, pela natureza das pastagens, etc., apóia-se de fato numa tecnologia bastante rudimentar.

2. *O SISTEMA DE CRIAÇÃO**

Constata-se a existência de alguns pecuaristas, considerados mais "afoitos" pelos demais, que já vêm fazendo tentativas de modernizar a atividade, mas esses não podem ser tomados como referência numa análise geral da pecuária em Corumbá, pois, ainda se constituem em exceção.

Ao se considerar a pecuária em Corumbá "atrasada" em relação a outras áreas do Brasil Central Pecuário, particularmente as áreas de São Paulo e Minas Gerais (Triângulo Mineiro), as explicações correntes entre os pecuaristas da região é de que deriva, além do ainda acentuado afastamento do Pantanal em relação aos centros de industrialização e consumo e mesmo em relação a Corumbá (ausência de estradas), das dificuldades apresentadas pelas condições do próprio meio ambiental. Alega-se inclusive, que o criador, visando maior produtividade tem procurado introduzir melhorias tecnológicas, mas buscando tecnologias próprias, adequadas estritamente às condi-

---

(*) Este item do cap.II estará baseado em BARROS NETTO, José de - *A criação Empírica de Bovinos no Pantanal da Nhecolândia*, São Paulo, Ed. Resenha Tributária, 1979, por sintetizar as entrevistas feitas com pecuaristas e trabalhadores do Pantanal e com o próprio autor.

ções ambientais e que não impliquem em investimentos significativos de capital, uma vez que aqueles que têm fugido a isso não têm tido muito sucesso.

É José de Barros Netto quem diz:

> "A culpa pelo fracasso desses fazendeiros que mais procuraram tecnologias diferentes das usuais, ou sem levar em conta as condições ecológicas do lugar, pode até não estar na tecnologia em si, mas, tal insucesso pode ter muita relação, também, com as condições em que se encontra a região, pode ter relação, especialmente, com a rentabilidade do criatório que, obviamente, não suporta reinvestimentos de natureza acima do seu suporte econômico.
>
> É tão importante a verificação dessa rentabilidade para algum reinvestimento, que muitos pecuaristas desavisados se têm enveredado por trilhas incertas, reinvestindo impropriamente, com vultosos prejuízos, podendo-se ter relação também, com a falta de comunicações (que acredito seja fator limitativo desse desenvolvimento e inter-relacionamento com a rentabilidade); pode ter relação, ainda com a inadequabilidade da técnica escolhida, considerando os fatores limitativos do Pantanal, em face da agrestidade dos campos."[6]

Dentro das condições atuais de comunicação e transporte, dificilmente a pecuária do Pantanal poderá superar a fase de criação[7], em moldes extensivos, pois dadas essas mes-

---

(6) BARROS NETTO, José de - op. cit., pp. 27-28.

(7) "A comercialização de grande parte do gado bovino implica na movimentação ou transporte das distantes regiões de criação para as zonas de recria, destas para os centros de engorda e, finalmente, para os estabelecimentos de abate e industrialização. *Gado de Cria:* a criação de maior parte do noso gado de corte é feita em regiões distantes, no sertão de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais. O sistema de criação é extensivo, em grandes áreas precariamente divididas, sem uma distribuição racional dos reprodutores. As condições de alimentação são deficientes, devido à pobreza das pastagens nativas. Os nascimentos ocorrem no período de seca, para maior facilidade de manejo e trato de bezerros, mas tal prática conduz a carências nutritivas, devido à falta estacional de pastos. A produção anual de bezerros cos

mas condições, um rebanho que tenha sido engordado aí, em seu deslocamento sofreria um enorme desgaste físico, acarretando grandes prejuízos ao criador.

É uma região, sem uma infra-estrutura viária, favorável somente à pecuária, que mantendo-se num certo grau de estagnação tecnológica desde os anos 40, em que a agricultura limita-se basicamente à de subsistência e assim mesmo pouco expressiva.

Dado o seu caráter extensivo, toda a atividade está essencialmente na dependência da natureza, dependência essa

---

(7) CONT.- tuma ser negociada pelos criadores do sertão, mas pode ser conservada e recriada no próprio estabelecimento, quando situado mais próximo dos centros de engorda, vale dizer, se a menor distância nas divisas do Estado de São Paulo. *Gado de Recria:* Constitui uma praxe muito difundida, no Brasil Central a venda dos denominados "bezerros de sobre ano", ou seja dos animais nascidos no ano interior e com 1 ano de idade, pelo menos, que são levados em longas marchas em demanda dos centros de recriação, onde permanecem por 1 ou 2 anos em face de crescimento.[...]. Por vezes, as distâncias a percorrer são tão grandes, que se estabelece a necessidade de dois intermediários no trabalho de recriação: o primeiro recria da idade de 1 ano até 2, e o segundo desta idade até os 3 anos, em média, ocasião em que estando os novilhos mais perto do Estado de São Paulo, podem seguir a pé, por estrado de ferro ou via fluvial para as fazendas de engorda. *Gado de Engorda:* Com 3 anos de idade, em média, são os chamados 'bois magros', tangidos para os centros de engorda. [...]. Os invernistas costumam levar seus bois para o matadouro entre os meses de janeiro a junho, que constitui o período de safra. Deixam suas invernadas por algum tempo em descanso, lotando-os em seguida com novas partidas de novilhos magros. Com a primavera e o início do período das chuvas, as boiadas magras começam a se refazer aproveitando a abundância de gramíneas da estação quente. A engorda em regime de pasto constitui a regra geral em nosso meio; a engorda intensiva em confinamento ou com o arraçoamento suplementar do gado apenas começa no Estado, por iniciativa de um reduzido nº de pioneiros, mas deverá ter considerável incremento à medida que se eleva o valor das terras e se divulgam novos processos de engorda de bovinos. É geralmente admitido como termo médio de engorda o lapso de tempo de 10 meses, com variação de 8 a 12 meses. Nessas condições o boi vai para o abate com 4 anos de idade." SANTIAGO, Alberto Alves - *Pecuária de Corte* - Secretaria da Agricultura - Coord. da Pesquisa Agropecuária - S.P. 1970.

conseqüente de um menor investimento de capital.

E, diante das imposições do meio natural:

> "[...] os mais avisados acomodaram-se dentro de uma certa sistemática de trabalho, evitando técnicas sofisticadas ou melhorias consideráveis que não são compensadoras."[8]

Vejamos como é a organização do solo e o "sistema" de criação de gado no Pantanal.

---ooo---

A constituição da fazenda no Pantanal, construções e benfeitorias, sempre de acordo com as necessidades do criatório, divide-se em duas partes principais: a infra-estrutura de operações e as invernadas de cria.

O lugar mais alto, as terras melhores para a roça e a horta de subsistência, pequena mata e com "baías"[9] para garantirem a água fica reservado à infra-estrutura de operações.

A sede da fazenda[10] é localizada num ponto adequado, visando o domínio de vias de acesso à terra. A escolha dessa área geralmente recai sobre a parte central do imóvel, mas alguns fatores interferem nessa escolha. A existência de *baías*,

---

(8) BARROS NETTO, José de - op. cit., p. 30.

(9) "Chamam-se *baías* as lagoas de forma circular, elítica, em crescente, periforme ou irregular, dispersas na região (Pantanal).[...] Durante as enchentes muitas *baías* extravasam e ligam-se com outras, através de cursos d'água periódicos, que podem chegar a ter vários quilômetros de extensão. Tais cursos d'água são denominados *vazantes* [...]. VALVERDE, Orlando - op. cit., p. 60.

(10) O termo *fazenda* é empregado na região para designar a sede; a casa de morada do dono das terras, unicamente, e não o conjunto de benfeitorias, ou do criatório em geral. Porém, quando distante das terras, o mesmo termo já é empregado para designar o criatório em geral". BARROS NETTO, José de - op. cit. pp. 61-62.

para que garantam o fornecimento de água aos piquetes necessários e aos campos de cria, o acesso à área, a existência de um lugar alto, mata para pomar, roça, formação de pasto, etc.

As construções da sede se organizam então, da seguinte forma, de acordo com Barros Netto:

1º) A casa sede, diversas casas para os vaqueiros, inclusive um galpão para os solteiros; um tendal ou açougue, construção onde se prepara a carne abatida, e ao lado sempre um depósito de sal, além de dependências diversas como almoxarifado que funciona também como despensa, depósito de ferramentas, etc.

É formado também um pomar e uma horta para abastecimento de verduras, que pode entrar no planejamento, mas nem sempre executada, pois isto fica na dependência da disponibilidade de trabalhadores.

Para o trabalho do gado, para a *leiteação*, e para os cavalos são construídos os currais, específicos para cada atividade e com características particulares.

À volta da casa é construído um piquete, o "piquete de porta", onde se prendem os cavalos; um maior (*piquete de tropa*), para os animais de serviço e bezerros de leiteação, ficando assim, apartados de suas respectivas mães; um piquete para cavalos de viajantes, além de mais dois outros destinados à prisão de gado estranho ao seu rebanho e um para vaca de leite, com uma pastagem mais abundante.

Além dos piquetes é organizada uma "invernadinha", onde se coloca o gado já trabalhado e uma invernada para bois destinados à venda e uma "salgadeira" ("área pequena cercada geralmente com 10 fios de arame, pegada aos currais, contendo água e destinada à salga das vaquejadas durante o trabalho").

Cabe destacar que, segundo Barros Netto, somente para implantação de uma adequada infra-estrutura de operações, portanto excluindo-se as extensas áreas de invernadas de cria, são necessários pelo menos 500 hectares, o que evidencia a pouca viabilidade do desenvolvimento da atividade em unidades de exploração inferiores a 1.000 - 2.000 hectares.

Completando a formação do criatório estão uma ou mais *invernadas de cria*, muito grandes, para o gado destinado à reprodução.

Esta relativa uniformidade na disposição dos elementos de infra-estrutura e nos campos de criação é freqüentemente condicionada pela natureza mais ou menos alagadiça dos campos, a não ser no caso daquelas unidades de exploração implantadas em pastagens não alagadiças.

Assim sendo, uma fazenda, por exemplo, que disponha da metade de suas terras alagadiças por enchente de rio e de outra metade firme, tem, costumeiramente, sua sede implantada na zona divisória de condições (entre o firme e o alagadiço). Dessa forma, a administração dos seus trabalhos é norteada pelas condições de alagamento de uma das partes, quando todo o gado é passado para a invernada de cima; no período seco, no sentido inverso[11].

Como já dissemos a criação de gado no Pantanal é feita de forma tradicional ou rotineira com ausência de modificações significativas nos últimos 100 anos[12]. Talvez a mudança mais significativa e já relativamente antiga ocorrida, diz respeito à melhoria racial, que decorre da introdução de reprodu

---

(11) BARROS NETTO, José de - op. cit., p. 66 e sgts.
(12) Idem, ibidem, p. 52 e sgts.

tores indianos, introduzidos nos rebanhos de gado crioulo nativo através de cruzamentos contínuos, a partir das primeiras décadas do século atual[13].

A parte essencial do gado criado hoje no Pantanal, ou seja, o gado pantaneiro:

> "[...] é aquele 'acrioulado', ou seja, nativo do lugar. Trata-se de um gado originariamente de raça européia, mas que veio, paulatinamente, sendo cruzado com o zebu. Hoje é um gado de grande rusticidade e boa mestiçagem zebu.
>
> Esse gado acrioulado por 100 anos, naturalmente que se veio moldando de acordo com as condições ecológicas encontradas. Hoje, se bem que sendo um gado totalmente diferente do primitivo, dada a introdução do touro zebu, tornou-se grandemente resistente ao meio ambiente, tendo mesmo seus exemplares adquirido algumas condições de adaptação, não encontradas por vezes em reses alienígenas."[14]

O esquema tradicional e dominante de criação no Pantanal, apresenta fundamentalmente duas fases anuais de maior trabalho: uma entre maio e junho e a segunda em novembro-dezembro, quando se realizam operações como a ferra, a sinalação ou marcação do gado e dos bezerros novos, castração, vacinação, etc.

A vinda dos animais aos currais é também de acordo com a natureza. O homem sabe que ele dispõe de um curto espaço de tempo: depois da enchente e antes da parição e depois da parição e antes da enchente.

A salgação do gado, é feita a cada lua nova, 30 quilos para cada 100 reses, de forma racionada. Essa prática desenvolvida somente a partir das transformações ocorridas nas condições de transporte, como a chegada da NOB a Corumbá em

---

(13) VALVERDE, Orlando - op. cit., p. 106 e VIEIRA, Maurício Coelho - op. cit., p. 187.

(14) BARROS NETTO, José de - op. cit., pp. 72-73

1953, a construção da rodovia, quando o sal passa a participar cada vez mais da dieta do gado[15], mas não sendo todavia, considerado um alimento obrigatório. Mais uma vez o pecuarista apela para a natureza: às salinas, que na região dão nome às lagoas que têm água salgada, que aliás, não contém cloreto de sódio, evitando com isso maiores gastos com o transporte do sal.

A mineralização do gado, embora venha sendo muito divulgada, sem porém qualquer estudo de carências, carece ainda de maior aceitação. O homem do Pantanal acredita nas salinas e na qualidade da terra.

No Pantanal, a separação dos touros das vacas, refletindo o caráter extensivo da criação é comandada também pela variabilidade das condições ambientais. A zootecnia recomenda a interferência do criador de gado nesta separação visando a uniformização da produção, na medida que o nascimento simultâneo dos bezerros facilita o manejo, visando também o aumento da produtividade, com o aproveitamento da época em que o cio é mais freqüente.

A extensividade da criação no Pantanal determina que o estado dos animais, no caso particularmente das vacas, decorre antes de mais nada da disponibilidade de pastos naturais. Como já dissemos, não há condições econômicas de generalização de pastos plantados e muito menos do emprego de ração nos períodos de maior carência.

---

(15) "[...] primeiramente o sal não era dado ao gado em vista da grande dificuldade de trazê-lo até às fazendas. O transporte de cargas era feito em carreta de bois e batelões - que tinham uma tonelagem de 5 a 6 mil quilos - 'puchado' à zinga, durante alguns dias em cada viagem, o que desestimulava o criador em fornecê-lo ao gado convenientemente." BARROS NETTO, José de - op. cit. p. 57.

Assim, no caso de um inverso mais prolongado ou mesmo de chuvas excessivas (chuvas durante o inverno, prolongando-se pela primavera adentro) que cheguem a cobrir parte significativa das pastagens e o super-pisoteio do restante, ocorre o enfraquecimento das mesmas, provocando uma alteração no cio das vacas. Qualquer rigidez na prática dos criadores quanto à época de separação dos touros, pode resultar na sua realização num momento que não seja o adequado, no caso de um cio tardio. Isso irá evidentemente refletir na queda da produção.

Aliás, com o enfraquecimento das pastagens e conseqüentemente dos animais, mesmo quando as vacas conseguem ficar "prenhe", o risco do aborto é muito grande.

Também a desterneiração[16] revela o caráter extensivo da criação e conseqüentemente as determinações da diversidade das condições naturais no tempo e no espaço. Enquanto nas áreas de pecuária intensiva, esta separação deve e pode ser feita mais cedo, no Pantanal quando se faz necessária como prática do criador de gado, ela só pode ser feita no mínimo com 10 meses de idade.

Ocorre que o gado acrioulado, mestiço do zebu e do gado pantaneiro tem uma baixa capacidade de lactação devido a pouca suplementação alimentar (inundações, períodos de seca, que fazem com que a região apresente geralmente um período curto de pastagem nutritiva durante o ano) e de não haver exigência de maior produção de leite do que a necessária para a sustentação do bezerro. Assim, praticamente a desterneiração é feita por si só, sem a interferência do pecuarista. Lembra Barros Netto:

---

(16) Desterneiração consiste no processo de separação das vacas de suas crias, para poupar sua energia ou para engordá-la.

> "[...] a desterneiração foi ficando por conta da própria natureza e o fazendeiro sentindo que, quando o tempo corria bem e seu gado tinha bastante pasto, boa porcentagem das suas vacas repetiam cria; e quando havia enchente excessiva, não havia desterneiração que melhorasse a produção de maneira apreciável ou, pelo menos, de modo que pudesse ser sentida a olhos."[17]

Afora estes curtos períodos do trato do gado por parte dos peões ou vaqueiros, inclusive com emprego de trabalhadores temporários, a criação se faz à solta, embora praticamente hoje, todas as fazendas estejam cercadas, nas chamadas *invernadas de cria*[18].

Como já dissemos, os campos do Pantanal não se constituem permanentemente numa fonte regular e abundante de alimentação para o gado,sendo necessário a verificação periódica das condições das invernadas e do estado geral dos pastos.

A região é caracterizada por períodos de secas de outono e inverno e chuvas de primavera e verão, além das cheias que se iniciam, em geral, no início do verão, chegando ao máximo em fins do outono, havendo por conseguinte um tempo médio de retardamento em relação às precipitações de três meses para o começo da enchente e de quatro meses para o auge da mesma[19].

Nas condições do criatório do Pantanal o gado pois, só poderá estar em condições de vencer a escassez de pastos no inverno caso as pastangens sejam abundantes na primavera e no verão, o que nem sempre ocorre quando há chuvas antecipadas no inverso que se prolongam pela primavera, ou ainda, quando há

---

(17) BARROS NETTO, José de - op. cit., pp. 75-76.
(18) SANTIAGO, Alberto Alves - op. cit., p. 139.
(19) VALVERDE, Orlando - op. cit., p. 84.

atraso nas chuvas de primavera "enchendo os campos logo na entrada da primavera 'queimando' as pastagens com água parada".

Essas condições irregulares do pasto no decorrer do ano e na sucessão dos anos, implica a não utilização rígida de pastagens e na ausência de manejo do gado que se cria

> "[...] um tanto livremente, sem limitações nas suas caminhadas em busca de refúgios ou de pastos melhores, nesta ou naquela época do ano."[20]

Preocupando-se o fazendeiro em garantir para o gado mais *vazantes* ou *baías* e partes mais altas não inundáveis, evitando conter o gado em áreas determinadas a não ser nos casos absolutamente necessários, quando se traça cercas no sentido transversal ao do que corre as águas, para garantir ao gado todas as suas *vazantes*[21].

A necessidade de invernadas muito grandes implica também numa preocupação em não realizar com o gado caminhadas longas e freqüentes, a não ser aquelas necessárias para os trabalhos do gado, caminhadas que implicam apreciável perda de energia por parte do animal e diminuição da sua capacidade de resistir às secas de inverno.

A pouca disponibilidade de pastagem e o curto espaço de tempo em que o pasto está realmente bom, resultam numa perda de peso das reses, particularmente das vacas que estão criando, já que têm a sobrecarga da amamentação que as leva a entrar no inverno em pior estado físico. As novilhas de primeira cria, quando enxertadas muito novas, sofrem acentuada fraqueza e geralmente não repetem a cria, sendo necessário, um

---

(20) BARROS NETTO, José de - op. cit., p. 54.
(21) Idem, ibidem, p. 130 e sgts.

bom espaço de tempo para recuperação física e concepção de nova cria (24); o que leva à baixa produtividade da criação no Pantanal, praticamente estagnada desde há trinta anos. ("As porcentagens anuais de nascimento na Nhecolândia por exemplo, são de 50%").

A esta baixa produtividade devem ser acrescentadas as perdas numerosas por ocasião das grandes cheias (e o Pantanal tem enfrentado este problema desde 1974, sucessivamente); as perdas e a diminuição generalizada de peso decorrente das longas caminhadas de transporte aquático, etc.; em direção às invernadas de recria e engorda, sobre o que trataremos posteriormente.

3. *RELAÇÕES DE TRABALHO*

O caráter extensivo da pecuária expressa-se evidentemente também no próprio emprego da mão-de-obra e nas relaços de trabalho.

Os 1.344 imóveis do município de Corumbá, equivalendo a uma área de 5.745.071,3 ha, utilizam um total de 4.493 pessoas trabalhando como mão-de-obra permanente, dando uma média de 1.278,7 ha/mão-de-obra permanente. E mesmo nos períodos de maior trabalho, como por exemplo, a época de marcação, aparte, castração etc., o número máximo de mão-de-obra (assalariada temporária, permanente e familiar), corresponde a 8.290 trabalhadores, o que equivale a uma média de 693 ha/trabalhador.

Em outros termos, para um plantel de 1.780 mil cabeças temos uma média de 396,2 bois/trabalhador e para esse mesmo efetivo e para o número máximo de mão-de-obra utilizada nos

períodos em que o trabalho é mais intenso, ou seja, incluídos os trabalhadores temporários, teremos 214,7 bois/trabalhador[22] (fig. 9).

Enquanto que na lotação dos pastos (cab/ha) ocorre uma regularidade nas classes de propriedades superiores a 500 hectares como se pode observar na fig.9, verifica-se que, com relação ao emprego de mão-de-obra, acentua-se a extensividade da atividade à medida que cresce a dimensão dos imóveis rurais.

As propriedades acima de 1.000 hectares concentram 83,5 do total da mão-de-obra empregada, sendo que 33,8% da mão-de-obra está nas propriedades acima de 10.000 hectares. Porém, enquanto que nas propriedades abaixo de 1.000 hectares temos uma média de 40 bois/trabalhador, (87 bois/trabalhador nas de 500 a 1.000), nas propriedades acima de 1.000 hectares temos 270,3 bois/trabalhador. Evidencia-se com isso, que a sua extensividade aumenta na medida que aumenta a dimensão da propriedade. Ou seja, ao aumento nas proporções do plantel, não corresponde um aumento do número de trabalhadores, quer permanentes, quer temporários em particular, como se pode ver na fig.9.

Segundo os dados do INCRA, a mão-de-obra utilizada nos imóveis rurais de Corumbá é constituída por duas categorias: os assalariados permanentes e os dependentes do proprietário trabalhando (mão-de-obra familiar). Dos imóveis rurais, 45% não utilizam mão-de-obra assalariada permanente, mas essas

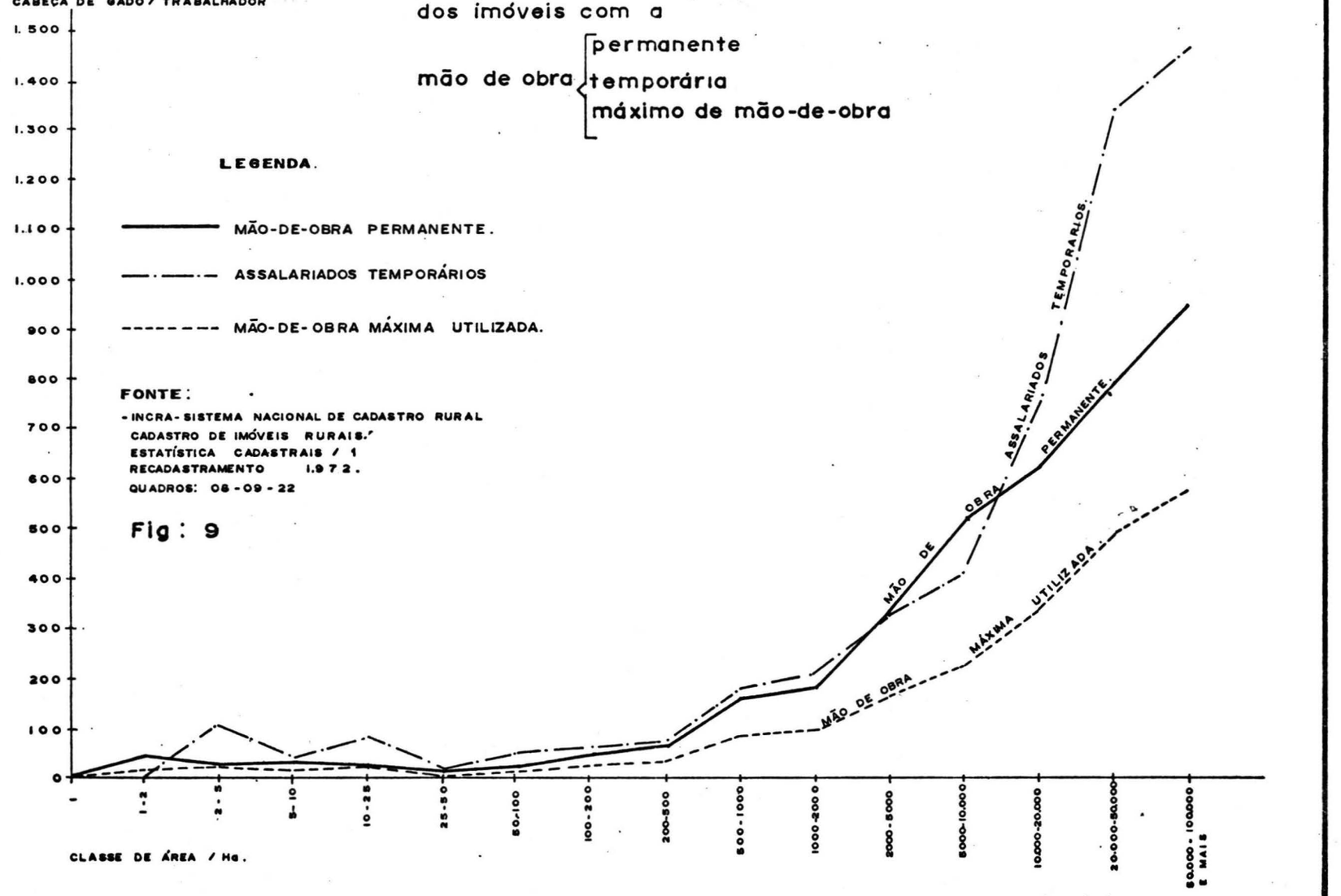
---

(22) Este cálculo está pressupondo que todos os trabalhadores, estão empregados em unidades que tenham o gado bovino, mas, convém lembrar que, apenas 1.029 unidades declararam possuir bovinos e que são 1.344 no total.

Município de Corumbá

Relação Cabeça de gado / dos imóveis com a

mão de obra { permanente / temporária / máximo de mão-de-obra



propriedades englobam apenas 12,6% da área total, o que significa evidentemente que 55% dos imóveis (que englobam 87,4% da área total) utilizam essa modalidade de força de trabalho.

Assim, a maioria dos imóveis que não utilizam o assalariado permanente corresponde às propriedades de dimensões menores, onde é mais intensa a utilização da mão-de-obra familias e à medida que elas aumentam, intensifica-se o emprego do assalariado permanente. (Quadro 6).

Cabe, todavia, ressalvar o seguinte: quando os pecuaristas declaram em sua ou suas propriedades, dependentes seus trabalhando, nem sempre se trata de fato de dependentes como entendemos, ou sejam, filhos ou quaisquer outros membros da família. Nas entrevistas feitas, fomos informados que, na Nhecolândia por exemplo, entre os trabalhadores permanentes nas propriedades, estão aqueles que são moradores, declarados como dependentes do proprietário e que são efetivamente membros de sua família. Mas, informações obtidas sobre essa mesma área contradizem a anterior, quando afirmam que esses dependentes são muitas vezes agregados, que alí estão por moradia e alimentação.

No Paiaguás, por outro lado, de acordo com entrevista, há realmente agregados. São eles pessoas que vivem nos imóveis rurais dessa área, às margens dos cursos d'água, vivendo da pesca, da coleta e de alguma cultura de subsistência, mas sem vínculo empregatício com os proprietários dos imóveis. Em troca, por essa autorização de ocupar suas terras, os proprietários cobram-lhes prestação de serviços no período em que intensifica-se o trabalho, sendo provavelmente declarados pelos mesmos como dependentes do proprietário do imóvel.

QUADRO 6

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

CLASSES DE ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS SEGUNDO A NATUREZA DA MÃO-DE-OBRA EMPREGADA

CLASSES DE ÁREA - Ha -	TOTAL		Imóveis sem assalariados Permanentes				Imóveis com assalariados Permanentes			
			Imóveis		Área		Imóveis		Área	
	Nº de Imóveis	Área - Ha -	Nº	%	- Ha -	%	Nº	%	- Ha -	%
Menos de 1	3	1,5	3	100,0	1,5	100,0	-	0,0	-	0,0
1 a menos de 2	7	9,5	6	85,7	8,5	89,5	1	14,3	1,0	10,5
2 a menos de 5	32	105,1	26	81,3	82,8	78,8	4	12,5	15,3	14,6
5 a menos de 10	28	178,1	25	89,3	159,1	89,4	1	3,6	9,0	5,1
10 a menos de 25	90	1.418,5	63	70,0	1.013,8	71,4	23	25,6	352,7	24,8
25 a menos de 50	33	1.190,9	24	72,7	875,9	73,5	9	27,3	315,0	26,4
50 a menos de 100	63	4.030,7	40	63,5	2.590,6	64,3	20	31,7	1.231,1	30,5
100 a menos de 200	81	9.631,6	65	80,2	7.650,7	79,4	13	16,0	1.624,9	16,9
200 a menos de 500	107	33.593,4	78	72,9	24.478,6	72,9	19	17,8	5.782,7	17,2
500 a menos de 1.000	109	75.126,8	67	61,5	44.235,2	58,9	33	30,3	23.930,7	31,9
1.000 a menos de 2.000	150	212.221,6	67	44,7	88.259,6	41,6	70	46,7	105.493,5	49,7
2.000 a menos de 5.000	290	861.296,3	89	30,7	236.118,5	27,4	176	60,7	546.014,4	63,4
5.000 a menos de 10.000	127	913.666,7	15	11,8	103.501,0	11,3	104	81,9	761.317,6	83,3
10.000 a menos de 20.000	109	1.562.260,1	8	7,3	100.528,5	6,4	96	88,1	1.389.145,8	88,9
20.000 a menos de 50.000	48	1.504.025,5	1	2,1	47.668,0	3,2	43	89,6	1.306.118,8	86,8
50.000 a menos de 100.000	2	118.321,5	-	0,0	---	0,0	2	100,0	118.321,5	100,0
TOTAL	1.279	5.297.077,8	577	45,1	657,172,3	12,4	614	48,0	4.259.674,0	80,4

FONTE: INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais - Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento - 1972 - 01/07/08

OBS.: Não constam do quadro os dados considerados pelo INCRA, como inconsistentes.

Essa mão-de-obra dependente do proprietário, aparece em número maior, nos imóveis que declararam não empregar assalariados permanentes, o que nos parece lógico. A utilização da mão-de-obra de elementos da família e a incidência destes, ao contrário, é menor nos imóveis com assalariados permanentes. (Quadro 7)

Mas, comparada a utilização de mão-de-obra das unidades que empregam assalariados permanentes e das que não empregam assalariados permanentes, - no primeiro caso, assalariados permanentes mais trabalhadores dependentes do proprietário e no segundo caso, apenas trabalhadores dependentes do proprietário - constata-se uma média de pessoas trabalhando permanentemente por unidade, nitidamente superior nos imóveis rurais com assalariados permanentes, particularmente naquelas classes de propriedades superiores a 1.000 hectares, ou seja, aquelas que têm mais significado para a criação.

QUADRO 7

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

NÚMERO MÉDIO DE DEPENDENTES DO PROPRIETÁRIO TRABALHANDO POR IMÓVEL

CLASSES DE ÁREA - Ha -	em imóveis sem assalariados permanentes			em imóveis com assalariados permanentes			Assalariados permanentes	Média	Media Geral
	número		média por	número		média por			
	unidades	dependentes	unidade	unidades	dependentes	unidade			
menos de 1	03	-	-	-	-	-	-	-	-
1 a menos de 2	06	-	-	01	-	-	01	1,0	1,0
2 a menos de 5	26	11	0,4	04	-	-	05	1,3	1,3
5 a menos de 10	25	18	0,7	01	01	1,0	01	1,0	2,0
10 a menos de 25	63	94	1,5	23	08	0,3	50	2,2	2,5
25 a menos de 50	24	32	1,3	09	03	0,3	13	1,4	1,7
50 a menos de 100	40	52	1,3	20	08	0,4	36	1,8	2,2
100 a menos de 200	65	53	0,8	13	04	0,3	17	1,3	1,6
200 a menos de 500	78	116	1,5	19	01	0,1	41	2,2	2,3
500 a menos de 1.000	67	72	1,1	33	06	0,2	73	2,2	2,4
1.000 a menos de 2.000	67	101	1,5	70	40	0,6	207	3,0	3,6
2.000 a menos de 5.000	89	115	1,3	176	87	0,5	592	3,4	4,1
5.000 a menos de 10.000	15	11	0,7	104	54	0,5	508	4,9	5,4
10.000 a menos de 20.000	08	03	0,4	96	42	0,4	760	7,9	8,3
20.000 a menos de 50.000	01	-	-	43	12	0,3	572	13,3	13,6
50.000 a menos de 100.000	-	-	-	02	04	2,0	16	8,0	10,0

FONTE: INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de IMÓVEIS Rurais - Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento - 1972 - 01/07/08.

Isso pode significar omissão de informações ou que as atividades desenvolvidas nos imóveis que não empregam assalariados permanentes, seja, em geral, mais extensivas ainda do que aquelas desenvolvidas nas outras. Mas, pelos dados gerais e pelas entrevistas e leituras feitas, a extensividade da atividade é uma característica geral no Pantanal e particularmente, no Pantanal de Corumbá. Algumas transformações que se revelam no sentido de intensificá-la, não podem ser generalizadas e nem relacionadas com o emprego de mão-de-obra assalariada permanente. Não ignorando, mas descartando, a possibilidade de que esse resultado seja produto apenas de omissão de informações, talvez se pudesse levantar a hipótese de que muitos desses imóveis rurais não constituem de fato unidades de exploração, mas são partes de unidades que aglutinam diversos imóveis rurais de um mesmo proprietário ou de uma mesma família. A própria existência de gado bovino, muito freqüente em imóveis rurais com dimensões inferiores a 500 hectares, numa região onde a pecuária leiteira não tem muita expressão, vem de encontro a essa hipótese.

Consideramos ainda necessário esclarecer a natureza das relações de trabalho que existem efetivamente entre os proprietários, na verdade geralmente representados por administradores e/ou capatazes, e boa parte dos trabalhadores declarados como assalariados permanentes. Ao serem entrevistados, alguns trabalhadores, desconheciam o seu salário, embora se dissessem assalariados; recebendo do patrão o necessário para sua sobrevivência, o que justificam pela impossibilidade de irem com freqüência até Corumbá, por causa da distância, muitas vezes vencida apenas de avião ou de barco.

De acordo com José de Barros Netto:

"Os empregados, sejam diaristas ou mensalistas, estes especialmente, não recebem seus vencimentos mensalmente e sim quando deles necessita. O fazendeiro dispõe de um livro de Contas Correntes, onde cada vaqueiro tem a sua conta especial, e onde é anotado, um Deve e Haver, as despesas e créditos.

Na grande maioria das vezes o fazendeiro não dispõe de armazém fornecedor, de modo que as compras dos empregados, à exceção de gêneros alimentícios e algum medicamento fornecido em um almoxarifado chamado 'despensa', são feitas sob a forma de 'encomenda' à cidade, quando o patrão ou capataz a ela se dirige. Quase sempre roupas, lanternas, calçados, rádios, etc., são os artigos mais pretendidos."[23]

Toma-se um certo cuidado com o empregado, quando este é recém-admitido, na aceitação das "encomendas", no sentido de não permitir que a dívida se avolume, conforme o mesmo autor.

E ainda:

"[...] com os empregados mais 'antigos', as necessidades da aquisição freqüentemente não são apreciadas relativamente quanto ao seu débito. Ou seja: o patrão não costuma levar muito em conta a situação financeira do empregado, em relação à fazenda, mesmo às vezes tratando-se de bens supérfluos."[24]

Não é difícil compreender tal comportamento seja do capataz ou do fazendeiro, em relação aos empregados. Quanto ao comportamento em relação ao diarista (ou recém-admitido), pela própria característica dessa categoria de empregado, que não tem nenhum vínculo empregatício, mas "liberdade" de ir e vir, o que não dá ao empregador garantias quanto à quitação de

---

(23) BARROS NETTO, José de - op. cit., p. 91.

(24) Idem, ibidem, p. 91.

sua dívida. O trabalhador "mais antigo", que domina a atividade interessa ao patrão tê-lo, na fazenda, e o crédito aberto, dado "seu tempo de serviço", que mantêm sua dívida permanente, é utilizado pelo fazendeiro para mantê-lo "preso", embora juridicamente seja considerado um homem-livre. É bom lembrar que esta *liberdade* é condição, no modo de produção capitalista, para que um possa vender e outro comprar a força de trabalho. Diz Martins:

> "O principal da expansão do Capitalismo é basicamente isso: - os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalho.[...] Tornam-se também livres no sentido de que não estão subjugados por ninguém, por um proprietário de terra ou por um senhor de escravos.Além de livres são, pois, iguais àqueles que são proprietários. É nessa relação de liberdade e de igualdade, que se baseia a relação social Capitalista. [...] São iguais ao capitalista, ao patrão, no sentido de que um vende e o outro compra força de trabalho, um trabalha e o outro paga um salário pelo trabalho. A relação de compra e venda só pode existir entre pessoas formalmente iguais. Só pessoas juridicamente iguais, podem fazer contratos entre si. [...]"[25]

Do período de desbravamento até a Segunda Guerra, tanto o fazendeiro como seus peões, estavam mais ligados ao imóvel. As relações de trabalho não eram "assalariadas" e nem existia o diarista, dado o isolamento forçado em função da precariedade dos meios de comunicação e transporte:

> "[...] constituíam um conjunto harmônico, igualmente com

---

(25) MARTINS, José de Souza - "A sujeição da Renda da terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária" in *Encontros com a Civilização Brasileira*, V. 22, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980 (199-221) p. 200.

> prometidos na preservação daqueles bens naturais, no cuidado às pastagens e no desvelo à boiada. Na verdade, formavam uma sociedade lucrativa, sob regime patriarcal, porquanto vaqueiros e agregados possuíam 'pontas de gado', com 'ferros' próprios, usufruindo livremente as pastagens que lhes cediam gratuitamente os legítimos donos do campo. O relacionamento era sumamente amistoso, com o devido respeito à pessoa do patrão, de ordinário simples e bondoso."[26]

A "harmonia" referida na citação anterior, de certa forma condizia com a realidade, ainda que se pudesse considerá-la mascarada pela inconsciência da significação dessa relação patriarcal. Até as primeiras décadas desse século, pode-se supor que a oferta de trabalhadores, vaqueiros em particular, fosse escassa; o que dava a eles e aos próprios agregados, dada as dificuldades de uso do trabalho temporário assalariado, um poder maior de barganha. Expressava-se isso na participação nos frutos da atividade, na utilização de pastagens dentro das próprias fazendas e no plantio de roças de subsistência.

Já na segunda metade do século atual, a situação havia se transformado. Os encargos acarretados ao empregador pelas Leis Trabalhistas, a melhoria dos meios de transporte e comunicação, o crescimento populacional e o conseqüente aumento da disponibilidade da mão-de-obra, levaram a alterações nas relações de trabalho. Desaparece a figura do vaqueiro com parte na produção, substituido pelo assalariado permanente como o caracterizamos há pouco, e difundindo-se o emprego de diaristas como uma forma de racionalização.

Tais diaristas, diz Barros Netto:

---

(26) SOUZA, Lécio Gomes de - "Prefácio" in BARROS NETTO, José de - op. cit., p. 6.

> "[...] pouco vão à cidade, constituem-se em vaqueiros ambulantes apenas, quase sempre encontrando trabalho no Pantanal, sem interrupção, passando desta para aquela fazenda [...], são os preferidos pelos fazendeiros, que, também, os preferenciam (sic) a contratar outros que, permanentes venham onerar mais sua economia."[27]

São contratados geralmente durante o trabalho com o gado, sendo depois dispensados.

Este regime de trabalho oferece vantagens ao empregador, que vem procurando manter em seu imóvel, apenas o número estritamente necessário de trabalhadores permanentes, contratando os diaristas para as épocas de trabalho mais intenso.

Também, aquele vaqueiro do início do século, deixa de ser necessário nos moldes anteriores, uma vez que o gado, antes criado à solta e bravio, hoje é em contrapartida,um "boi manso" e facilmente manejado.

O fazendeiro que antes passava a maior parte do seu tempo na fazenda, hoje está mais ausente, estabelecendo-se a partir de então, uma nova relação, a presença do capataz ou do administrador da fazenda, que a gerencia na sua ausência. À medida que os filhos vão se tornando adultos, partem para os grandes centros para concluírem seus estudos, e nem sempre manifestam interesse em retornar à zona rural. Muitos, ao tomarem posse das fazendas por herança, as administram à grandes distâncias e até mesmo por telefone.

4. *ESCOAMENTO DO GADO*

Como já dissemos anteriormente, Corumbá definiu-se, particularmente, como centro produtor de gado de corte, caben

---

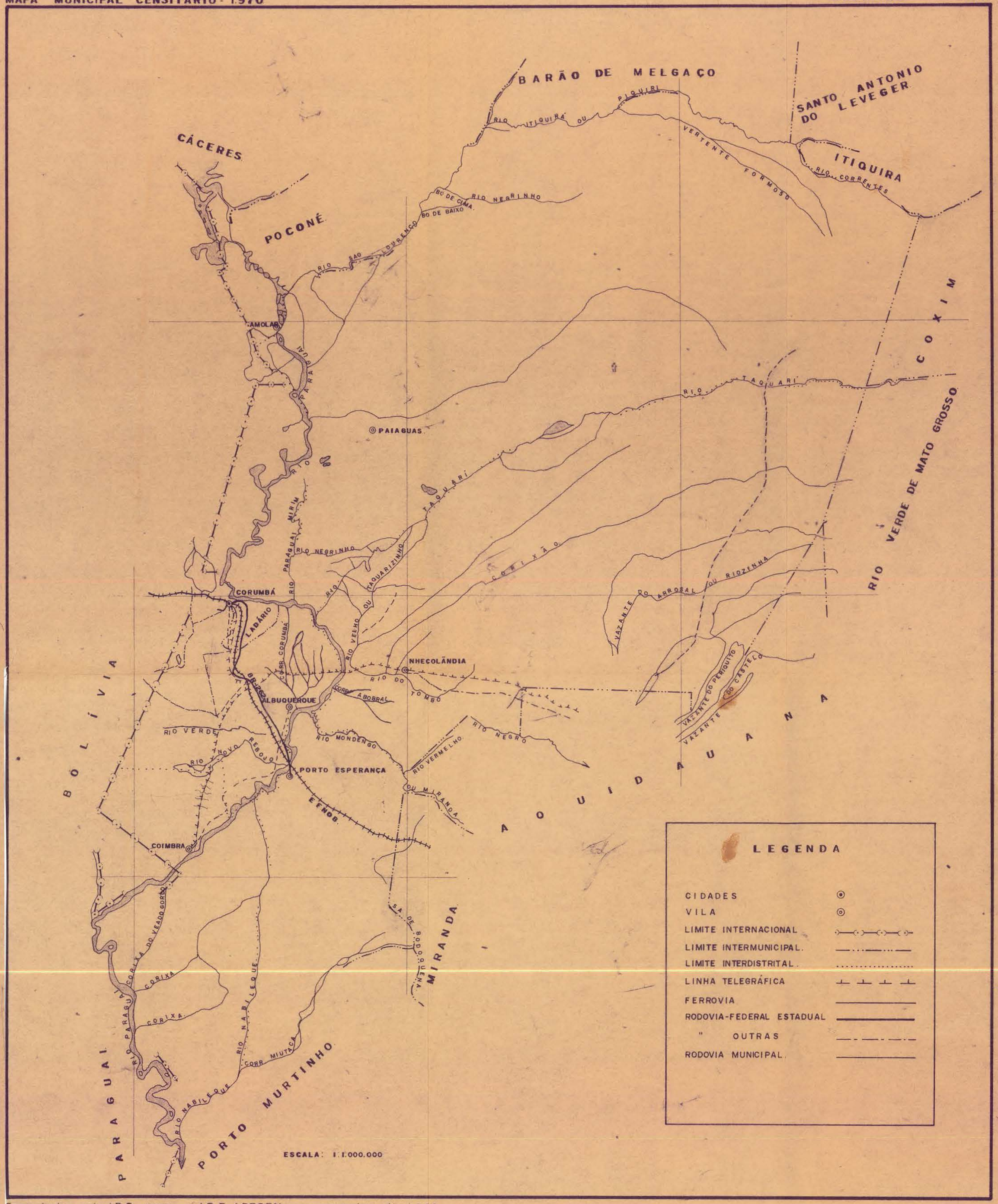
(27) BARROS NETTO, José de - op. cit., p. 86.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

MAPA MUNICIPAL CENSITÁRIO - 1.970

CORUMBÁ — M.S.

2.319



ESCALA: 1:1.000.000

LEGENDA

CIDADES	⊙
VILA	⊙
LIMITE INTERNACIONAL	
LIMITE INTERMUNICIPAL	
LIMITE INTERDISTRITAL	
LINHA TELEGRÁFICA	
FERROVIA	
RODOVIA-FEDERAL ESTADUAL	
" OUTRAS	
RODOVIA MUNICIPAL	

Executado pelo I.B.G. para o I.B.E / DECEN em novembro de 1.968

BASE: MMC/68

do-lhe a cria, enquanto que a recria e engorda cabem às áreas intermediárias e o abate às áreas de industrialização e consumo maior. Do valor total da produção, 32,6% equivalem à produção perdida, consumida e/ou estocada e, 67,2% é vendida. (fig. 10 - Quadro 8).

QUADRO 8

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

DESTINO DA PRODUÇÃO

CLASSES DE ÁREA - Ha -	Valor Total da Produção Cr$1.000	Destino da Produção em Relação ao TOTAL	
		Perdida/Consumida e/ou Estocada %	Vendida %
menos de 1	01	100,0	-
1 a menos de 2	01	100,0	-
2 a menos de 5	04	25,0	75,0
5 a menos de 10	35	37,1	62,9
10 a menos de 25	105	36,2	63,8
25 a menos de 50	24	37,5	62,5
50 a menos de 100	110	13,6	86,4
100 a menos de 200	76	19,7	80,3
200 a menos de 500	332	35,2	64,8
500 a menos de 1.000	201	36,8	63,2
1.000 a menos de 2.000	1.971	24,9	75,1
2.000 a menos de 5.000	10.695	44,8	55,2
5.000 a menos de 10.000	9.385	24,7	75,3
10.000 a menos de 20.000	16.805	31,5	68,5
20.000 a menos de 50.000	16.295	11,0	89,0
50.000 a menos de 100.000	923	20,7	79,3
100.000 e +	- -		
INCONSISTENTES	34.748	42,9	57,1
T O T A L	91.711	32,8	67,2

FONTE: INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1 - 12

Segundo Bento Souza Porto, 17% dos negócios de animais realizados em 1967, foram efetuados com frigoríficos de São Paulo, 41% com invernistas de São Paulo, 14% com o Frigo-

Município de Corumbá.- Destino da Produção

Fig: 10



FONTE: SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL.
CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS ESTATÍSTICAS
CADASTRAIS / 1 - RECADASTRAMENTO 1.972.

rífico matogrossense S.A. (FRIMA) em Campo Grande e 28% com açougueiros e vizinhos. O peso muito grande de negócios com os invernistas relaciona-se, com a distância do Pantanal dos centros de industrialização e realça o significado da região como produtora de gado magro de corte[28].

Isso, além de mostrar que a Pecuária do Pantanal está inserida numa economia de mercado, mostra também uma homogeneidade no destino da produção tanto nas propriedades menores como nas de maiores dimensões (Quadro 11). Pode-se supor que, as propriedades menores estejam mais voltadas para o abastecimento local ou ainda que se constituam partes de maiores unidades de produção.

Este gado, criado no Pantanal, é, pois vendido principalmente para São Paulo, onde se localizam as invernadas de engorda e as áreas de abate. Mais recentemente, após a década 50, com a instalação de frigoríficos regionais, como por exemplo, em Campo Grande e Dourados, invernadas começam a penetrar o sul de Mato Grosso, nas áreas limítrofes de São Paulo, passando a haver engorda no Estado de gado procedente das suas várias regiões criadoras, dentre as quais o próprio Pantanal, como indicam os dados citados anteriormente.

O transporte dos animais, dependendo dos métodos de comercialização, tipos de animais , pelos custos, idade, disponibilidade dos meios pode ser efetuado por vários meios: a pé, por ferrovia, rodovia e mesmo fluvial.

---

(28) PÔRTO, Bento Souza - *Análise Econômica dos Sistemas de Transporte de Bovinos de Mato Grosso para São Paulo*. Tese apresentada à Escola de Pós-Graduação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, como parte das Exigências do Curso de Economia Rural, para obtenção do Grau "Magister Scientiae". Viçosa, Minas Gerais, 1969. p.32.

Grande parte do rebanho bovino do Pantanal faz longos percursos a pé. Boiadas são tangidas através dos campos, trilhas e estradas boiadeiras, desde o Pantanal até mesmo os limites do Estado de São Paulo; ou das fazendas distantes até por mais de 100 ou 200 quilômetros até portos de embarque na Bacia do Paraguai e estações da Noroeste do Brasil dentro do Estado.

Esta boiada, constituída por gado magro percorre longas distâncias, atravessando a nado os cursos d'água ou através das balsas ou pelas raras pontes, sendo comum a perda de animais por morte, e muito freqüente a depreciação de novilhos:

> "O transporte a pé é responsável por grandes prejuízos, sabendo-se que bois de três anos, sujeitos a caminhadas de 1.000 quilômetros no interior de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, em demanda das invernadas do oeste paulista, chegam a perder em 50 ou 60 dias de viagem cerca de 90 quilos de peso, cuja recuperação leva, pelo menos 180 dias, ou 6 meses. A situação é ainda agravada com as perdas por morte e extravio, que são freqüentes nessas longas viagens."[29]

Acrescente-se que nem sempre o gado transportado a pé tem o destino pré-estabelecido, quando são negociados na origem ou nos próprios corredores de gado. Ficam então, em pastos de aluguel muito desfrutados, a espera de invernistas ou representantes dos frigoríficos, às vezes por semanas, acarretando prejuízos maiores que se somam aos desgastes de percurso.

É preciso destacar, que mesmo dentro do Pantanal, o deslocamento a pé, em busca de outros meios de transporte são particularmente longos. Para se ter uma idéia das distâncias,

---

(29) SANTIAGO, Alberto Alves - op. cit., p. 88.

e interessando apenas ao município de Corumbá, cujas terras são as melhores situadas com relação à estrada de ferro, lembramos que a sede do município de Paiaguás está, em linha reta, a 80 quilômetros da cidade de Corumbá; a do distrito da Nhecolândia a 70 quilômetros, essa última sede está a 60 e 50 quilômetros respectivamente, das estações ferroviárias de Porto Esperança e Albuquerque. Enfim, distâncias, que significam pelo menos, 3 ou 4 marchas (dias de viagem).

Outro meio, para o transporte do gado bovino, utilizado significativamente no Pantanal, é o transporte fluvial.

Em amplas áreas do Pantanal - como por exemplo, as áreas de Amolar, Coimbra e mesmo de alguns pontos do Paiaguás - a navegação, é mesmo o único meio de transporte que, funciona todos os meses do ano, sem interrupção.

O transporte fluvial do gado, é feito atualmente pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata, com sede em Corumbá e por algumas empresas particulares que mantêm navios "boieiros", além de chatas e barcaças que exploram esse sistema de transporte.

Além de, em grande parte da área, não restar outra opção, é um transporte de custos inferiores quando comparado ao transporte por via férrea ou rodoviário; é um meio de transporte que causa muito pouco dano aos animais, ainda que tenha como limitação mais significativa, a sua morosidade.

Aliás, pela sua morosidade, presta-se muito mais ao transporte do gado magro, o que se ajusta às condições da criação do Pantanal:

> "O gado magro, vacas e novilhos em crescimento podem suportar uma viagem de 50 ou mais horas sem alimento e sem bebida. Os bois gordos já sentem bastante os deslocamen

> tos que durem mais de 40 horas, podendo sucumbir depois de 50 ou 60 horas."[30]

O destino principal desses animais, transportador por via fluvial são as estações de embarque da Noroeste do Brasil, Corumbá, Porto Esperança e principalmente Albuquerque. Segundo Bento Pôrto, esses fluxos de animais têm origem há mais de 1.500 quilômetros, estando o Porto mais distante Descalvado a cerca de 1.400 km dos portos principais, concentrando-se os maiores volumes transportados, 40% em 1966, entre 600 e 900 quilômetros de percurso[31].

Apesar de seu trajeto estar na posição Sudoeste do Pantanal, e da sua conhecida rigidez, a Noroeste do Brasil desempenha um papel significativo no transporte do gado em pé, do Pantanal, para os campos de recria e engorda e mesmo para os frigoríficos.

Há mais de 50 anos, desde a instalação da grande indústria frigorífica em São Paulo, as ferrovias, vêm atendendo às necessidades de transporte do gado em pé, principalmente daqueles criados e engordados, às margens de seus trilhos; ainda que seja para elas considerada onerosa, não lucrativa, dado que, além do baixo índice de aproveitamento da lotação dos vagões, esses retornam vazios às áreas de origem.

No transporte de bovinos das áreas de cria ou engorda aos centros de abate, conforme Santiago, colocam-se duas questões fundamentais, uma do ponto de vista das empresas ferroviárias e outro da economia pecuária:

> "Os bovinos são uma mercadoria que, tendo características especiais como carga a ser conduzida pelas ferrovias,

---

(30) SANTIAGO, Alberto Alves - op. cit. p. 109.

(31) PÔRTO, Bento Souza - op. cit. pp. 42 e sgts.

> não oferece os mesmos coeficientes técnicos de outros artigos comuns. As gaiolas para bovinos vivos têm um coeficiente de carga útil, em relação ao peso bruto tracionado, igual a 20 - 25%, ao passo que o coeficiente médio dos vagões cobertos pelas mercadorias comuns é de 50-55%."[32]

Nos principais centros de pecuária, as estradas mantêm embarcadouros às margens das linhas e especificamente no Pantanal, como já dissemos os embarcadouros da estação de Albuquerque, articulada com o porto fluvial de Morrinhos.

Nas áreas, em que sofre a concorrência cada vez maior do transporte rodoviário, trata-se de um meio de transporte, que se presta muito mais ao gado gordo, particularmente, aqueles "invernados" próximos aos pontos de embarque, evitando-se assim, longos deslocamentos a pé. Não é o caso do Pantanal, onde a outra alternativa - o transporte a pé - para o deslocamento do gado em direção às áreas de invernada, perde poder de concorrência, à medida que as distâncias aumentam.

Por isso, como diz Bento Pôrto:

> "As estações de embarque que maior volume de animais embarca, anualmente, dentro do Estado, são as estações localizadas no Pantanal. Dentre elas, a de maior destaque é a estação de Albuquerque."[33]

A redução do tempo de transporte poderia ser conseguido através do transporte por caminhão, que apesar de mais caro, compensa os custos, pois cobre maiores distâncias em um menor espaço de tempo que os demais meios.

Apesar de suas vantagens, o pecuarista pantaneiro

---

(32) SANTIAGO, Alberto Alves - op. cit., p. 92

(33) PÔRTO, Bento Souza - op. cit., p. 51.

não pode usufruir de seus benefícios, dada a inexistência de rodovias.

Existe um Plano de Desenvolvimento do Pantanal, o PRODEPAN (Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal), que desde há sete anos está sendo "implantado" e até agora nenhuma estrada foi feita e nem se conseguiu manter em funcionamento a única existente, a da "Integração", durante as enchentes:

> "Esta, insuficiente, porque não penetra verdadeiramente na Nhecolândia e sim corta-a apenas na área mais alagadiça, constitui-se mais na feitura de barrancos de pesca que em via de escoamento da produção. Justamente quando a produção nhecolandense está pronta a ser remetida, as alagações dão conta da estrada, sem levantamento nem escoadouros suficientes, interrompendo qualquer pretensão de penetração ou de saída, sejam de gêneros alimentícios ou de bois para abate."[34]

Os pecuaristas da região atribuem a ineficiência da estrada, ao desconhecimento da área por parte dos técnicos que a construíram. Há, segundo eles, necessidade de construção de mais vias de acesso, mas que isso seja feito observando-se as condições locais, particularmente, a rede de drenagem e o regime das águas.

A partir do momento que estradas de rodagem se implantem na região, deverão ocorrer transformações na sua economia, particularmente pecuária, e seus pecuaristas têm, evidentemente, certa consciência disso:

> "O dia que tivermos uma estrada cortando a Nhecolândia, certamente que a engorda será incentivada a ponto de todos procurarem vender seu boi já 'acabado', visto que

---

(34) BARROS NETTO, José de - op. cit., p. 144.

> com o frete de caminhão o desgaste do animal é muito menor, por mais longo que seja o percurso."[35]

Porém, até que não ocorram essas transformações em relação ao escoamento da produção, a partir do que o sistema de criação se transformará, pela diminuição nos custos do transporte, pela própria elevação do preço da terra decorrente, o que, implicará inclusive, em maior difusão do cultivo de pastagens, e uma criação mais intensiva, o Pantanal continuará cumprindo o papel que lhe foi reservado desde o início do século, pela divisão territorial do trabalho, ou seja, a produção de boi magro.

****

(35) BARROS NETTO, José de - op. cit., pp. 156-157

CAPÍTULO III

A NATUREZA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO ESPAÇO PANTANEIRO

1. *INTRODUÇÃO*

Para que possamos entender a natureza das relações de produção no espaço pantaneiro, torna-se necessário a compreensão, mesmo que em linhas gerais, do modo de produção que domina a realidade brasileira, ou seja, o modo de produção capitalista. E para tanto, precisamos conhecer determinadas leis de seu funcionamento, categorias que trouxe à tona; só a partir de então é que poderemos discernir o que é geral ou específico em qualquer sociedade atual.

Há sociedade onde o capital já domina com toda sua força, desde o campo, até a cidade, em que as contradições que aí se manifestam são aquelas inerentes especificamente ao modo capitalista de produção.

Encontramos, também, sociedades onde o capitalismo se manifesta de maneira complexa, não se apresentando com a pureza das relações capitalistas. Ao contrário, apresentam relações não caracteristicamente capitalistas ao lado daquelas essencialmente capitalistas. Isso, no entanto, não significa uma justaposição de modos de produção, que podem ser analisados isoladamente. Na verdade, há uma combinação de diferentes relações de distintos processos de trabalho e formas de valorização do capital, formando um todo único e onde se salienta a dominação de um sobre os demais:

> "[...] Em todas as formas de sociedade é uma produção determinada e as relações por ela produzidas que estabelecem a todas as outras produções e às relações a que elas dão origem a sua categoria e a sua importância. É como

> uma iluminação geral em que se banham todas as cores e que modifica as tonalidades particulares desta. É como um éter particular que determina o peso específico de todas as formas de existência que aí se salientam - [...].
>
> Seria portanto impossível e errado classificar as categorias econômicas pela ordem em que foram historicamente determinantes. A sua ordem é pelo contrário determinada pelas relações que existem entre elas na sociedade burguesa moderna e é precisamente contrária ao que parece ser a sua ordem natural ou ao que corresponde à sua ordem de sucessão no decurso da evolução histórica. [...] Trata-se da sua hierarquia no quadro da moderna sociedade burguesa."[1]

Neste caso, poderíamos falar de uma Formação Social Complexa.

Formação Econômica e Social, refere-se, como diz Martins:

> "[...] à totalidade do processo social do capital e à totalidade do capitalismo, mas não em relação a uma região determinada ou a um país determinado. O núcleo da formação não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual, [...] das diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade."[2]

Concordamos com Martins no que a Formação Social diz respeito à totalidade. Mas, a questão que ainda se coloca é a da identificação e a do significado das partes desse desenvolvimento desigual, dessas "diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade", inclusive, nas suas expressões espaciais ("geográficas").

---

(1) MARX, Karl - *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. 3ª ed. Ed. Estampa, Lisboa, 1974, pp. 235-236.

(2) MARTINS, José de Souza - *O Cativeiro da Terra*. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979, pp. 2-3.

A respeito diz Lipietz, quando indaga sobre esta "complexidade" e sobre as modalidades de articulação entre modos de produção[3]:

> "Uma formação social nacional apresenta uma articulação dos modos de produção sob a dominância de um deles, dominância cimentada pelo poder político de uma aliança de classes que dispõem de um aparelho de Estado e que assegura sua hegemonia (ideológica) sobre o conjunto da formação social." E ainda:
>
> "Uma armação ('armature') regional é uma região de articulação de relações sociais não dispondo de um aparelho de Estado Completo, mas onde se regulam, todavia, as contradições secundárias entre classes dominantes locais."[4]

As considerações a respeito, feitas por Lipietz vem responder às questões colocadas, quando não desconsiderando a "totalidade", há a preocupação em explicar as manifestações desta em suas particularidades, ou especificidades, a que denomina "articulação de modos de produção".

Francisco de Oliveira, também refere-se ao problema:

> "Uma 'região' seria, [...] o espaço onde se imbricam dialeticamente uma *forma especial de reprodução do capital* (o grifo é nosso), e por conseqüência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição."[5]

---

(3) Lipietz esclarece o sentido pelo qual toma "modo de produção". Questiona a posição de Althusser, "para quem os modos de produção, mesmo 'muito' dominados, permanecem modos de produção", e lembra que "não se deve esquecer que, na totalidade concreta, o 'traço' dos modos dominados no funcionamento do modo dominante freqüentemente não figura senão como 'formas' de produção do modo dominante". LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu espaço*. (trad.) François Maspero, Paris, (dat), p. 18.

(4) LIPIETZ, Alain - op. cit., p. 18

(5) OLIVEIRA, Francisco de - *Elegia para uma Re(li)gião:* Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p. 29.

Ao que parece, o autor acima citado, ao procurar precisar o conceito de região, não ignora também a totalidade, mas lembra que, ao considerá-la tão somente, tenderemos a uma homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, com o que desapareceriam as "regiões", que aqui dizem respeito às especificidades, às manifestações particulares das formas de reprodução e/ou valorização do capital. Simplesmente o dizer da "complexidade" muito pouco esclarece.

É ainda ele quem diz:

> "É possível reconhecer a existência de espaços econômico-político-sociais onde, por exemplo, o capital comercial comanda as leis de reprodução sem no entanto penetrar propriamente na produção; tal região se diferencia de uma outra onde o capital penetrou no próprio sistema produtivo, onde seria o capital industrial - em sentido lato, pois a agricultura capitalista também é uma indústria - o responsável pela reprodução do sistema; assim, sucessivamente as diversas formas de reprodução do capital conformariam 'regiões' distintas."[6]

Para uma análise do modo de produção, o que interessa realmente é a compreensão do processo social, do movimento da sociedade. E, ao observarmos a realidade brasileira, particularmente o campo, poderíamos ser levados, num primeiro momento, a concluir pelo não domínio do modo de produção capitalista.

Devemos lembrar que, o capital em seu movimento engendra e reproduz, se necessário for, relações não capitalistas de produção, porque a ele, isto é, ao capital, o que interessa muito mais que seu fortalecimento é a reprodução ampliada:

---

(6) OLIVEIRA, Francisco de - op. cit., p. 29.

"O capitalismo na sua expansão não só redefine antigas relações, subordinando-as a reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. [...] o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas."[7]

Como exemplo, podemos lembrar a propriedade fundiária, absorvida pelo capitalismo, que se expressa contraditoriamente na renda da terra. Esta, precede ao capitalismo, é por ele assimilada e transformada em renda capitalista da terra.

Ou ainda:

"A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo - o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições da sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. [...]."[8]

O capitalismo está em expansão e o fundamental nesse processo é a separação dos produtos dos meios de produção e, a transformação destes em trabalhadores livres, isto é, a única propriedade que mantém é sua força de trabalho.

A partir de então, o trabalhador vende sua força de trabalho, pela qual, o patrão que a compra, paga um salário, como equivalente daquilo que necessita para a sua reprodução.

---

(7) MARTINS, José de Souza - *O Cativeiro da terra*. op.cit., pp. 19-20.

(8) Idem, ibidem, p. 21.

Parte do capital, de propriedade do capitalista é transformado em salário, e desta forma o trabalho é apropriado pelo capital.

A sociedade capitalista se caracteriza por ser uma sociedade onde os seus produtos têm caráter de *mercadorias:*

> "[...] na produção mercantil e, com sua forma absoluta - a produção capitalista - os produtos são mercadorias, valor-se-uso com valor-de-troca realizável e conversível em dinheiro somente na medida em que outras mercadorias constituam um equivalente para eles, na medida em que, outros produtos se lhes oponham como mercadorias e como valores, ou seja, na medida em que eles não são produzidos como meios imediatos de subsistência para os próprios produtores, mas sim produzidos como mercadorias - produtos que só se tornam valores-de-uso mediante a sua conversão em valor-de-troca (dinheiro), mediante a sua alienação. O mercado para essas mercadorias se desenvolve graças à divisão do trabalho; a separação dos trabalhos produtivos transforma mutuamente seus produtos em mercadorias, em equivalentes recíprocos, levando-os a servir de mercado uns para os outros."[9]

A separação do trabalho produtivo se verifica tanto na indústria, como na agricultura, levando a uma especialização que é expressa na divisão internacional do trabalho, base do processo da economia capitalista.

No campo, a terra é o instrumento fundamental da produção e não pode ser considerada como capital.

O capital é o trabalho acumulado pelo capitalista, como meios de produção, e que são produzidos pelo trabalho. É produto do trabalho não pago, é o trabalho excedente, além da

---

(9) LENIN, V.I. - *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia:* o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Abril Cultural, São Paulo, 1982, pp. 13-14.

quele materializado como salário.

Só o trabalho cria valor. A terra é um bem natural, não é produto do trabalho e portanto, não tem valor, não é produto do trabalho assalariado e nem de qualquer outra forma de trabalho.

Enquanto, a apropriação dos meios de produção se dá no processo de produção:

> "[...] a legitimação da propriedade capitalista dos meios de produção vem, [...] do fato de que os produtos do trabalho assalariado aparecem como produtos do capital no começo do processo de produção - o trabalhador trabalha desde o início para o capitalista;"[10]

o mesmo não ocorre com a terra. Conforme afirma Martins, a apropriação desta não se dá no processo de trabalho:

> "[...] nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização de trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha a terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é."[11]

Mesmo a terra não sendo capital, este se apropria daquela. Da mesma forma, que o capital se apropria do trabalho e para isto paga ao proprietário da força de trabalho um salário, apropria-se também da terra, pagando para isso uma renda; então, a sujeição da terra ao capital se dá pelo pagamento da

---

(10) MARTINS, José de Souza - "A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária" in *Encontros com a Civilização Brasileira* V.22, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980. (199-221) p. 205.

(11) Idem, ibidem, p. 206.

renda territorial.

A propriedade fundiária, coloca-se diante da expansão do capital como um obstáculo, pois, o capitalista, ao pagar a renda ao proprietário da terra, imobiliza improdutivamente, essa parte do capital. A renda territorial é, assim, uma irracionalidade do capital, embora a sua apropriação se de em moldes capitalistas, permitindo, que o trabalho que nela se realiza, se torne subordinado ao capital.

A partir do momento em que se dá a apropriação da terra, pelo capital essa embora não sendo capital, torna-se seu equivalente.

Uma observação a ser feita é que, enquanto a mais valia é extraída no processo de trabalho, pelo capital, a renda fundiária não é:

> "No processo de produção, o trabalhador produz seu salário e o capitalista extrai seu lucro. A conversa com o proprietário da terra vem depois (sic), em separado, não obstante a sua renda também tenha que sair da produção. Só que nesta, a parte da riqueza que excede o necessário ao pagamento do salário do trabalhador, é apropriada pelo capitalista, porque ele é o proprietário do capital, e mais ninguém. Portanto, a renda que toca ao proprietário da terra terá de chegar num segundo momento. Isso ocorrerá quando o capital lhe pagar pelo direito de utilização de sua terra. Ora, o trabalhador produziu mais valia, incrementou a riqueza, para o capitalista. Quando este paga a renda ao proprietário, não está produzindo nada; está distribuindo uma parte da mais valia extraída dos seus trabalhadores. Por isso, a renda capitalista da terra não nasce na produção, mas sim na distribuição da mais-valia."[12]

---

(12) MARTINS, José de Souza - "A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária" in *Encontros com a Civilização Brasileira* V.22, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980. (199-221), p. 208.

Até agora estivemos falando em personagens distintas e opostas: o proprietário da terra e o capitalista, porém ambos proprietários dos meios de produção - um tem a terra e o outro, o capital - e unidos por um interesse comum, ou seja, a apropriação da mais valia produzida pelos trabalhadores.

Porém, tanto o proprietário da terra, como o capitalista podem estar unificados numa só pessoa e, mesmo quando isso ocorre, não desaparece a contradição existente entre a propriedade fundiária e o capitalista, ela é apenas disfarçada. Neste caso, a mesma pessoa toma para si o lucro e a renda.

A propriedade da terra, além de instrumento de produção é portanto uma relação social:

> "[...] É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação."[13]

E é ainda, como dissemos, um obstáculo à expansão do capitalismo, porque se coloca diante do capital para cobrar um tributo, uma renda. Este obstáculo é gerado no seio das relações capitalistas.

Após esta abordagem sobre as relações do modo de produção capitalista, retomaremos agora o "latifúndio" em Corumbá, procurando destacar os elementos mais necessários para compreender a natureza das relações que naquele espaço se estabelecem.

---

(13) MARTINS, José de Souza - "A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária" in *Encontros com a Civilização Brasileira* V.22, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980, (199-221), p. 213.

2. *O "LATIFÚNDIO" EM CORUMBÁ*

Se tomarmos como referência a caracterização mais geral do modo de produção capitalista, ou seja, a separação dos produtores diretos dos meios de produção e o emprego do trabalho assalariado e a produção de mercadorias, poderíamos afirmar que a produção organizada nas unidades de produção dessa região, é capitalista, confundindo-se numa só pessoa o proprietário da terra e o empresário capitalista.

Todavia, a criação de gado de corte se faz em grandes unidades consideradas não somente oficialmente (INCRA), mas comumente na literatura como latifúndio. E sobre o caráter das relações de produção do latifúndio há uma longa polêmica na literatura científica brasileira que, não cabe aqui, evidentemente, recuperar, mas que precisa ser minimamente considerada em razão do caráter que assumem as relações de produção na atualidade no Pantanal, e do processo de transformação que passaram neste século.

Mesmo porque diz Lenin:

> "[...] é injustificável classificar os latifúndios dentro da economia capitalista, sem a preocupação em analisar, de forma especial, os dados concretos relativos a cada país e a cada região."[14]

Referindo-se especificamente à realidade brasileira, Topalov diz:

> "O latifúndio brasileiro não é ainda [...], com importantes exceções, uma estrutura produtiva fundamentada nas

---

(14) LENIN, V.I. - *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América:* novos dados sobre as leis de desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura. Ed. Brasil Debates, S.Paulo, 1980, p. 17.

relações de produção capitalistas. A direção centralizada da atividade agrícola - que nos autoriza a rejeitar a interpretação feudal - é compatível com o emprego dos trabalhadores que não se apóia completamente no mecanismo do mercado. Essa análise nos permite formular a hipótese de um modo de produção latifundiário, distinto do sistema capitalista desenvolvido."[15]

Topalov, caracteriza o modo de produção latifundiário, a partir do modo de produção capitalista desenvolvido:[16]

	SISTEMA FEUDAL °	SISTEMA LATIFUNDIÁRIO	SISTEMA CAPITALISTA
Fronteiras do Sistema	Setor de consumo (eventualmente setor artesanal associado). Sistema Fechado (eventualmente aberto)	Setor comercial e necessariamente setor de consumo associado. Sistema necessariamente aberto (exportador)	Setor comercial (eventualmente setor de consumo associado). Sistema necessariamente aberto (exportador)
Relações dos trabalhadores com meios de produção	Trabalhadores ligados à terra e organizando a produção	Trabalhadores ligados à terra, mas não organizando a produção (no setor comercial)	Trabalhadores "livres"
Rendas do trabalho	Sem mercado do trabalho (sem "procura"). "Rendas" em produtos	Sem mercado do trabalho (sem preço de oferta). Rendas de origem dupla: parcela de subsistência + remuneração no setor comercial	Mercado de trabalho. Renda única = salário.
Relações dos Proprietários agrícolas com os meios de produção	Propriedade da terra, mas sem atividade empresarial	Propriedade dos meios de produção e atividade empresarial no setor comercial	Propriedade dos meios de produção e atividade de empresário.
Rendas do Capital = racionalidade do Sistema	Nenhuma ação de maximização econômica	Maximização econômica da renda = maximização da produção	Maximização econômica da renda = otimização da produção.

(15) TOPALOV, Christian - *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, p. 70.

(16) Idem, ibidem, p. 71.

A respeito do uso da categoria modo de produção, concordamos com Martins que seu emprego deva ser reservado à totalidade da realidade capitalista. Mas, entendemos que existe validade na preocupação de Topalov no sentido de procurar os elementos de diferenciação significativas, possivelmente encontradas nos processos de produção e relações de trabalho,que caracterizam as grandes unidades de produção no caso do Brasil e tradicionalmente classificadas como latifúndios; diferença que se apóia nas relações de produção e que, implicam portanto, em comportamentos diferentes dos empresários na expectativa de "maximização" de seus lucros ou, se se prefere, de racionalização de suas atividades:

> "Na agricultura capitalista, [...], o empresário desenvolve uma ação consciente de maximização de sua renda (sic); com efeito, a produção se volta para a comercialização e é ele que a organiza, fixa seu volume e as condições, isto é, a quantidade de capital e de trabalho combinada no processo produtivo. Admitindo, para simplificar, que a tecnologia seja estável, o empresário capitalista fixará a produção a um nível tal que seu lucro seja o máximo, levando em conta uma taxa de salário fixa."[17]

Um aspecto que está claro em relação à produção da pecuária no Pantanal, é o seu destino. Ela está totalmente, ou melhor, fundamentalmente voltada para o mercado. Todavia, como o próprio Topalov pergunta:

> "Mas o destino mercantil da produção do latifúndio, que confere à atividade do proprietário, seu caráter capitalista, será acompanhado por estrutura produtiva igualmente capitalista?"[18]

---

(17) TOPALOV, Christian - op. cit., p. 69.

(18) Idem, ibidem, p. 68.

Poderíamos complementar a questão feita por Topalov já que, sob regime de propriedade privada do solo, a agricultura capitalista sofre as determinações da renda diferencial I, que impede a disseminação homogênea do investimento de capital na agricultura e conseqüentemente do progresso técnico, perguntando se, além de uma diminuição da intensidade da atividade[19], nas terras com condições "naturais" menos favoráveis, como é o caso do Pantanal, haveria uma tendência a uma manutenção ou reprodução de formas não capitalistas de reprodução, ou uma tendência ao retardamento do desenvolvimento de relações de produção tipicamente capitalista?

Como já dissemos, o modo de produção capitalista pode ser considerado em seu completo domínio, a partir do momento em que, capital e trabalho se confrontam, na sua reprodução.

Considerado o conjunto das áreas de criação de gado bovino no Brasil, incluindo-se inclusive a pecuária leiteira, "aparentemente" não é possível fazer uma relação linear entre o processo de desenvolvimento das forças produtivas e uma tendência ao desenvolvimento de relações mais tipicamente capitalistas.

Na verdade ainda hoje, ou num passado muito recente, apesar de uma tendência geral do desenvolvimento de formas de proletarização ou do emprego do trabalho assalariado na

---

(19) VON THÜNEN, citado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira que, aliás, desenvolve a crítica da proposição do autor do "Estado Isolado", coloca essa questão ao propor a lei do arranjo das formas de economia e exploração, segundo o grau de intensidade, posteriormente denominada "Teoria da Intensidade de THÜNEN". Ver OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de: - *Contribuição ao Estudo da Geografia Agrária:* Crítica ao "Estado Isolado de VON THÜNEN". Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP, São Paulo. 1978 - pp. 269 e sgts.

agricultura brasileira em geral, e também no caso particular da pecuária, "persistem" ou se "recriam" relações não capitalistas de produção.

Caio Prado Júnior, estudando o que ele denominou as três grandes zonas de criação existentes no princípio do século XIX[20], mostra além de distinção no sistema criatório, diferenciações também nas relações de produção, mas em que se constata a existência de relações de trabalho complexas em todas elas.

No Sertão do Nordeste, para uma fazenda de três léguas de terra em que se empregam geralmente os processos os mais "rudimentares e primitivos":

> "Mão-de-obra não falta, e não havendo escravos, bastam destes mestiços de índio, mulatos ou pretos que abundam nos sertões, e que, ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho, têm uma inclinação especial para a vida aventuresca e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda."[21]

O vaqueiro - dois ou três vaqueiros nas fazendas muito grandes - que dirige o estabelecimento, pois geralmente o grande proprietário é absentista, é um parceiro que recebe um quarto das crias de pagamento feito de cinco em cinco anos.

Além desses, o trabalho era tocado também por alguns auxiliares, localmente denominados como *fábricas*, pouco numerosos, comumente assalariados, recebendo remuneração pecuniária por mês ou ano, e auxiliando em todos os serviços. Plan-

---

(20) "Sertões do Norte, a parte meridional de Minas Gerais e as planícies do Sul, incluindo os campos gerais (Paraná), mas sobretudo o extremo sul, o Rio Grande". PRADO JR,Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. Ed. Bras. Ltda, 5ª ed., SP, 1957, p. 184.

(21) Idem, ibidem, p. 186.

tam roças de subsistência nas vazantes e comumente recebem uma vaca por mês da fazenda.

A pecuária no sul de minas, situada então em áreas mais acessíveis a mercados mais significativos: a área de mineração já então em decadência, e o Rio de Janeiro, e dispondo de condições naturais mais propícias, aproveitando comercial e industrialmente o leite, revela condições tecnológicas superiores, envolvendo tarefas mais numerosas e complexas, com a pastagem e com os animais.

Aí emprega-se o trabalho escravo:

> "[...] Efeito provável de uma sedentariedade maior das ocupações em confronto com as do Nordeste, e mais compatíveis com o trabalho africano. Efeito também do nível econômico superior da pecuária sul-mineira, o que lhe permite o emprego de mais capital.[...]"[22]

A criação de gado na chamada Campanha Gaúcha, desde os primórdios de ocupação se insere mais na Bacia do Prata e posteriormente nas lutas entre espanhóis, portugueses e jesuítas, nascida do aproveitamento dos couros do gado "caçado" que se espalhava pelas campinas, começa a firmar-se economicamente, com a possibilidade de industrialização do charque, voltado para o abastecimento do nordeste em particular.

A criação tão extensiva quanto a Nordestina, somente produzia frutos melhores, dadas as condições mais favoráveis de suas pastagens. Até o início das charqueadas, última década do século XVIII, o gado era semi-selvagem. Atividade extensiva por excelência, os serviços eram de pequena monta, não havendo serviços permanentes, para um pessoal numeroso:

---

(22) PRADO JR., Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, op. cit., p. 196.

um capataz, alguns peões, raramente escravos, em regra índios ou mestiços assalariados (que recebem também animais), empregando-os no período de maior trabalho peões extraordinários:

> "[...] que se recrutam na numerosa população volante, que circula pela campanha, oferecendo seu serviço em todo lugar, participando do *chimarrão e do churrasco* aqui para ir pousar acolá, sempre em movimento e não se fixando nunca."[23]

Na verdade, o desenvolvimento das charqueadas tornou rentável o uso do escravo, sobretudo no trabalho nos saladeiros como também nas estâncias[24].

Acrescente-se para completar as relações de trabalho, que a própria lavoura de subsistência não está ausente, sendo praticada nas *quintas* e *cercados* das estâncias, mas que tenderia a desaparecer ao longo de todo o século XIX, quando se acentua o binômio *rodeio-charqueada* como alicerce do sistema produtivo[25].

Assim, como não estava ausente a figura do agregado

> "[...] que morava de graça nos domínios do fazendeiro, ajudando-o periodicamente e desfrutando dos pastos abertos para a sua própria criação em pequena escala."[26].

A nosso ver, de maneira mais condizente com as condições de relativo isolamento, que caracterizam a Campanha Gaúcha, ainda durante boa parte do século XIX, Paulo Xavier define com mais rigor, a estrutura produtiva da estância, ao mos-

---

(23) PRADO JR., Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, op. cit., p. 203.

(24) COSTA FRANCO, Sérgio - *A Campanha Rio-Grandense* in *Rio Grande do Sul Terra e Povo*. Ed. Globo, Porto Alegre, 1964 - pp.(45-54)- p. 48.

(25) Idem, ibidem, p. 49.

(26) Idem, ibidem, p. 51.

trar que nela se combinavam uma economia natural e uma economia mercantil. A primeira, apoiada no trabalho escravo, que se encarrega dos cultivos, dos trabalhos domésticos e da indústria caseira; a segunda, o criatório à base do trabalho livre[27].

No Pantanal, cuja ocupação sistemática e estável pela pecuária, é posterior à guerra do Paraguai, portanto das últimas décadas do século XIX, afora o trabalho escravo, por razões evidentes, dada a época, estão presentes relações de trabalho semelhantes a outras áreas de criação bastante extensiva no Brasil, e que acabamos de caracterizar para o início do século XIX.

Por essa época, o fazendeiro residia na fazenda. Sob sua vigilância trabalhavam os vaqueiros e os peões ("camaradas"), que tinham participação na produção e direito de utilização das pastagens, cultivavam roças, e muitos ainda dispunham de seus próprios instrumentos de trabalho. Além desses trabalhadores, havia ainda a figura do agregado que, residindo na fazenda, tinha direito à utilização de terra para sua subsistência, devendo ao proprietário por isso, prestação de serviços. O abastecimento dessa população, era feito ainda a-

---

(27) "Em torno da sede da estância articulam-se os escravos repartidos pela lavoura e pelas lides domésticas. Os primeiros plantam e elaboram a riqueza necessária ao consumo. Os segundos, aplicados num artesanato doméstico, gerido diretamente pela senhora da estância, produzem sabão, queijos, linguíças, conservas, tecidos, rendas, etc... O trabalhador livre - o agregado e o peão - é empregado no trabalho rural sob a supervisão direta do estancieiro ou do seu capataz. O campeiro, com sua família, ocupa trechos da terra, neles constrói o seu rancho, planta e colhe produtos para o seu próprio consumo. O gozo desses benefícios será jungido à sua fidelidade ao dono da terra. Alguns capatazes ou agregados mais capazes e úteis recebem animais - terneiros - por ocasião das marcações, como prêmio aos seus préstimos e interesse demonstrados pelo E." Xavier, Paulo - "A Estância do Rio Grande do Sul" in *Rio Grande do Sul Terra e Povo*. Ed.Globo, P.Alegre, 1964 (55-67) p. 58.

través do cultivo de uma agricultura de subsistência.

Uma ampliação diferenciada do mercado nacional e internacional, uma aproximação também diferenciada das áreas de produção, em relação a esses mercados, e o desenvolvimento da indústria frigorífica, são elementos que permitem não só a expansão da pecuária no Brasil, mas também a transformação de sua base produtiva, a especialização, conseqüentemente, a divisão social, territorial e técnica do trabalho e processos conseqüentes e não lineares na definição cada vez mais de relações de produção capitalistas.

São processos gerais de conhecimento de todos, que poderiam ser sintetizados na relação industrialização-urbanização do país, divisão técnica e territorial do trabalho, que em termos de pecuária, implicou num processo crescente de divisão de trabalho, pecuária de leite e pecuária de corte e dentro desta, áreas de engorda, recria e de cria, mas que implicou também em transformações mais ou menos significativas no sistema de criação: processo de melhoria genética do efetivo, difusão dos pastos plantados e do emprego de forrageiras, difusão das cercas, vacinação, etc.

Acrescente-se a isso as possibilidades diferenciadas da combinação técnica, ou da simples justaposição entre a pecuária e a agricultura, como um elemento a mais no processo de diferenciação nos processos de produção e relações de trabalho, dentro da pecuária.

Deixando um pouco de lado as considerações que interessariam mais especificamente a pecuária leiteira, efetivamente aquela que se caracteriza por formas mais intensivas de criação, mas também cujo estudo se torna mais complexo, pela existência de pequenos criadores, e considerando mais de per-

to a pecuária de corte, à luz dos trabalhos que nos foi possível analisar, tentaremos resumidamente, traçar as transformações por que passaram as relações de trabalho e os processos de produção do país.

No Nordeste processou-se uma divisão territorial do trabalho, em conseqüência da maior ou menor proximidade dos mercados, da maior ou menor valorização de outras formas de uso da terra e das condições naturais.

Enquanto no Sertão se mantém até hoje, uma criação de gado de corte ultra-extensiva, em extensas propriedades, criação a que se associa com freqüência a cultura do algodão arbóreo, e de forma mais generalizada ainda, lavouras de subsistência praticadas na vazante; no Agreste, desenvolveu-se uma pecuária melhorada de leite e/ou de corte, abrangendo no último caso, a cria e/ou a engorda do gado magro, proveniente do Sertão Nordestino ou do cerrado do centro-norte de minas, com freqüência associada às culturas comerciais do algodão, do sisal e as roças de subsistência, com comercialização de excedentes do milho, da mandioca, do feijão, etc., se bem que, constata-se nitidamente uma expansão das áreas de pastagens, inclusive em detrimento de cultivos como o do café, do algodão, da mandioca.

O surgimento dessa pecuária melhorada, que estende-se desde o Agreste Norte Rio-Grandense, até o Agreste Sul-Baiano, penetrando o planalto da Conquista e a região de Montes-Claros, relaciona-se com a ampliação dos mercados urbanos, representados, particularmente pelas grandes cidades litorâneas, sobretudo Salvador e Recife. A pecuária de leite, localiza-se nas áreas menos secas e mais próximas desses grandes centros, e a pecuária de corte, em áreas mais afastadas e com

freqüência menos úmidas. Ocuparam o Agreste, porque de um lado, boa parte das terras mais próximas a esses grandes centros, com exceção do Estado de Sergipe, é monopolizada pela agro-indústria da cana, enquanto que o Sertão, além de mais distante, possui de maneira geral condições naturais, que tornariam muito mais oneroso o melhoramento da pecuária, o que não corresponde ainda à expressão do mercado regional e às condições de concorrência de outras áreas produtoras do país.

Na verdade, com o monopólio da cana-de-açúcar na zona da Mata e com as condições naturais do Sertão, relaciona-se também à antiga utilização do Agreste para produção de produtos comerciais da lavoura, voltadas para o mercado nacional ou internacional (algodão, sisal) e, particularmente para os mercados urbanos regionais, em boa parte produzidos em grandes fazendas de gado, ainda hoje sob relações de parceria, e com aproveitamento de restos dos campos de cultivo pelos animais.

A criação de gado no Agreste, é feita em fazendas bem menos extensas e com padrões superiores às do Sertão, ainda que não possa ser considerado um criatório intensivo. Apesar da difusão do cultivo da palma forrageira, e do cultivo de pastos, submete-se às condições naturais caracterizadas por secas prolongadas que ainda tornam freqüente a utilização da transumância, levando-se o gado para as pastagens mais "umidas" da serra.

A melhoria da qualidade do gado ocorrida no Agreste, revela-se no processo de difusão do gado zebu, no caso da pecuária de corte e o gado de origem holandesa na pecuária de leite; no cultivo de plantas que servem de alimentos para o gado nas épocas mais secas, a partir das décadas de 40 e 50, as

capineiras e a palma forrageira, e mais recentemente, na difusão do plantio de pastagens que se generalizou rapidamente.

O plantio das palmas mobiliza grande número de trabalhadores, mas sem grande dispêndio de capitais e com apropriação de rendas, pois esses trabalhadores, são "moradores" agregados, que recebem as áreas já desmatadas, sob responsabilidade dos proprietários, prontas para o cultivo; incumbem de plantar as palmas e manter limpo o palmal. Podem cultivar para si, entre as fileiras da palma, como culturas intercaladas o milho, a fava, o feijão e o algodão. Enquanto a palma não dá corte - e para o seu desenvolvimento precisa somente de duas ou três limpas anuais -, o agricultor-morador cuida dela e de suas culturas sem qualquer emprego de capital por parte do proprietário. Quando atinge o ponto de corte e já faz sombra, impedindo o desenvolvimento de outras culturas, o agricultor retira-se, deixando o palmal ao proprietário. A partir daí, este limita-se a pagar diária a assalariados que uma vez por ano cortam o mato que cresce no palmal[28].

Vêm-se ampliando as áreas de pastos plantados no Agreste, em detrimento daquelas da vegetação da caatinga, hoje raramente encontradas na região, e pela diminuição de pastos constituídos pelas capoeiras de caatinga e por gramíneas nativas, embora as pastagens naturais ainda se mantenham em amplas áreas. A presença de pastagens cultivadas no Agreste, corresponde a um estágio mais avançado e mais recente do desenvolvimento da atividade pastoril e de um criatório mais intensivo:

---

(28) ANDRADE, Manuel Correia de - *A Terra e o Homem no Nordeste*. Ed. Brasiliense, 2ª ed., S.Paulo, 1964, pp. 163-164.

"Verdade que a fundação de pastagens em si não representa necessariamente uma aplicação de capitais, por parte do proprietário, na estrutura das unidades produtoras, pois o preparo do terreno e o plantio do capim correspondem a uma obrigação dos pequenos agricultores que utilizam terras alheias para suas lavouras [...] mesmo assim, o criatório realizado mediante o uso de pastos plantados realiza-se predominantemente em unidades produtoras onde o fator capital - participa mais amplamente - Participação que se exprime, com grande variação, nas cercas divisórias, nos estábulos, nas máquinas forrageiras, nas capineiras de corte, nos reprodutores, nas matrizes assim como em insumos diversos destinados a enriquecer a alimentação e a defender a saúde dos animais."[29]

Uma das características do Agreste sempre foi, segundo Lacerda, uma certa integração entre a lavoura e a pecuária. Porém, mais recentemente, vem ocorrendo uma mudança neste quadro a favor da pecuária, mudança que se manifesta também na sua estrutura sócio-econômica.

No Agreste Pernambucano:

"[...] O expansionismo pecuário começou a ocorrer de modo mais intenso na primeira metade dos anos sessenta, com o declínio da lavoura cafeeira e a conseqüente substituição de cafezais por pastagens plantadas [...]. A mudança no caso, acarretava um impacto [...] sócio-econômico pois se tratava da substituição de uma lavoura de cultura arbórea e altamente empregadora de mão-de-obra por uma ocupação do solo por pastos plantados e pelo gado, realizado com baixo emprego de força de trabalho."[30]

E a competição de outras áreas produtoras (do Sudes

---

(29) MELO, Mário Lacerda de - *Os Agrestes* - estudo dos espaços nordestinos do Sistema Gado-Policultura de Uso de Recursos - SUDENE, Série Estudos Regionais nº 4, Recife, 1980, p. 211.

(30) Idem, ibidem , pp. 213-214.

te e Centro-Oeste), o problema dos preços e mais as condições do solo quanto à queda da produtividade, faz com que o algodão também ceda espaço à pecuária em todo o Agreste.

Também o difundido cultivo da mandioca recua face à expansão do gado e das pastagens cultivadas, inclusive, o que é reforçado por seu longo ciclo.

Enfim, a expansão do mercado regional consumidor de produtos da pecuária, o problema dos preços e a concorrência de outras áreas sofridas pelos cultivos, tornaram a bovinocultura mais interessante que a lavoura, aos grandes proprietários de terra, em particular.

Não há no Agreste uma massa muito grande de trabalhadores assalariados. A maior parte da força de trabalho é constituída por pequenos agricultores proprietários, que trabalham em suas terras, com a mão-de-obra familiar; agricultores sem terra que trabalham nas propriedades de criação.E quanto aos assalariados, só o encontramos esporadicamente e em pequeno número para determinados tipos de trabalho nas fazendas, sendo muitas vezes os pequenos agricultores com ou sem terra, que nos períodos de entressafra, costumam trabalhar nas fazendas como assalariados.

Encontramos também nessa área, os arrendatários, que são geralmente pequenos proprietários, que trabalham parcelas de terras da fazenda, tomadas em arrendamento.

Estas relações manifestam-se pois, freqüentemente de maneira complexa. E, como diz Lacerda:

> "[...] Na fazenda, [...] onde o dono da terra é dono também do criatório e a atividade de lavoura é exercida por pequenos agricultores usuários mas não proprietários de terra, haveria de nascer e evoluir todo um sistema de

> relações entre lavoura e pecuária, ou seja, entre o agricultor e o fazendeiro."[31]

É o caso da parceria, com vantagens para o dono da terra, pois implica em acréscimo de "seu ganho", quase sempre sem emprego de capital e trabalho, em preparo de terras destinadas à ampliação e manutenção de suas pastagens:

> "[...] a rigor, [...] o regime de parceria realiza, direta ou indiretamente, uma transferência, em favor do dono da terra, de uma parte elevada da renda gerada pelo agricultor. É esse, dentro de um tipo de relação pré-capitalista, o preço da compatibilidade, propiciada pela parceria, entre os dois tipos de atividades ou entre as duas categorias de produtores."[32]

Essa relação ocorre pois, condicionada ao interesse do grande proprietário, que de um modo geral, por razões já mencionadas, está mais voltado à expansão pastoril.

Uma transformação que vem se manifestando nesse sentido, é a do proprietário substituir na cessão de terras, a forma de pagamento, preferindo não receber mais parte da produção, substituindo os contratos de parceria por arrendamento, onde o pagamento passa a ser uma quantia pré-fixada em dinheiro, mediante pagamento antecipado. Outra mudança subseqüente que vem ocorrendo na forma de pagamento, é a substituição do valor do arrendamento pelo trabalho empregado pelo agricultor, para que a terra seja devolvida ao proprietário, cultivada com pastagem ou com palma forrageira:

> "[...] mediante esse regime, o fazendeiro passou a ampliar suas áreas de pastagens plantadas, sem as despesas de plantio. O crescimento de sua estrutura de produção à

---

(31) MELO, Mário Lacerda de - op. cit., p. 230.

(32) Idem, ibidem, p. 231.

> custa do trabalho do agricultor passou a ser a sua grán de vantagem, o que corresponde a uma fase de expansão pastoril exacerbado."[33]

O trato direto do gado exige pouca gente. O vaqueiro, hoje um empregado assalariado no trato do gado, diferencia-se do vaqueiro de tempos anteriores, ou como os do Sertão, que ainda hoje percorrem as caatingas à procura de reses mais ariscas. Hoje, o animal já é criado em pastos cercados, de menores extensões, que vêm ao curral com freqüência; é manso e facilmente manejado. Hoje, o vaqueiro, além do trato do gado, administra ou ajuda o proprietário na administração e faz pequenos serviços.

Desapareceu no Agreste, o sistema da "quarta", pelo qual o vaqueiro recebia um quarto dos bezerros nascidos[34]. Com a melhoria dos plantéis, com a introdução do zebu, o holandes e o schuwytz, o gado foi muito valorizado, o que elevaria consideravelmente a remuneração do vaqueiro, além do mais, as condições de criação tornaram o gado mais dócil.

Assim, o pagamento em moeda, substituindo a "quarta", de uso ainda encontrado no Sertão, segundo Manuel Correia de Andrade, onde domina o gado crioulo ou pé duro,

> "não representa uma melhoria para o vaqueiro, mas uma inferiorização sobre a remuneração anterior, pois proletariza e impede que, como ocorria no passado, ele tenha a oportunidade de tornar-se fazendeiro."[35]

Além dos vaqueiros, há nas fazendas alguns "moradores de condição", agregados que trabalham na limpa dos cerca-

---

(33) MELO, Mário Lacerda de - op. cit., p. 231.
(34) ANDRADE, Manuel Correia de - op. cit., p. 164.
(35) Idem, ibidem, pp. 164-165.

dos e currais, arraçoamento de animais e em outros trabalhos suplementares, tendo como obrigação dar ao proprietário três ou quatro dias de serviços semanais, enquanto que nos demais, dedicando-se à cultura do algodão e cereais, numa área de 1 a 2 hectares cedida pelo fazendeiro. Recebem uma remuneração em dinheiro baixíssima pelos "dias de sujeição" e uma remuneração mais alta nos demais dias quando trabalham para a fazenda.

Constata-se assim, à luz dos elementos que pudemos dispor, que o progresso técnico, ainda que modesto, quando comparados às áreas de pecuária intensiva do globo e mesmo de outras partes do Sudeste, ocorrido na pecuária agrestina em expansão, repercutiu sobre as relações de trabalho. Assim, há de fato uma tendência ao maior emprego de trabalho assalariado, o que se constata de forma significativa na transformação do vaqueiro capataz, outrora um parceiro, em vaqueiro-administrador assalariado. Emprega-se também o trabalho assalariado temporário mas, nesse caso com freqüência ainda, fazendeiros se utilizam de moradores "de condição". Ademais, persistem e são reproduzidas como funcionais formas de parceria, inclusive num dos aspectos mais significativos e atual da melhoria da criação, ou seja, o cultivo da palma forrageira e das gramíneas, se bem que, Mário Lacerda de Melo já constata recentemente, a ampliação de formas de arrendamento mas, um arrendamento que muitas vezes pode ser considerado tipicamente capitalista, na medida em que, o produtor se vê obrigado a fornecer ao proprietário da fazenda uma renda sob forma de pastagem plantada.

Lacerda de Melo refere-se a um forte processo de proletarização no Agreste, mas é preciso que se esclareça que ele relaciona-se, de um lado, com a própria expansão da criação sobre os cultivos que expulsa parte dos parceiros e agregados e,

de outro lado, o que também não está alheio à expansão da pecuária, à expropriação de minifundiários. Mas, em decorrência da própria forma como o gado é criado, trata-se de uma proletarização que envolve êxodo, muito mais do que uma generalização do trabalho assalariado livre na região.

No Sertão, mais afastado dos grandes centros consumidores regionais, com condições naturais mais desfavoráveis, ainda hoje predomina a criação ultra-extensiva (10 ha por boi, 3 a 6 ha nas áreas melhores) muito poucas transformações técnicas e mesmo nas relações de produção, relativamente ao quadro que, anteriormente, com a ajuda de Caio Prado Júnior, já traçamos:

> "A pecuária é hoje, como foi no passado, a grande riqueza do Sertão, apresentando-se ora como atividade econômica quase exclusiva, ora em *sui generis* associação com o algodão. As fazendas quase sempre sediadas à margem ou nas proximidades dos grandes rios, estendem-se por léguas pelo interior das caatingas [...]"[36]

O sistema de criação sofreu poucas modificações,com exceção de algumas regiões mais favoráveis (Cariris Velhos da Paraíba, Sertão Baixo de Pernambuco e o Sertão Alagoano). Nas demais áreas, predomina a pecuária "ultra-extensiva", com gado pouco melhorado (introdução pouco difundida de reprodutores zebus), criado à solta em campo aberto e submetido aos rigores de secas que podem durar anos, ou pelo menos de secas anuais prolongadas, o que generaliza o uso da transumância, - que o gado outrora fazia naturalmente - deslocando-se os animais em direção às serras, onde permanecem por 5 ou 6 meses, com vida quase selvagem. Criatório que, produzindo animais de pe-

---

(36) ANDRADE, Manuel Correia de - op. cit. p. 194.

queno porte e peso, só chegam à fase do abate aos 6 anos[37]..

Os fazendeiros vivem geralmente nas cidades e a fazenda é administrada pelo vaqueiro, que é a figura central do trabalhador numa fazenda. Este, cuida do rebanho, administra a propriedade e dá ordens aos trabalhadores e agregados na ausência do proprietário:

> "[...] A sua remuneração às vezes é feita pela 'quartiação', isto é, o vaqueiro recebe um quarto de bezerros, potros e cabritos nascidos na fazenda, sendo a partilha feita pela sorte, aproveitando um dia em que o proprietário esteja na fazenda. Quando este é mais liberal, conserva essa forma tradicional de pagamento em toda a sua plenitude, permitindo que os animais do vaqueiro sejam criados ao lado dos seus, como se fossem animais 'da fazenda'. Outros, porém, achando que os animais crescem mais 'com a vista do dono' e que ele, ao contrário do vaqueiro, está ausente a maior parte do tempo, temendo que nas ocasiões da seca os seus animais sejam relegados em benefício dos do empregado, exigem, então que o vaqueiro lhes venda os animais que a ele couberam, logo após a partilha. Tiram, assim, a possibilidade de um dia o vaqueiro vir a ser também fazendeiro, ter um rebanho próprio. Com a introdução de touros da espécie zebu, de origem indiana, melhorando os padrões do gado, e a valorização da carne sempre em ascenção, os fazendeiros estão preferindo abandonar o sistema tradicional e passam a pagar aos vaqueiros um salário semanal que raramente alcança os níveis do salário mínimo [...]"[38]

Além dos vaqueiros há na fazenda trabalhadores, que recebem seu salário em dinheiro, como os carreiros que, com a abertura de novas estradas e a intensificação da utilização do caminhão, com a diminuição da utilização do carro de boi, tendem a desaparecer, assim como os tangedores que acompanham as

---

(37) ANDRADE, Manuel Correia - op. cit., p. 194.

(38) Idem, ibidem, pp. 196-197.

boiadas a pé.

Quando nas fazendas existem áreas de melhores solos, os proprietários costumam permitir que seus moradores façam suas roças, e também se desenvolve aí a cultura do algodão mocó, plantado de três em três ou de quatro em quatro anos, associado ao feijão e ao milho.

"[...A cultura do algodão desenvolve-se associada à pecuária, quando os próprios animais "aparam" o algodão, fazendo que com as primeiras chuvas ele "rebente" viçoso[39].

O regime de parceria é preferido ao do arrendamento. Destaca-se a "meia", e mesmo a "terça" e até mesmo a quarta.

No Sertão encontra-se ainda hoje, também a sujeição:

> "[...] Por ela os *foreiros* se obrigam a dar ao dono da terra um dia semanal de trabalho gratuito: o famoso 'cambão' [...]. Ela é uma obrigação pessoal, o que leva em certas regiões ao costume de não se permitir que o foreiro pague a outro para que ele execute a tarefa, tendo de prestá-la pessoalmente, como uma homenagem ao proprietário [...]."[40]

Não há dúvida que pelo papel que tem o vaqueiro no desenvolvimento das atividades de criação e a difusão do seu emprego como assalariado, revela uma tendência ao surgimento de relações mais tipicamente capitalistas, mas se esta transformação tem a ver com o desenvolvimento de forças produtivas, é muito mais pelas facilidades de comunicação e acesso, e conseqüentemente de maior controle por parte do proprietário que mora na cidade do que no passado, do que a progressos técnicos significativos no processo de produção.

---

(39) ANDRADE, Manuel Correia de - op. cit., p. 203.
(40) Idem, ibidem, p. 203.

Transformações que passamos a verificar em algumas regiões brasileiras, como o Nordeste e o Pantanal Mato-Grossense, somente neste século, a Campanha Gaúcha já as vivia no século passado. Na verdade a Campanha continua a ter vínculos significativos de natureza econômica, sociais e políticas com importante área de criação de gado da Bacia do Prata, em particular com o Uruguai e a sofrer reflexos disso de forma retardada no tempo[41].

Após 1870, a pecuária na Campanha Gaúcha ganhou impulsos com a introdução de cercas divisórias, favorecendo a melhoria dos rebanhos, com a importação de reprodutores Durham e Hereford, simplificando as tarefas campeiras, reduzindo ainda o número de empregados necessários. Já nesta época havia uma tendência ao desaparecimento do agregado.

É também da segunda metade do século passado, a implantação das estradas de ferro, que vêm impulsionar o desenvolvimento da pecuária da Campanha.

Nova valorização da pecuária se processa na campanha com a introdução no Estado dos frigoríficos estrangeiros em 1914-1918, e o mercado de exportação de carne, que incentivaram a seleção de rebanhos, visando um maior rendimento.

Na Campanha Gaúcha, toda ela servida por estrada de ferro e com os frigoríficos penetrando o interior, e em que as áreas mais distantes dos portos ou mercados consumidores não ultrapassam 800 quilômetros, não se verificou na criação de gado de corte, a necessidade de uma divisão técnica inter-regio

---

(41) NEVES, Gervásio Rodrigo - *Fronteira Gaúcha* (fronteira do Brasil com o Uruguai), 1976 - Dissertação para a obtenção do título de Livre Docente em Geografia, p. 67.

nal do trabalho, entre áreas de cria, e áreas de engorda, cria e recria como está tendendo a ocorrer no nordeste e como já se definiu de longa data no "Brasil Central Pecuário", ainda que como em São Paulo, Sul de Minas, etc. se verifique especializações locais, geralmente relacionadas com as proporções dos investimentos, o que em pecuária bovina, corresponde freqüentemente à dimensão das propriedades.

A campanha, caracteriza-se por amplas áreas de pastagens, como uma atividade que apresentou grande desenvolvimento tanto quantitativo como qualitativo, com a presença de raças européias.

A atividade desenvolve em estabelecimentos de grande extensão, basicamente em pastagens naturais.

Ainda assim, dada a qualidade natural de seus campos como pastagem, a Campanha Gaúcha, mesmo em relação às demais áreas do sul do país, apresenta condições favoráveis.

É uma pecuária extensiva, onde a rotação de pastos é pouca adotada e onde se pratica a queima anual dos pastos, costumam-se separar os pastos para a engorda dos animais, que se destinam aos frigoríficos, embora estes dêm preferência ao gado magro, para engordá-los em suas próprias invernadas.

Nas últimas décadas, o monopólio da criação de gado na Campanha Gaúcha - criação à qual, a partir do século passado, sobretudo no atual acrescentou-se o gado ovino - foi rompido por uma significativa expansão de culturas comerciais: orizicultura, triticultura e a sôji cultura, em moldes nitidamente capitalistas, altamente mecanizadas, em unidades de exploração arrendadas por empresários, geralmente urbanos aos fazendeiros de gado, atividades essas, que praticamente se justapõem à criação do gado, com a qual não mantém nenhuma rela-

ção técnica significativa[42].

Segundo Paulo Xavier, já na segunda metade do séc. XIX, o desenvolvimento do comércio e da urbanização começavam não apenas a provocar transformações técnicas como também nas relações de trabalho que passariam a destruir o que ele denominou de estância como já nos referimos e a colocar em seu lugar a fazenda de gado:

> "Tornava-se, assim, a estância cada vez mais uma colmeia de trabalho voltada para a economia mercantil, e desaparecia a economia natural pelo desligamento progressivo da família, transferida para os centros urbanos. Reduzida a participação da mão-de-obra nesta economia, e não constituindo ela mercado vantajoso, até mesmo os mascates e caixeiros-viajantes deixariam de freqüentar os núcleos rurais. Ao mesmo tempo, portanto, que a economia mercantil se desenvolvia, a fazenda tornava-se uma tapera que acentuava nos trabalhadores remanescentes o interesse pela vida urbana.
> Jamais se reconsolidaria a comunidade-estância. A estância tornava-se fazenda."[43]

> "[...] afinal a economia natural fora totalmente substituída pela economia mercantil; o escravo seria logo libertado e o peão ou agregado não poderiam manter com a nova família urbana as primitivas relações de dependência servil."[44]

Apesar destas afirmações de Xavier, sobre o desaparecimento de relações de trabalho não assalariados, já desde o final do século passado, encontramos evidências da manutenção delas em bibliografia relativamente recente[45].

---

(42) NEVES, Gervásio Rodrigo - op. cit., p. 234.

(43) XAVIER, Paulo - op. cit., p. 63.

(44) Idem, ibidem, pp. 65-66.

(45) PAIVA, Ruy Miller, SCHATTAN, Salomão, FREITAS, Claus F. Trench de - Setor Agrícola do Brasil - Comportamento Econômico. Problemas e Possibilidades. Ed. Forense Universitária e EDUSP - Rio de Janeiro. São Paulo. 1976.

Segundo ela os proprietários das fazendas de gado, geralmente as exploram diretamente, embora sejam absenteístas, ou empregam um administrador ou capataz, que é um assalariado mensal, podendo ter ou não participação nos rendimentos sob forma de espécie, para dirigí-la na sua ausência.

Empregam-se também os peões ou vaqueiros, que são hoje trabalhadores assalariados, que tratam do gado ou de tudo que a ele se refere, além de outros empregados, podendo dispor de pequenos lotes de terra para a produção de subsistência.

Geralmente, o número de empregados é reduzido,já que a criação de gado sendo desenvolvida extensivamente, demanda relativamente pouca força de trabalho.

Também pesquisadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ainda constataram no final da década de 50 na região de São Gabriel, a remuneração do vaqueiro não apenas sob forma assalariada:

> "[...] freqüentemente essas grandes propriedades para melhor possibilidade de administração e trabalho dividem-se em 'postos', cada um sob a responsabilidade de um capataz que conta com a ajuda de um par de peões. De modo geral, diante do caráter cada vez mais absenteísta dos proprietários, o capataz funciona como verdadeiro administrador, pelo que recebe uma percentagem nos lucros da venda do gado bovino e uma parte dos 'burregos' (carneiros novos), além do direito à casa, carne, leite e às vezes de manter pequena lavoura de subsistência, chamada 'horta'. Os peões, empregados fixos usam uma habitação coletiva, o 'galpão' e sua remuneração é feita à base de salários fixos (...), tendo também direito ao fornecimento, pelo patrão, de carne."[46]

---

(46) Associação dos Geógrafos Brasileiros- XIII Assembléia Geral - (Santa Maria - julho de 1958): *A Região de São Gabriel* - Relatório apresentado por Nice Lecocq Müller, orientadora das pesquisas de campo. Avulso nº 4 - São Paulo, Brasil, 1962 - pp. 32-34.

Cumpre todavia lembrar que, trabalhos mais recentes como o de Gervásio Rodrigo Neves ou o de Raymond Pébayle não se referem à persistência de remuneração em produto na Campanha Gaúcha[47].

Enquanto o nordeste, a Campanha Gaúcha, o sul de Minas Gerais, já se apresentavam como importantes produtores de gado nos fins do século XVIII e início do XIX, Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, norte do Paraná e São Paulo, entrariam, com exceção do sul de Minas, no cenário brasileiro com sua importância pecuária, somente a partir do século XIX e começo do XX, ainda que os primórdios dessa atividade pecuária, sua fase de desbravamento e ocupação de território, devam também ser buscados no século XVIII quando, acompanhando a mineração do ouro, chegou o criatório às próprias bordas setentrionais do Pantanal Mato-Grossense, nas proximidades de Cuiabá, de onde no final do século XVIII já provinham boiadas em direção à Uberaba no Triângulo Mineiro[48].

No processo de definição desta macro-área de criação-industrialização-consumo-exportação de carne, se configuraria uma divisão território desde logo esboçada em que, as áreas mais distantes situadas a mais de 1.200/1.400 quilômetros de distância, no Mato Grosso e Goiás definir-se-iam como centros produtores de gado magro, de uma forma ultra-extensiva. Enquanto que em áreas menos remotas servidas, de início pe

---

(47) Referimo-nos ao trabalho "A vida Rural na Campanha Rio-Grandense, publicado originalmente nos Les Cahiers d'Outre mer - nº 80 - 20me Anie. e transcrito com tradução de Olga Bucque de Lima no Boletim Geográfico 207 - IBGE, pp. 18-32.

(48) CORREIA FILHO, Virgilio - *Pantanais Matogrossenses: Devassamento e Ovupação*. IBGE, Rio de Janeiro, 1946, pp.-101 e sgts.

la rede ferroviária herdada da marcha do café, e, depois da Segunda Guerra Mundial, por uma densa rede de estradas asfaltadas particularmente no Estado de São Paulo formar-se-ia uma vasta área de cria, recria e engorda de gado (as invernadas). Área que se estendeu a partir do Triângulo Mineiro e do norte de São Paulo (região de Barretos) para a Alta Araraquarense, Noroeste, e Alta Sorocabana numa primeira fase, numa segunda fase mais recente, ampliou-se essa área em direção ao "Mato Grosso de Goiás", ao sul do Estado de Mato Grosso (área de Dourados, Campo Grande) e ao norte do Paraná, à medida que melhoram as estradas de rodagem em particular; que penetram o interior, inclusive para fora do Estado de São Paulo os frigoríficos[49], e à medida que na retaguarda a elevação dos preços das terras em São Paulo reforçada na década de 70, pela política creditícia do Governo Federal que, no Estado de São Paulo, favoreceu intensamente a tecnificação da Agricultura, pela política de produção de alcoól, etc. forçando ao mesmo tempo, uma utilização mais intensiva de terras de pastagens, e o deslocamento para elas de culturas, em particular, da cana de açúcar[50].

---

(49) Sobre o significado econômico, social e político deste processo, que respondeu ao mesmo tempo aos conflitos de interesses entre criadores e invernistas, e a agro-indústria frigorífica estrangeira e pequenos comerciantes de carne dos grandes centros e estas mesmas empresas, ver MAMIGONIAN, Armen - op. cit. e PAIXÃO, Antonio Luiz e PRAtes Antonio Augusto Pereira "Mercado: organização de interesse e Burocracia Pública. O caso do setor Pecuário no Brasil in *Dados* - Revista de Ciências Sociais, R.Janeiro, Vol. 24, nº 1, 1981 - pp. 85-105.

(50) OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de - *Agricultura e Indústria no Brasil*, 3º Encontro Nacional de Geografia Agrária, Rio de Janeiro, 1980. pp. 21 e sgts e ver também BRAY, Silvio Carlos - *A Cultura da Cana-de-Açúcar no Vale do Paranapanema*. Tese de Doutorado - Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1980.

Estimulada fortemente,pelo mercado europeu, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que se instalam na cidade de São Paulo e em Barretos, os primeiros frigoríficos, mas a partir daí, sobretudo pela forte expansão do mercado interno regional, representada acima de tudo pela cidade de São Paulo e também Rio de Janeiro, esta área passa por um grande desenvolvimento dos rebanhos e um desenvolvimento maior ainda das áreas de pastagens - na medida em que, ainda hoje se trata essencialmente de uma pecuária extensiva -. Pastagens dominantemente cultivadas em substituição a cafezais decadentes e outras lavouras temporárias e mesmo em substituição a vegetação original de cerradões e matas da araraquarense do Pontal do Paranapanema,etc. e dominantemente naturais nas longínquas áreas de cria do gado magro de corte.

O vigor do mercado em expansão, estimulou o desenvolvimento de uma pecuária melhorada que se reflete, além da difusão das pastagens cultivadas que ocupam hoje em todo o Estado de São Paulo boa parte das áreas das propriedades agrícolas (os pastos naturais e artificiais cobrem 51% da área total do Estado; na área especializada em pecuária de corte do Estado de São Paulo, essa porcentagem era de 71% no início da década de 70) particularmente na melhoria racial do plantel, na pecuária de corte, pela sucessiva introdução de touros de sangue indiano, principalmente o zebu, sobretudo a partir de 1930. Reprodutores cujos cruzamentos com as raças existentes no país, geraram tipos mais resistentes às doenças, com maior capacidade de aproveitamento da parca alimentação e melhores rendimentos para o corte. Aliás, dessa região, das fazendas de reprodutores de São Paulo (Região de Barretos, etc.) e do Triângulo Mineiro, expandiram-se mais ou menos intensamente, não

só por toda área de criação de corte do "Brasil Central Pecuário", como também em outras áreas de pecuária de corte do Brasil Tropical, sendo hoje inclusive exportado para áreas da América Latina e da África Tropical[51].

Convém deixar claro que nas pastagens do oeste de S. Paulo não são apenas engordados bois provenientes de Mato Grosso, Goiás ou Minas Gerais. Elas são também uma importante área de cria e recria do gado bovino. Entre 1961/64, cerca de 58% dos bovinos abatidos no Estado de São Paulo, foram criados no próprio Estado.

Apesar de em confronto com as outras áreas de pecuária de corte do país, se tratar de uma atividade tecnicamente superior, é inequívoca a relativa estagnação do progresso técnico na pecuária de corte nesta área de cria, recria e engorda desde esta fase que se inicia após 1930 e conclui-se por volta de 1960 (melhoria do plantel, difusão das pastagens artificiais).

A posição dos técnicos é inequívoca quanto ao baixo nível tecnológico:

> "Apesar de São Paulo ser considerado como um dos 'vanguardeiros' na prática de criar e engordar bovinos essa prática é primitiva, não condizendo, jamais com o progresso paulista. Pode-se dizer sem exagero, que a exploração de bovinos continua sendo uma indústria extrativa."[52]

Estudos empíricos da primeira metade da década de 70 efetuados por técnicos do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, comprovam essas afirmações:

---

(51) SANTIADO, Alberto Alves - op. cit., pp. 42 e sgts.
(52) Idem, ibidem, p. 48.

Numa escala de variação de estágio tecnológico de zero a cem constatou-se que:

> "Considerando um índice de tecnologia de até 0,25, observa-se que se tem 72% do total das propriedades nas quatro DIRAS até este índice, sendo que a de Presidente Prudente apresenta maior proporção nessa faixa, cerca de 81%. As DIRAS de São José do Rio Preto e Araçatuba vêm logo a seguir, com 69% e 67% das propriedades, respectivamente e, por último tem-se a DIRA de Bauru com 64%, a menor proporção."[53]

Pelo caráter relativamente recente do desenvolvimento da pecuária de corte no oeste de São Paulo e suas bordas, pelo caráter de pecuária melhorada e intensamente vinculada ao mercado, mesmo nas propriedades em que se pratica a cria e a recria e com muito menos razão nas propriedades especializadas em engorda, não existiram as condições econômicas para capatazes, vaqueiros, administradores, que não fossem assalariados. É uma atividade que emprega também nessas áreas pouca mão-de-obra. O pouco trabalho permanente é realizado por assalariados.

Há referências de que a formação de pastagens, particularmente de matas, como na Alta Araraquarense, se fez nas décadas de 50 e 60 sob regime de empreitadas, com direito do empreiteiro de realizar cultivos e com a obrigação de entregar os pastos plantados. Ainda na década de 60 nesta mesma região, empregava-se na reforma dos pastos os regimes de arrendamento e parceria, recebendo o parceiro produtor a terra preparada, as sementes, podendo cultivá-la durante alguns anos e

---

(53) MARTIN, Nelson Batista - *O Pluralismo Tecnológico na Pecuária de Corte no Estado de São Paulo*. In *Agricultura em São Paulo* - Boletim Técnico do IEA, e no XXVI, Tomo I, - 1979, pp.(187-215); p.198. Obs. DIRA significada Divisão Regional Agrícola.

com a obrigação de no final entregar o pasto plantado.

Em trabalho realizado no final da década de 60 e interessando à pecuária na região de Barretos, encontrou-se ainda as mesmas formas de ampliação e reforma de pastagens:

"Nas zonas onde existem matas, ou onde estas foram removidas para a instalação de pastagens, o procedimento mais comum obedece a seguinte seqüência:

- procede-se, inicialmente, a queimada das matas para, após cuida-se do destocamento e gradeamento das terras;
- o próximo passo é o plantio de lavouras, que se processa durante dois ou três anos. Reconhece-se o valor das leguminosas como elemento fertilizante dos solos e, também, que certas culturas exigem mais elementos nutrientes (o arroz por exemplo); mas o plantio de tipos de produtos é feito de acordo com as conveniências econômicas do momento. No último ano de plantio, este é feito juntamente com os capinzais. Um ano após, o gado é colocado nos pastos. Os cuidados que se seguem referem-se, especialmente, à manutenção de um número de cabeças de gado adequado às possibilidades nutritivas das pastagens. Poucos fazendeiros conseguem um controle adequado na manutenção da densidade e altura das pastagens, o que traz como conseqüência a necessidade de reforma de pastagens. Essa necessidade ocorre quando os pastos apresentam grandes touceiras e áreas onde o solo aparece desnudo de vegetação. Dependendo das condições do clima e do solo, além do problema de lotação dos pastos já mencionada, a reforma pode se processar em intervalos de 5 a 8 anos. A mesma é feita pelo próprio fazendeiro ou ainda por arrendatários ou meieiros. Em caso de arrendamento, há um prazo de três anos para o plantio de lavouras e, ao final do mesmo , entregam-se os pastos formados ao proprietário da fazenda. Pudemos constatar que é uma minoria de fazendeiros que não adota essas práticas, isto é, adoção de plantio de lavoura para reforma de pastos. São poucos os proprietários que preferem apenas revolver os

solos, permitindo, logo após, a formação direta de novos capinzais."[54]

É de se supor que ao longo da década de 70 possa ter-se difundido como aconteceu nas grandes lavouras, formas mecanizadas de reforma e plantio de pastos, assim como, em decorrência também de um processo desencadeado a partir das transformações das bases técnicas dessas grandes lavouras, é de se supor que tenha crescido relativamente, o emprego de mão-de-obra assalariada temporária, pois a expulsão dos colonos das fazendas de cultivo, acentuada pelo o Estatuto do Trabalhador Rural, criou em todo o Brasil de Sudeste um verdadeiro mercado de mão-de-obra não qualificada. Suposição essa fundamentada inclusive,na própria variação sazonal de atividade, que caracteriza o criatório extensivo.

De fato, trabalhos mais recentes a que tivemos acesso e que dizem respeito à pecuária de corte no Estado de São Paulo, realizados pelos técnicos do IEA, fornecem indicações para o final da primeira metade da década de 70, nesse sentido.

Assim na limpeza das pastagens, prática usual entre os pecuaristas da região da pecuária de corte do Estado de São Paulo (83% das empresas a realizam), a limpeza manual era empregada em 74,7%, a mecânica em 21,2% e a mecânico-manual em 11.9%. Também na prática usual de construção de aceiro de cercas para evitar a propagação do fogo (praticada por 83% das empresas) os processos manuais foram utilizados por 87,6%, os

---

(54) FARIA, Wilson de - *A Atividade Pecuária na Vida Rural e na Economia de Barretos* - USP - Instituto de Geografia - Caderno de Ciências da Terra 42, São Paulo, 1973, pp.16-17.

mecânicos por 4% e os manuais-mecânicos por 3,8%[55].

Nos últimos vinte e cinco anos começou a configurar-se uma nova área de pecuária de corte no Brasil, em decorrência da abertura das fronteiras meridionais da Amazônia à expansão da agropecuária e cujo marco inicial pode ser definido pela abertura da Belém-Brasília, mas que vai se expandir significativamente com a criação da SUDAM pós 64 e a política de incentivos para o desenvolvimento de grandes projetos agropecuários associados a ela.

Sem entrar demasiado no mérito do significado econômico da implantação dessas gigantescas áreas de pastagens, geralmente possuídas por grandes empresas do Sudeste ou estrangeiras[56] pois, não se enquadram nos limites do trabalho, apenas vamos caracterizar brevemente, à luz do material que pudemos dispor, os processos de produção e as relações de trabalho mais significativas.

Trata-se de uma pecuária extensiva, apoiada em pastos plantados, geralmente colonião sobre os solos da floresta derrubada e, apoiada em plantéis de gado de origem indiana Gir e Nelore, deslocados das áreas fornecedoras de reprodutores do

---

(55) MARTIN, Nelson Batista, VIEIRA, Cláudio Afonso, PIRES, Zuleima Alleoni - "Administração, Tecnologia, Custos e Rentabilidade na Bovino-cultura de Corte do Estado de São Paulo, 1972/73" - in Agricultura em São Paulo - Ano XXV - Tomo I e II. Instituto de Economia Agrícola.

(56) Segundo vários autores o maior significado econômico desses grandes projetos agropecuários decorre menos da produtividade do rebanho e mais do caráter de reservas de valor para especulação futura que a terra assume. MAHAR, Dennisg - *Desenvolvimento Econômico da Amazônia* uma análise de políticas governamentais. IPEA, 39, IPEA, Rio de Janeiro e também Octávio Ianni, *Ditadura e Agricultura:* o desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia - 1964-1978. Civilização Brasileira, R. Janeiro, 1979, p. 79.

Brasil Central Pecuário.

Afora, os períodos de implantação, onde o emprego da mão-de-obra é relativamente abundante, o emprego permanente nas fazendas já estabelecidas é muito pequeno: segundo O.Ianni para os projetos aprovados para Conceição do Araguáia até o fim da década de 60, que implicariam na existência de 140 mil cabeças de gado, eram estimados um total de 571 "empregos diretos"[57].

Como se trata de uma atividade em processo de implantação, como dissemos há um emprego relativamente abundante de mão-de-obra, porque essa implantação implica na derrubada das matas, implantação de estradas, plantio de capim, implantação das cercas, mas mesmo nesta fase, dadas as proporções do empreendimento e o modo como se realiza a capitalização dos mesmos, boa parte dessas atividades é realizada por meios não manuais, desde a derrubada das matas até o plantio dos pastos e a roçada dos mesmos. É uma mão-de-obra empregada particularmente sob o regime de empreitada[58], contratada através do intermediário, que também contrata o trabalhador temporário para a derrubada e limpeza de pastos.

Ainda que possam ser caracterizadas em boa parte co

---

(57) IANNI, Octávio - *A Luta pela Terra*. História Social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia, Vozes, Petrópolis, 2ª ed., 1979, p. 127.

(58) Em trabalho realizado em meados da década de 70, constatou-se que 46% da mão-de-obra era empregada sob tal regime: TARDIN, Antonio Tebaldi e outros - "Projetos Agropecuários da Amazônia: Desmatamento e Fiscalização" - Relatório - in A Amazônia Brasileira em Foco, nº 12 - Conselho Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia - (CNDDA), Rio de Janeiro, 1978, p. 37. Ver também a mesma obra, pp. 34 e sgts. dados a respeito do emprego de força manual, mecânica, etc. na formação e trato das pastagens.

mo puramente capitalistas, na medida em que possuem essas pessoas como ocupação única a venda de sua força de trabalho, expropriados que são completamente de seus meios de produção, são conhecidas as condições de trabalho a que esses trabalhadores são submetidos:

> "[...] o peão é o trabalhador braçal, que trabalha nas fainas da derrubada das matas e queima das árvores, além de outras tarefas. Em geral, o peão é migrante vindo dos estados do nordeste, de Minas Gerais ou mesmo do próprio Pará. Entre o peão e o fazendeiro esta o *gato*, ou empreiteiro de mão-de-obra, que arregimenta os trabalhadores segundo as exigências da fazenda. Quanto à forma de contrato (verbal ou não) de trabalho do peão, destacam-se duas modalidades. Uma é configurada na expressão *peão livre*, que recebe instrumentos de trabalho e alimentação do empreiteiro, acrescidos de uma paga em dinheiro. A outra define o *peão cativo*, cuja paga total é em dinheiro. Mas a situação em que esta se acha - distante de outros centros de suprimento - o obriga a aviar-se no 'barracão', isto é, no armazém, em geral de propriedade do empreiteiro ou gato."[59]

Nas áreas especializadas na criação de gado magro e nos detendo particularmente no Pantanal de Corumbá e em que de forma geral se pratica desde o início do século uma pecuária ultra-extensiva rotulada hoje por seus próprios praticantes como tradicional e rotineira, ocorreram todavia algumas alterações no processo de criação, como também nas relações de produção, diretamente ligadas a essas alterações nas bases técnicas ou com processos de outra natureza.

Dentro das condições atuais do Pantanal, como dissemos no capítulo anterior, dificilmente ocorrerão a curto pra-

---

(59) IANNI, Octávio - A Luta pela Terra, op.cit., pp. 114-115.

zo transformações muito significativas no processo de criação. A criação do gado magro, ainda é feita por um sistema muito extensivo, com pequeno investimento de capital, dependendo pois, o gado muito das condições naturais, criando-se à solta em pastagens naturais extensas e submetidas como vimos a uma forte variação anual no seu valor nutritivo, as enchentes, as secas, etc.

O Pantanal se apresenta com uma relativa estagnação tecnológica, desde a fase em que se generalizou a "zebuização" do plantel e a disseminação das cercas (já há mais de 30 anos). A salgação começa a ser introduzida ainda de maneira racionada. Outras práticas recomendáveis, como a desterneiração, mineralização e separação dos touros das vacas ficam a cargo da natureza.

De fato uma melhoria racial do plantel, e a difusão das cercas , que fizeram com que o boi antes bravio se tornasse mais dócil e mais facilmente manejado, foi a transformação mais significativa da atividade criatória do Pantanal. A extensividade da atividade é pois, ainda uma característica geral e, as transformações no sentido de intensificá-la não podem ser generalizadas, atingindo apenas algumas áreas mais próximas da estrada de ferro e a Campo Grande.

Até aproximadamente a 2ª Guerra Mundial, tanto o fazendeiro como os seus peões estavam mais ligados ao imóvel. As relações de trabalho não eram assalariadas e nem mesmo existia o diarista.

Com a melhoria relativa dos meios de transporte e comunicação, o fazendeiro faz-se mais ausente em sua propriedade, surgindo a partir de então a figura do capataz ou administrador.

Desaparecem aqueles vaqueiros com parte na produção, sendo substituídos por uma pequena quantidade de assalariados permanentes, cujas tarefas são simplificadas pelo maior controle do gado e sua mansidão, cujo pagamento pode ser feito diretamente em dinheiro ou, em espécie. Dadas as dificuldades de aquisição de mercadorias, nos distantes centros urbanos, é o capataz ou o próprio proprietário que providenciam as compras necessárias para o consumo dos trabalhadores das fazendas e, como vimos, utiliza-se freqüentemente um mecanismo de crédito (adiantamentos em relação ao valor do salário) como forma de reter na propriedade os empregados permanentes, ainda assim, os mais qualificados.

Mas, os fazendeiros, cada vez mais preferem manter em suas propriedades, o mínimo necessário de trabalhadores permanentes. Em função das leis trabalhistas - como afirmam os próprios pecuaristas -; pelas maiores facilidades de transporte e comunicação, aliada ao crescimento da população regional, que gera uma disponibilidade relativa de mão-de-obra; enfim, pela própria política de controle dos preços da carne, exercida já sistematicamente pelo Estado, difunde-se o emprego de diaristas, utilizados apenas na época de trabalhos mais intensos ou trabalhos mais específicos, como uma forma de racionalização.

Não se pode considerar pois, que a crescente tendência à utilização apenas do trabalho assalariado e, em particular, temporário, corresponda apenas ao desenvolvimento das forças produtivas no interior do processo de criação do gado, uma vez que, as transformações tecnológicas que vêm ocorrendo além de lentas, não são muito significativas.

---ooo---

Retomando para concluir as duas questões que propusemos no início desse capítulo final acreditamos ter deixado evidenciado que simplesmente o caráter estritamente comercial não é condição suficiente para que se defina a nível da produção agrícola e especificamente da pecuária de corte relações de produção puramente capitalistas.

Não há dúvida de que a intensificação do caráter comercial da atividade, sua vinculação à agro-indústria da carne, surge como uma determinação no sentido de definição de relações de produção, cada vez mais capitalistas, evidenciadas, no caso, pela generalização do desaparecimento da figura do vaqueiro - parceiro na produção, inclusive nas áreas mais distantes do mercado; e pela generalização do emprego do trabalho assalariado permanente, e mais recentemente o temporário, nas lides específicas do criatório.

Todavia, quando, particularmente ainda se combina a criação com a possibilidade de desenvolvimento de lavouras comerciais, passíveis de serem praticadas em unidades de exploração pequenas ou, com o cultivo de pastagens e aparecem relações não tipicamente capitalistas, como a parceria. E não apenas em áreas onde a existência da parceria data de muito tempo, e persistem também dada ainda a relativamente pouca capitalização da atividade de criação como no Agreste; mas também em áreas de implantação mais recente da pecuária, praticada sobre pastagem plantada, como no Estado de São Paulo, reproduzem como funcionais, relações de parceria como forma de implantação ou renovação de pastagens.

Elbio Gonzales e Maria Inês Bastos a nosso ver resumem bem essas duas situações:

"A parceria no produto principal como são os casos do sis

tema de 'quarteação' na pecuária tradicional ... é que se torna mais onerosa, quando se dispõe de capital para pagar trabalhadores assalariados, especialmente no sistema volante. Esta forma de parceria, chamada de 'real', tende a desaparecer com a presença do Capital nas mãos dos empresários agrícolas ... Além do mais, dados o processo de inflação e as condições de mercado, o pagamento do trabalho em espécie não é nada compensador. É mais lucrativo pagar um salário em dinheiro que, a cada dia, vale menos, do que entregar produtos que se valorizam. O 'Sistema de quarteação' que vigorava na pecuária tradicional, praticamente desapareceu com a penetração da empresa capitalista. Empresário algum entrega um bezerro em cada quatro 'vingados' como pagamento do trabalho, mas, sim,um salário."

"A parceria no produto secundário - em função do tipo de atividade e condições sociais de trabalho na área - pode conviver e, até certo ponto, persistir em meio a certo volume de capital porque o parceiro, antes de ser um trabalhador autônomo é fornecedor do trabalho excedente ... Nesta forma de parceria, o trabalhador, além de preparar pastagens, vigia a propriedade, produz cereais para o consumo da fazenda, presta trabalho gratuito e pode, quando necessário, trabalhar como assalariado por tarefa. Esta é a razão pela qual esta forma de parceria se expande em algumas áreas de Mato Grosso, Nordeste,etc."[60]

E, acrescentemos para o caso específico do Pantanal que essas relações não tiveram maiores possibilidades de se desenvolver dado que pelo seu acentuado distanciamento do mercado e condições naturais, não existem ainda condições econômicas para o desenvolvimento significativo de lavouras comerciais e plantio generalizado de pastagens.

---

(60) GONZALES, Elbio N. e BASTOS, Maria Inês - "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira" in *Capital e Trabalho no Campo* - HUCITEC, 2ª ed., S.P. 1979, pp. 25 a 47, ver pp. 41 e 42.

Esse distanciamento do Pantanal reduz-se progressivamente e deverá reduzir-se em futuro mais ou menos próximo, rapidamente, com a implantação dos projetos federais de "uma rede" de estradas de rodagem pelo Pantanal, bem como de um sistema progressivo de controle das enchentes periódicas.

O que virá aproximar região dos grandes centros consumidores, pressionando no sentido de transformação de suas atividades agrárias, na direção da intensificação da atividade de criação (particularmente o plantio de pastos), do desenvolvimento da lavoura (o projeto agro-industrial de Bodoquena, já afeta o Pantanal) o que poderá criar condições para definição de relações do tipo parceria por exemplo. Se bem que isso teria que implicar em migração de forças de trabalho para região e, se bem que, projetando essa fase os grandes proprietários pensam mais na falta de condições para aquisição de tratores do que na atração de correntes migratórias[61].

Relativamente à segunda questão colocada, que diz respeito à relação entre a determinação da Renda diferencial I em seus dois aspectos sobre o investimento de capital e conseqüentemente sobre o desenvolvimento mais ou menos significativo de relações de produção, acreditamos que a análise feita permite evidenciar esta relação direta entre investimento de capital, expresso particularmente em desenvolvimento da base técnica da produção agro-pecuária e o aprofundamento das relações capitalistas de produção no campo. O que aliás, é demonstrado intensamento pelos processos recentes (década 70) na agro-pecuária do Estado de São Paulo, em particular[62].

(61) BARROS NETTO, José de - op. cit., p. 134.

(62) SILVA, José Graziano da - *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, HUCITEC, São Paulo, 1981. Ver cap. III - A adequação da Força de Trabalho.

O que não implica em negar que como no caso da pecuária do Pantanal, relações mais tipicamente capitalistas tenham substituído outras, ainda que persistam além da figura de agregados, uma forma de trabalho assalariado, remunerado em espécie digamos, que é utilizada como instrumento de contingenciamento da mão-de-obra permanente mais qualificada que poderia ser assemelhada ao sistema do "barração" que contingencia a força de trabalho, de forma indiscriminada. Mesmo porque, como vimos há outras determinações - institucionais, de mercado de trabalho, etc. - atuando sobre as transformações nas relações de trabalho.



B I B L I O G R A F I A

ALVES, Gilberto Luiz - *Mato Grosso e a História: 1870 - 1929.* (Ensaio Preliminar) datilografado. S.Carlos, 1980, (inédito).

ANDRADE, Manuel Correia de - *A Terra e o Homem no Nordeste.* 2ª ed. S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1964.

ARRUDA, Hélio Palma de - *Latifúndios, Minifúndios, Módulo Rural, Reforma Agrária e Colonização.* Ministério da Agricultura, INCRA, Brasília, 1976.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - XIII Assembléia Geral (Santa Maria - julho de 1958). *A Região de São Gabriel.* Relatório apresentado por Nice Lecocq Müller, Orientadora das pesquisas de campo. Avulso nº 4.São Paulo, Brasil, 1962.

AZEVEDO, Fernando - *Um Trem Corre para o Oeste,* 2ª ed., S. P. Melhoramentos, s/d.

BRAY, Silvio Carlos - *A Cultura da Cana-de-Açúcar no Vale do Paranapanema.* Tese de Doutorado, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1980.

BARROS NETTO, José de - *A Criação Empírica de Bovinos no Pantanal da Nhecolândia.* S.P., Ed. Resenha Tributária, 1979.

CORREIA FILHO, Virgílio - *Pantanais Matogrossenses: Devassamento e Ocupação.* IBGE, Rio de Janeiro, 1946.

FARIA, Wilson de - *A Atividade Pecuária na Vida Rural e na Economia de Barretos.* USP - Instituto de Geografia - Caderno Ciências da Terra 42. São Paulo, 1973.

FRANCO, Sérgio Costa - "A Campanha Rio - Grandense" in *Rio Grande do Sul Terra e Povo.* Ed. Globo, Porto Alegre,1964.

GONZALES, Elbio N. e BASTOS, Maria Inês - "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira" in *Capital e Trabalho no Campo.* 2ª ed. HUCITEC, São Paulo, 1979.

IANNI, Octávio - *A Luta pela Terra:* História Social da Terra e da luta pela terra numa área da Amazônia, 2ª ed., Vozes, Petrópolis, 1979.

——— - *Ditadura e Agricultura:* o desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia - 1964-1978. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

IBGE - *Censo Agropecuário - Mato Grosso*. Vol.III, tomo XXII, Rio de Janeiro, 1970.

INCRA - Estatísticas Cadastrais. Recadastramento 1972. Ministério da Agricultura, Vol. I. Brasília, 1974.

LENIN, Vladimir Slich - *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos:* novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na Agricultura. Ed. Brasil Debates, São Paulo, 1980.

———— - *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia:* o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Abril Cultural, São Paulo, 1982.

LIPIETZ, Alaim - *O Capital e seu Espaço*. trad. François Maspero, Paris - (xerox), 1977.

LOPES, Juarez Rubens Brandão - *Do Latifúndio à Empresa:* unidade e diversidade do capitalismo no campo, 2ª ed., Vozes, Petrópolis, CEBRAP, S.Paulo, 1981.

MAHAR, Dennis J. - *Desenvolvimento Econômico da Amazônia:* uma análise de políticas governamentais. IPEA, 39,IPEA, Rio de Janeiro.

MAMIGONIAN, Armen - "Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário" in *Boletim Paulista de Geografia*, 51, jun. 1976, A G B. S.P.

MARTIN, Nelson Batista - "O Pluralismo Tecnológico na Pecuária de Corte no Estado de São Paulo". in *Agricultura em São Paulo*. Boletim Técnico do IEA, ano XXVI, Tomo I, 1979.

MARTIN, Nelson Batista; VIEIRA, Cláudio Afonso; PIRES, Zuleima Alleoni - "Administração, Tecnologia, Custos e Rentabilidade na Bovinocultura de Corte no Estado de São Paulo, 1972/73-" in *Agricultura em São Paulo* - ano XXV, Tomo I e II, Instituto de Economia Agrícola. São Paulo, 1978.

MARTINS, José de Souza - *"A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária"* in Encontros com a Civilização Brasileira, V.22,Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980 (199-221).

———— - *O Cativeiro da Terra*. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

MARX, Karl - *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa, Editorial Estampa, 1974.

MELO, Mário Lacerda de - *Os Agrestes:* estudo dos espaços Nordestinos do Sistema Gado. Policultura de Uso de Recursos. SUDENE, Série Estudos Regionais nº 4, Recife, 1980.

NEVES, Gervásio Rodrigo - *Fronteira Gaúcha (Fronteira do Brasil com o Uruguai).* Dissertação para obtenção do título de Livre Docente em Geografia, 1976.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de - *Agricultura e Indústria no Brasil,* 3º Encontro Nacional de Geografia Agrária, Rio de Janeiro, 1980.

——— — *Contribuição ao Estudo da Geografia Agrária:* Crítica ao "Estado Isolado de VÖN THÜNEN" - Tese de Doutorado Apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP - São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, Francisco - *Elegia para uma Re(li)gião:* SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

PAIVA, Ruy Müller; SCHATTAN, Salomão; FREITAS, Claus F.Trench de - *Setor Agrícola do Brasil:* Comportamento Econômico. Problemas e Possibilidades. Ed. Forense Universitária e EDUSP. Rio de Janeiro/São Paulo,1976.

PAIXÃO, Antonio Luiz e PRATES, Antonio Augusto Pereira - "Mercado: Organização de Interesse e Burocracia Pública. O caso do Setor Pecuário". in *Dados.* Revista de Ciências Sociais, Vol.24, nº 1,Rio de Janeiro,1981.

PÉBAYLE, Raymond - "A vida rural na Campanha Rio-Grandense" - in *Boletim Geográfico nº 207,* ano 27, IBGE,nov/dez. 1968.

PÔRTO, Bento Souza - *Análise Econômica dos Sistemas de Transporte de Bovinos de Mato Grosso para São Paulo.* Tese apresentada à EScola de Pós-Graduação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, como parte das exigências do Curso de Economia Rural, para obtenção do Grau "Magister Scientiae". Viçosa, Minas Gerais, 1969.

PRADO JR., Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo:* Colônia. 5ª ed. Ed.Brasiliense Ltda, São Paulo, 1957.

SANTIAGO, Alberto Alves - *Pecuária de Corte no Brasil Central.* Secretaria da Agricultura. Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária. S.Paulo, 1970.

SILVA, José Graziano da - *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura.* HUCITEC, São Paulo, 1981.

TARDIN, Antonio Tebaldi e Outros - "Projetos Agropecuários da Amazônia: Desmatamento e Fiscalização" - Relatório, in *A Amazônia Brasileira em Foco*, nº 12 - CNDDA,Rio de Janeiro, 1978.

TOPALOV, Christian - *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978.

TSE TUNG, Mao - "Sobre la Practica" in *Obras Escogidas*, tomo I, Ed. Fundamentos, Madrid, 1974.

VALVERDE, Orlando - "Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do Município de Corumbá" in *Revista Brasileira de Geografia* (Separata), Rio de Janeiro, 34(1) : 49-144, jan/mar. 1972.

——— – "Geografia da Pecuária no Brasil" in *Revista Portuguesa de Geografia*, Vol.II, nº 4, Lisboa, 1967.

VIEIRA, Maurício Coelho - "A Pecuária" in *Grande Região Centro-Oeste*. Vol. II, Série A, Rio de Janeiro, C N G,- 1960.

XAVIER, Paulo - "A Estância do Rio Grande do Sul" in *Rio Grande do Sul Terra e Povo*, Ed.Globo, Porto Alegre,1964.

A N E X O 1

RELAÇÃO PROVISÓRIA DE EMPRESAS LIGADAS DIRETAMENTE AO CAPITAL FINANCEIRO, QUE SE IMPLANTARAM EM MATO GROSSO ENTRE 1891 e 1929.

RAZÃO SOCIAL	ANO DE FUNDAÇÃO	SEDE SOCIAL	CAPITAL	FIM
Cie.des Produits Cibils	1895	Bruxelles	5.000.000 de Francos	Matadouro de Descalvados
Cie.des Caoutchoucs du Matto-Grosso	1898	Anvers	1.000.000 de Francos	Borracha
Societé Industrielle et Agricole au Brésil	1900	Bruxelles	3.000.000 de Francos	Matadouro de Descalvados
Albuna S.A.	1900	Bruxelles	1.350.000 de Francos	Borracha
Cie. de l'Urucum	1906	Ougrée	4.700.000 de Francos	Minerais
Societé Anonyme Gahyba	1913		1.000.000 de Francos	Diversas Atividades
Companhia Mate-Laranjeira	1891		1.500.000 Réis	Erva-mate
Laranjeira, Mendes & Cia.	1902	Buenos Aires		Erva-mate
Territorial Franco-Brasileira				Pecuária
Madeira and Mamoré Railway	1907		2.300.000 Libras	Ferrovia
Brazil Land, Cattle and Packing Co.	1911	São Paulo	1.000.000 de Dólares	Produção Agro-Pecuária
Sociedade Anonyma Fomento Argentino Sud-Americano	1905		174.120 Libras	Diversas Atividades
Sociedade Anonyma Rio Branco	1913	Montevideo	423.000 Libras	Produção e comercialização de produtos agro-pecuários
Truste del Alto Paraguai	1909		175.000 Libras	
Deambrósio, Legrand & Cia.		Montevideo		Saladeiro Miranda
Moali & Grosso Ledesma				Saladeiro Matto-Grosso
G. C. Dickinson & Cia.				Saladeiros

ANEXO 1

RAZÃO SOCIAL	ANO DE FUNDAÇÃO	SEDE SOCIAL	CAPITAL	FIM
Pinsdorf & Cia.				Saladeiro
Coxim Gold Dredging C.	190 ?			Ouro
Brumado Gold Dredging C.	190 ?		500.000 pesos-ouro	Ouro
Diamantino Gold Dredging C.	190 ?			Ouro
Cabaçal Gold Dredging and Exploration C.	1905		500.000 pesos-ouro	Ouro
Transpacific Mining and Exploration C.	190 ?			Ouro
Matto-Grosso Gold Dredging C.	1905		1.000.000 pesos-ouro	Ouro
The Brazilian Meat Company				Pecuária
The Miranda Estancia Company				Pecuária
Sud-Américaine Belge S.A.				Pecuária
The Água Limpa Syndicate				Pecuária
Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brazil	1903			Ferrovia

FONTES: ALBUM Graphico do Estado de Mato Grosso (1914); MARQUES, A. - *Matto Grosso: seus recursos naturaes, seu futuro econômico*. Rio de Janeiro, Pap. Americana, 1923; CASTRO, Ana Célia - *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar, (1979); STOLS, Eddy - O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914). *Boletin de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Amsterdam, (1975); Francisco de Aquino CORRÊA, (1919); LISBOA, Miguel Arrojado (1909); VALVERDE, Orlando, op. cit., (1972), CORRÊA FILHO, Virgilio, *Joaquim Murtinho*, Rio de Janeiro, Dept? Impr. Nacional, 1951. Compilado por ALVES, Gilberto Luiz, op. cit., pp. 38/9.

A N E X O 2

ESTATISTICAS CADASTRAIS/1

QUADROS DE Nºs 01 a 23

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 01 - Área total e distribuição das áreas aproveitáveis

Classes de áreas Total - ha Categoria de imóvel	Total de imóveis	Área total - ha -	Aproveitável - total		Explorada		Aproveitável não explorada	
			Imóveis	Área - ha	Imóveis	Área - ha	Imóveis	Área - ha
menos de 1 ha	3	1,5	3	1,5	2	0,9	2	0,6
1 a menos de 2 ha	7	9,5	7	9,5	6	7,6	2	0,9
2 a menos de 5 ha	32	105,1	32	103,1	30	82,6	11	20,5
5 a menos de 10 ha	28	178,1	28	176,1	27	147,6	8	28,5
10 a menos de 25 ha	90	1.418,5	89	1.347,3	86	1.080,o	38	267,3
25 a menos de 50 ha	33	1.190,9	33	1.109,o	31	785,2	12	323,8
50 a menos de 100 ha	63	4.030,7	63	3.742,6	59	2.850,3	23	892,3
100 a menos de 200 ha	81	9.631,6	81	8.691,7	75	7.168,4	19	1.523,3
200 a menos de 500 ha	107	33.593,4	106	29.622,5	99	25.291,7	28	4.330,8
500 a menos de 1.000 ha	109	75.126,8	109	67.977,4	106	59.401,8	32	8.575,6
1.000 a menos de 2.000 ha	150	212.221,6	150	196.879,3	143	178.078,o	40	18.801,3
2.000 a menos de 5.000 ha	290	861.296,3	290	800.666,3	275	716.304,1	79	84.362,2
5.000 a menos de 10.000 ha	127	913.666,7	127	837.689,2	126	790.121,7	31	47.567,5
10.000 a menos de 20.000 ha	109	1.562.260,1	109	1.377.685,8	109	1.344.915,8	15	32.770,o
20.000 a menos de 50.000 ha	48	1.504.025,5	48	1.291.746,8	48	1.283.309,6	6	8.437,2
50.000 a menos de 100.000 ha	2	118.321,5	2	108.321,5	2	108.321,5	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	296	15.111,2	295	12.668,9	284	11.478,7	93	1.190,2
Empresa Rural	185	1.055.276,1	185	920.721,9	185	908.518,1	23	12.203,8
Latifúndio por exploração	797	4.184.504,5	796	3.750.192,8	754	3.555.684,o	230	194.508,8
Latifúndio por dimensão	1	42.186,o	1	42.186,o	1	42.186,o	-	-
Inconsistentes	65	447.993,5	58	184.100,5	56	143.368,8	20	40.731,7
TOTAL GERAL	1.344	5.745.071,3	1.335	4.909.870,1	1.280	4.661.235,6	366	248.731,5

FONTE:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais
Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento 1972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 02 - Distribuição das Áreas Inexploradas

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Inexplorada total		Aproveitável não explorada		Inaproveitável		Florestal ou Reserva legal	
	Imóveis	Área -ha	Imóveis	Área - ha	Imóveis	Área - ha	Imóveis	Área - ha
menos de 1 ha	2	0,6	2	0,6	-	-	-	-
1 a menos de 2 ha	2	1,9	2	1,9	-	-	-	-
2 a menos de 5 ha	13	22,5	11	20,5	4	2,o	-	-
5 a menos de 10 ha	8	30,5	8	28,5	1	2,o	--	-
10 a menos de 25 ha	45	338,5	38	267,3	19	65,2	2	6,o
25 a menos de 50 ha	22	405,7	12	323,8	12	76,9	1	5,o
50 a menos de 100 ha	39	1.180,4	23	892,3	21	253,1	2	35,o
100 a menos de 200 ha	52	2.463,2	19	1.523,3	39	691,9	4	248,o
200 a menos de 500 ha	79	8.301,7	28	4.330,8	60	3.189,3	5	781,o
500 a menos de 1.000 ha	78	15.725,o	32	8.575,6	64	6.647,4	3	502,o
1.000 a menos de 2.000 ha	91	34.143,6	40	18.801,3	70	13.249,3	6	2.093,o
2.000 a menos de 5.000 ha	183	144.992,2	79	84.362,2	132	49.947,9	18	10.682,1
5.000 a menos de 10.000 ha	81	123.545,o	31	47.567,5	69	67.707,5	9	8.270,o
10.000 a menos de 20.000 ha	74	217.344,3	15	32.770,o	72	169.009,9	12	15.564,4
20.000 a menos de 50.000 ha	36	220.715,9	6	8.437,o	35	184.837,7	6	27.441,o
50.000 a menos de 100.000 ha	1	10.000,o	-	-	1	10.000,o	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	156	3.632,5	93	1.190,2	87	2.286,3	8	156,o
Empresa Rural	114	146.758,o	23	12.203,8	104	116.951,2	20	17.603,o
Latifúndio por exploração	536	628.820,5	230	194.508,8	408	386.442,6	40	47.869,1
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	-	-	-	-
Inconsistentes	48	104.935,9	20	40.731,7	34	61.644,2	3	2.560,o
TOTAL GERAL	854	884.146,9	360	248.634,5	633	567.324,3	71	68.188,1

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

. QUADRO 03 - Distribuição das Áreas com Culturas

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Á rea com cultura - total		Hortigranjeira		Permanente		Temporárias	
	Imóveis	Área - ha -	Imóveis	Área -ha-	Imóveis	Área - ha -	Imóveis	Área - ha -
menos de 1 ha	1	0,5	-	-	-	-	1	0,5
1 a menos de 2 ha	5	5,8	1	1,o	4	4,1	1	0,7
2 a menos de 5 ha	17	36,2	-	-	9	10,7	14	25,5
5 a menos de 10 ha	17	55,1	4	8,o	7	9,5	14	37,6
10 a menos de 25 ha	47	227,8	4	4,o	34	83,5	44	140,3
25 a menos de 50 ha	16	100,5	1	1,5	11	34,o	14	65,o
50 a menos de 100 ha	22	228,4	5	4,5	16	127,4	20	96,5
100 a menos de 200 ha	15	185,o	1	2,o	7	32,5	15	150,5
200 a menos de 500 ha	29	985,o	2	6,o	16	353,o	23	626,o
500 a menos de 1.000 ha	26	1.556,5	1	1,o	16	269,o	22	1.286,5
1.000 a menos de 2.000 ha	34	799,o	3	2,5	17	287,9	24	508,6
2.000 a menos de 5.000 ha	67	2.368,o	2	2,o	34	474,7	53	1.891,7
5.000 a menos de 10.000 ha	31	350,3	1	1,o	23	163,o	26	186,3
10.000 a menos de 20.000 ha	36	2.729,2	6	6,o	31	54,6	35	2.668,6
20.000 a menos de 50.000 ha	20	139,4	3	3,5	19	33,2	16	102,7
50.000 a menos de 100.000 ha	1	5,o	-	-	-	-	1	5,o
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	125	523,3	13	17,o	78	178,2	107	328,1
Empresa Rural	67	764,5	5	5,5	43	297,3	58	461,7
Latifúndio por exploração	192	8.484,3	16	20,5	123	1.461,6	158	7.002,2
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	-	-	-	-
Inconsistentes	18	1.692,6	3	14,o	14	1.048,5	13	630,1
TOTAL GERAL	402	11.464,7	37	57,o	258	2.985,6	336	8.422,1

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 04 - Distribuição das Áreasd de Pecuária e Áreas com Extração Vegetal e/ou Florestal

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Áreas de Pecuária						Áreas com extração vegetal e/ou flor.	
	Total		Pastagens		Pastoreio temporário			
	Imóveis	Área - Ha -	Imóveis	Área - ha -	Imóveis	Área - ha -	Imóveis	Área - ha -
menos de 1 ha	1	0,4	-	-	1	0,4	-	-
1 a menos de 2 ha	2	1,8	-	-	2	1,8	-	-
2 a menos de 5 ha	16	46,4	13	34,9	4	11,5	-	-
5 a menos de 10 ha	19	92,5	13	39,5	11	53,o	-	-
10 a menos de 25 ha	72	834,2	62	630,o	28	204,2	2	18,o
25 a menos de 50 ha	27	658,7	22	384,3	17	274,4	2	26,o
50 a menos de 100 ha	53	2.517,1	46	1.733,9	27	783,2	3	104,8
100 a menos de 200 ha	73	6.900,4	64	5.240,4	37	1.660,o	4	83,o
200 a menos de 500 ha	95	23.706,7	88	17.217,9	57	6.488,8	4	600,o
500 a menos de 1.000 ha	103	56.885,3	82	36.426,5	74	20.458,8	3	960,o
1.000 a menos de 2.000 ha	142	176.379,o	115	107.649,4	96	68.729,6	2	900,o
2.000 a menos de 5.000 ha	275	705.205,7	210	392.895,1	199	312.310,6	14	8.730,o
5.000 a menos de 10.000 ha	126	782.632,6	105	421.895,7	96	360.736,9	6	7.138,8
10.000 a menos de 20.000 ha	109	1.337.270,6	100	798.323,o	92	538.947,6	4	4.916,o
20.000 a menos de 50.000 ha	48	1.282.170,2	44	730.417,5	44	551.752,7	1	1.000,o
50.000 a menos de 100.000 ha	2	108.316,5	2	50.124,o	2	58.192,5	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	234	10.663,6	185	5.321,1	125	5.342,5	9	291,8
Empresa Rural	185	903.903,1	110	219.815,8	167	684.087,3	10	3.850,5
Latifúndio por exploração	743	3.526.865,4	670	2.295.689,2	495	1.231.176,2	26	20.334,3
Latifúndio por dimensão	1	42.186,o	1	42.186,o	-	-	-	-
Inconsistentes	53	139.657,o	51	86.428,2	33	53.229,o	2	2.019,o
TOTAL GERAL	1.216	4.623.275,3	1.017	2.649.440,3	820	1.973.835,o	47	26.495,6

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais
Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento 1972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÀ

QUADRO 05 - Imóveis Rurais com Áreas sob Regime de Parceria

Classes de Áreas - total - ha - Categoria de Imóvel	Imóveis com Pareceria				Número de Parceiros		
	Nº	Área total- ha	Área explorada - ha	Área sob parc.-ha	Total	C/contrato escr.	C/contr. verb.
Menos de 1 ha	-	-	-	-	-	-	-
1 a menos de 2 ha	-	-	-	-	-	-	-
2 a menos de 5 ha	-	-	-	-	-	-	-
5 a menos de 10 ha	-	-	-	-	-	-	-
10 a menos de 25 ha	-	-	-	-	-	-	-
25 a menos de 50 ha	-	-	-	-	-	-	-
50 a menos de 100 ha	-	-	-	-	-	-	-
100 a menos de 200 ha	-	-	-	-	-	-	-
200 a menos de 500 ha	-	-	-	-	-	-	-
500 a menos de 1.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
1.000 a menos de 2.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
2.000 a menos de 5.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
5.000 a menos de 10.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
10.000 a menos de 20.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
20.000 a menos de 50.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
50.000 a menos de 100.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
100.000 e mais ::::.....	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio -	-	-	-	-	-	-	-
Latifúndio por exploração	-	-	-	-	-	-	-
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Rural	-	-	-	-	-	-	-
Inconsistentes	8	36.552,7	18.360,7	7.200,o	10	3	7
TOTAL GERAL	8	36.552,7	18.360,7	7.200,o	10	3	7

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais.
Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento 1972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 06 - Imóveis Rurais com áreas sob regime de Arrendamento

Classes de área total - ha / Categoria de Imóvel	Imóveis com arrendamento				Número de arrendatários		
	Nº	Área total - ha	Área explorada - ha -	Área sob arrendamento -ha-	Total	Com contrato escrito	Com contrato verbal
menos de 1 ha	-	-	-	-	-	-	-
1 a menos de 2 ha	-	-	-	-	-	-	-
2 a menos de 5 ha	-	-	-	-	-	-	-
5 a menos de 10 ha	-	-	-	-	-	-	-
10 a menos de 25 ha	-	-	-	-	-	-	-
25 a menos de 50 ha	-	-	-	-	-	-	-
50 a menos de 100 ha	-	-	-	-	-	-	-
100 a menos de 200 ha	-	-	-	-	-	-	-
200 a menos de 500 ha	-	-	-	-	-	-	-
500 a menos de 1.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
1.000 a menos de 2.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
2.000 a menos de 5.000 ha	6	24.188,7	20.937,4	22.447,2	6	6	-
5.000 a menos de 10.000 ha	3	21.428,5	20.228,5	21.428,5	4	4	-
10.000 a menos de 20.000 ha	6	68.306,o	62.695,o	68.306,o	6	5	1
20.000 a menos de 50.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
50.000 a menos de 100.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Rural	1	406,o	3.416,o	4.066,o	1	1	-
Latifúndio por exploração	14	109.857,2	100.444,9	108.115,7	15	14	1
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	-	-	-
Inconsistentes	21	110.928,4	97.038,5	109.103,5	3	3	-
TOTAL GERAL	36	224.851,6	200.899,4	221.285,2	19	18	1

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais
Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento 1972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 07 - Mão de Obra nos Imóveis Rurais sem Assalariados Permanentes

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Imóveis sem Assalariados Permanentes		dependentes do proprietário trabalhando	Nº máximo de assalariados temporários	Parceiros	Arrendatários
	Nº	Área total - ha -				
menos de 1 ha	3	1,5	-	-	-	-
1 a menos de 2 ha	6	8,5	-	1	-	-
2 a menos de 5 ha	26	82,8	11	1	2	-
5 a menos de 10 ha	25	159,1	18	17	-	-
10 a menos de 25 ha	63	1.013,8	94	28	-	-
25 a menos de 50 ha	24	875,9	32	16	-	-
50 a menos de 100 ha	40	2.590,6	52	10	-	-
100 a menos de 200 ha	65	7.650,7	53	42	-	-
200 a menos de 500 ha	78	24.478,6	116	74	-	-
500 a menos de 1.000 ha	67	44.235,2	72	26	-	-
1.000 a menos de 2.000 ha	67	88.259,6	101	87	-	-
2.000 a menos de 5.000 ha	89	236.118,5	115	89	1	-
5.000 a menos de 10.000 ha	15	103.501,0	11	67	3	-
10.000 a menos de 20.000 ha	8	100.528,5	3	25	-	-
20.000 a menos de 50.000 ha	1	47.668,0	-	60	-	-
50.000 a menos de 100.000 ha	-	-	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	221	11.556,1	237	99	2	-
Empresa Rural	37	134.284,3	53	191	-	-
Latifúndio por exploração	319	511.331,9	388	253	-	4
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	-	-
Inconsistentes	29	69.490,4	25	8	-	1
TOTAL GERAL	606	726.662,7	703	551	2	5

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais
Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento 1972

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 08 = Mão de Obra nos Imóveis Rurais com Assalariados Permanentes

Classes de Área total - ha / Categoria de Imóvel	Imóveis com assalariados permanentes		Mão de obra permanente		Nº máximo de assalariados incl. tempor.	Parceiros	Arrendatários
	Nº	Área total -ha-	Total de as-sal.P.	Depend. do prop trabalh.			
menos de 1 ha	-	-	-	-	-	-	-
1 A menos de 2 ha	1	1,o	1	-	1	-	-
2 a menos de 5 ha	4	15,3	5	-	8	-	-
5 a menos de 10 ha	1	9,o	1	1	2	-	-
10 a menos de 25 ha	23	352,7	50	8	82	-	-
25 a menos de 50 ha	9	315,o	13	3	31	-	-
50 a menos de 100 ha	20	1.231,1	36	8	77	-	-
100 a menos de 200 ha	13	1.624,9	17	4	36	-	-
200 a menos de 500 ha	19	5.782,7	41	1	96	-	-
500 a menos de 1.000 ha	33	23.930,7	73	6	185	-	-
1.000 a menos de 2.000 ha	70	105.493,5	207	40	460	-	-
2.000 a menos de 5.000 ha	176	546.014,4	592	87	1396	-	6
5.000 a menos de 10.000 ha	104	761.317,6	508	54	1224	2	1
10.000 a menos de 20.000 ha	96	1.389.145,8	760	42	1427	-	6
20.000 a menos de 50.000 ha	43	1.306.118,8	572	12	868	-	-
50.000 a menos de 100.000 ha	2	118.321,5	16	4	33	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	62	2.606,1	109	20	210	-	-
Empresa Rural	137	877.988,5	655	59	1341	-	2
Latifúndio por exploração	414	3.336.893,4	2099	191	4346	2	11
Latifúndio por dimensão	1	42.186,o	29	-	29	-	-
Inconsistentes	124	758.762,1	552	76	764	6	1
TOTAL GERAL	738	5.018.436,1	3444	346	6690	8	14

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais
Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento 1972

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 09 - Ocupação Humana nos Imóveis Rurais

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Total de Imóveis	Área - ha			Casas de Moradia	Residentes nos Imóveis		
		Total	Aproveitável	Explorada		Famílias	Pessoas	Dependentes do proprietário
Menos de 1 ha	3	1,5	1,5	0,9	1	-	-	-
1 a menos de 2 ha	7	9,5	9,5	7,6	5	5	23	9
2 a menos de 5 ha	31	102,4	100,4	81,9	22	17	91	43
5 a menos de 10 ha	28	178,1	176,1	147,6	20	20	102	73
10 a menos de 25 ha	87	1.370,5	1.299,3	1.032,0	90	64	356	188
25 a menos de 50 ha	32	1.158,9	1.079,0	755,2	35	23	150	78
50 a menos de 100 ha	61	3.901,7	3.613,6	2.721,3	72	53	263	122
100 a menos de 200 ha	79	9.415,1	8.519,7	6.996,4	90	87	352	188
200 a menos de 500 ha	105	32.655,4	28.752,5	24.421,7	157	103	527	242
500 a menos de 1.000 ha	103	70.981,6	64.133,2	56.150,6	168	113	530	192
1.000 a menos de 2.000 ha	145	204.824,6	189.691,3	171.933,0	333	228	1.089	304
2.000 a menos de 5.000 ha	288	856.296,3	796.296,3	711.934,1	707	503	2.441	410
5.000 a menos de 10.000 ha	126	905.379,4	829.401,9	781.834,4	435	313	1.558	112
10.000 a menos de 20.000 ha	108	1.544.038,3	1.363.104,8	1.330.334,8	598	441	2.298	89
20.000 a menos de 50.000 ha	48	1.504.025,5	1.291.746,8	1.283.309,6	461	332	1.785	24
50.000 a menos de 100.000 ha	2	118.321,5	108.321,5	108.321,5	18	8	53	4
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	287	14.683,0	12.287,2	11.099,0	305	229	1.206	630
Empresa Rural	183	1.036.591,3	905.695,9	893.492,1	664	481	2.379	230
Latifúndio por exploração	782	4.159.200,0	3.726.078,3	3.533.205,5	2.218	1.600	8.033	1.218
Latifúndio por dimensão	1	42.186,0	42.186,0	42.186,0	25	-	-	-
Inconsistentes	91	492.429,0	223.622,7	181.253,0	274	199	828	202
TOTAL GERAL	1.344	5.745.089,3	4.909.870,1	4.661.235,6	3.486	2.509	12.446	2.280

Fonte: INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1972.

QUADRO 10 - Ocupação Humana nos Imóveis com Declaração de Áreas Exploradas

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Imóveis	Área - ha			Casas de Moradia	Residentes nos imóveis		
		Total	Aproveitável	Explorada		Família	Pessoas	Dependent.do propr.
Menos de 1	2	1,o	1,o	0,9	-	-	-	-
1 a menos de 2	6	8,5	8,5	7,6	4	4	17	9
2 a menos de 5	29	96,9	95,4	81,9	21	17	90	43
5 a menos de 10	27	173,1	171,1	147,6	20	20	102	73
10 a menos de 25	83	1.301,7	1.245,5	1.032,o	90	64	356	188
25 a menos de 50	30	1.085,5	1.005,6	755,2	35	23	150	78
50 a menos de 100	57	3.611,1	3.323,o	2.721,3	71	52	253	122
100 a menos de 200	73	8.600,9	7.715,5	6.996,4	90	87	352	188
200 a menos de 500	97	30.326,3	26.993,9	24.421,7	156	103	527	242
500 a menos de 1.000	100	68.811,6	61.963,2	56.150,6	167	111	524	192
1.000 a menos de 2.000	138	195.127,1	181.893,1	171.933,o	332	227	1.083	304
2.000 a menos de 5.000	273	823.726,3	764.926,3	711.934,1	703	500	2.418	410
5.000 a menos de 10.000	125	897.717,4	821.739,9	781.834,4	435	313	1.558	112
10.000 a menos de 20.000	108	1.544.038,3	1.363.104,8	1.330.334,8	598	441	2.298	89
20.000 a menos de 50.000	48	1.504.025,5	1.291.746,8	1.283.309,6	461	332	1.785	24
50.000 a menos de 100.000	2	118.321,5	108.321,5	108.321,5	18	8	53	4
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	275	14.478,8	12.098,5	11.099,o	301	227	1.189	630
Latifúndio por exploração	739	4.103.716,6	3.674.274,7	3.533.205,5	2.211	1.594	7.798	1.218
Latifúndio por dimensão	1	42.186,o	42.186,o	42.186,o	25	-	-	-
Empresa Rural	183	1.036.591,3	905.695,9	893.492,1	664	481	2.379	230
Inconsistentes	82	436.249,1	221.673,o	181.253,o	246	175	715	198
TOTAL GERAL	1.280	5.633.221,8	4.855.928,1	4.661.235,6	3.447	2.477	12.281	2.276

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais.
Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 11 - Ocupação Humana nos Imóveis Rurais sem Declaração de Áreas Exploradas

Classes de Áreas total - ha - Categoria de Imóvel	Imóveis	Área - ha		Casas de moradia	Residentes nos Imóveis		
		Total	Aproveitável		Famílias	Pessoas	Dependentes do Proprietário
Menos de 1 ha	1	0,5	0,5	1	-	-	-
1 à menos de 2 ha	1	1,0	1,0	1	1	6	-
2 a menos de 5 ha	2	5,5	5,0	1	-	1	-
5 a menos de 10 ha	1	5,0	5,0	-	-	-	-
10 a menos de 25 ha	4	68,8	53,8	-	-	-	-
25 a menos de 50 ha	2	73,4	73,4	-	-	-	-
50 a menos de 100 ha	4	290,6	290,6	1	1	10	-
100 a menos de 200 ha	6	814,2	804,2	-	-	-	-
200 a menos de 500 ha	8	2.329,1	1.758,6	1	-	-	-
500 a menos de 1.000 ha	3	2.170,0	2.170,0	1	2	6	-
1.000 a menos de 2.000 ha	7	9.697,5	7.798,2	1	1	6	-
2.000 a menos de 5.000 ha	15	32.570,0	31.370,0	4	3	23	-
5.000 a menos de 10.000 ha	1	7.662,0	7.662,0	-	-	-	-
10.000 a menos de 20.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
20.000 a menos de 50.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
50.000 a menos de 100.000 ha	-	-	-	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	12	204,2	188,7	4	2	17	-
Empresa Rural	-	-	-	-	-	-	-
Latifúndio por exploração	43	55.483,4	51.803,6	7	6	35	-
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	-	-	-
Inconsistentes	9	56.179,9	1.949,7	28	24	113	4
TOTAL GERAL	64	111.867,5	53.942,0	39	32	165	4

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 12 - Valores da Produção dos Imóveis segundo o Destino da Produção

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Imóveis com declaração de valor da produção			Destino da produção			
	Nº	Área explorada - ha	Valor total da produção Cr$1.000	Perd., cons. e/ou estocada		Vendida	
				Imóv.	Produção Cr$1.000	Imóv.	Produção Cr$1.000
Menos de 1	1	0,4	1	1	1	-	-
1 a menos de 2	2	1,5	1	1	1	1	-
2 a menos de 5	5	16,8	4	3	1	3	3
5 a menos de 10	11	61,5	35	8	13	9	22
10 a menos de 25	23	312,0	105	16	38	20	67
25 a menos de 50	4	105,0	24	4	9	4	15
50 a menos de 100	16	629,4	110	8	15	14	95
100 a menos de 200	15	1.408,4	76	12	15	13	61
200 a menos de 500	20	4.988,7	332	16	117	14	215
500 a menos de 1.000	18	11.485,4	201	16	74	14	127
1.000 a menos de 2.000	41	50.817,1	1.971	36	491	35	1.480
2.000 a menos de 5.000	77	213.167,7	10.695	64	4.788	67	5.907
5.000 a menos de 10.000	47	306.167,7	9.385	33	2.315	40	7.070
10.000 a menos de 20.000	51	641.481,8	16.805	42	5.300	49	11.505
20.000 a menos de 50.000	24	661.095,4	16.295	13	1.800	23	14.495
50.000 a menos de 100.000	2	108.321,5	923	2	191	1	732
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	68	2.547,1	312	46	105	53	207
Empresa Rural	88	460.129,7	25.356	76	9.424	74	15.932
Latifúndio por exploração	200	1.495.197,5	30.722	153	5.645	179	25.077
Latifúndio por dimensão	1	42.186,0	575	-	-	1	575
Inconsistentes	378	1.926.656,3	34.748	278	14.908	166	19.840
TOTAL GERAL	735	3.926.716,6	91.713	553	30.082	473	61631

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1.972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 13 - Valores da Produção dos Imóveis Rurais Segundo a Forma de Exploração

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Forma de Exploração							
	Direta pelo Proprietário		Em Pareceria			Em Arrendamento		
	Imóveis	Produção Cr$1.000	Imóveis	Áreas - ha -	Produção Cr$1.000	Imóveis	Áreas - ha -	Produção Cr$1.000
Menos de 1	1	1	-	-	-	-	-	-
1 a menos de 2	2	1	-	-	-	-	-	-
2 a menos de 5	5	4	-	-	-	-	-	-
5 a menos de 10	11	35	-	-	-	-	-	-
10 a menos de 25	23	105	-	-	-	-	-	-
25 a menos de 50	4	24	-	-	-	-	-	-
50 a menos de 100	16	110	-	-	-	-	-	-
100 a menos de 200	14	74	-	-	-	1	-	2
200 a menos de 500	20	332	-	-	-	-	-	-
500 a menos de 1.000	18	201	-	-	-	-	-	-
1.000 a menos de 2.000	41	1.971	-	-	-	-	-	-
2.000 a menos de 5.000	75	10.102	-	-	-	3	5.666,0	593
5.000 a menos de 10.000	45	8.981	-	-	-	2	13.552,9	404
10.000 a menos de 20.000	49	16.258	-	-	-	2	21.217,5	547
20.000 a menos de 50.000	24	16.295	-	-	-	-	-	-
50.000 a menos de 100.000	2	923	-	-	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	67	310	-	-	-	1	-	2
Empresa Rural	86	24.817	-	-	-	2	4.066,0	539
Latifúndio por exploração	196	29.716	-	-	-	5	36.370,4	1.006
Latifúndio por dimensão	1	575	-	-	-	-	-	-
Inconsistentes	327	35.196	1	-	60	23	135.730,5	1.098
TOTAL GERAL	677	90.614	1	-	60	31	176.166,9	2.645

Fonte:
INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1.972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 14 - Valor dos Imóveis Rurais

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Total de Imóveis	Área total - ha -	Valor total dos Imóveis Cr$1.000	Valor da terra nua Cr$1.000	Área de florestas nativas		Total dos bens incorporados	
					Imóv.	Valor Cr$1.000	Imóveis	Valor Cr$1.000
Menos de 1	3	1,5	4	3	-	-	2	1
1 a menos de 2	7	9,5	41	8	-	-	4	33
2 a menos de 5	32	105,1	269	42	2	4	29	223
5 a menos de 10	28	178,1	291	30	-	-	25	261
10 a menos de 25	90	1.418,5	2.811	506	5	15	85	2.290
25 a menos de 50	32	1.148,9	726	147	4	31	28	548
50 a menos de 100	63	4.030,7	2.270	348	4	153	60	1.769
100 a menos de 200	81	9.631,6	2.987	1.162	3	10	71	1.815
200 a menos de 500	107	33.593,4	6.554	2.157	10	525	99	3.872
500 a menos de 1.000	108	74.459,8	15.333	5.244	3	18	100	10.071
1.000 a menos de 2.000	150	212.221,6	41.801	11.785	8	911	139	29.105
2.000 a menos de 5.000	290	861.296,3	141.141	35.247	22	891	266	105.003
5.000 a menos de 10.000	127	913.666,7	145.953	34.589	19	2.863	125	108.501
10.000 a menos de 20.000	109	1.562.260,1	247.888	61.953	18	1.795	109	184.140
20.000 a menos de 50.000	48	1.504.025,5	201.008	36.904	12	1.225	48	162.879
50.000 a menos de 100.000	2	118.321,5	7.412	1.391	-	-	2	6.021
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	295	15.069,2	8.321	1.795	16	57	275	6.469
Empresa Rural	185	1.055.276,1	214.838	38.916	29	1.961	185	183.961
Latifúndio por exploração	796	4.183.837,5	591.513	160.307	65	6.422	731	424.784
Latifúndio por dimensão	1	42.186,o	1.812	498	-	-	1	1.314
Inconsistentes	67	448.702,5	82.717	18.656	3	212	57	63.849
TOTAL GERAL	1.344	5.745.071,3	899.201	210.172	113	8.652	1.249	680.377

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1.972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 15 - Valor dos Bens Incorporados aos Imóveis Rurais

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Total dos bens incorporados		Casa de Moradia e instalações recr.Propr.		Construções, instalações e melhoramentos		Equipamentos	
	Imóveis	Valor Cr$1.000	Imóveis	Valor Cr$1.000	Imóveis	Valor Cr$1.000	Imóveis	Valor Cr$1.000
Menos de 1	2	1	-	-	2	1	-	-
1 a menos de 2	4	33	4	9	2	2	1	-
2 a menos de 5	29	223	23	58	16	24	7	9
5 a menos de 10	25	261	21	48	16	38	10	26
10 a menos de 25	85	2.290	73	297	60	438	34	93
25 a menos de 50	28	548	24	78	24	162	12	18
50 a menos de 100	60	1.769	52	302	50	298	25	117
100 a menos de 200	71	1.815	63	221	61	388	17	80
200 a menos de 500	99	3.872	81	351	81	600	23	167
500 a menos de 1.000	100	10.071	86	647	92	2.381	40	524
1.000 a menos de 2.000	139	29.105	114	1.904	133	5.131	69	1.342
2.000 a menos de 5.000	266	105.003	234	5.476	256	19.350	179	4.549
5.000 a menos de 10.000	125	108.501	112	5.289	123	20.004	101	5.306
10.000 a menos de 20.000	109	184.140	102	10.030	105	32.090	94	8.082
20.000 a menos de 50.000	48	162.879	43	4.522	48	27.146	47	7.503
50.000 a menos de 100.000	2	6.021	2	306	2	1.301	2	292
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	275	6.469	230	897	207	1.172	98	309
Empresa Rural	185	183.961	173	7.739	181	28.409	148	7.791
Latifúndio por exploração	731	422.784	631	20.903	682	79.448	414	19.971
Latifúndio por dimensão	1	1.314	-	-	1	324	1	38
Inconsistentes	57	63.849	51	1.342	49	7.057	27	1.081
TOTAL GERAL	1.249	680.377	1.085	30.881	1.120	116.410	688	29.190

Fonte :

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1.972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 16 - Valor dos Bens Incorporados aos Imóveis Rurais

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Culturas Permanetes		Árvores de Florestas Plantadas		Pastagens cultivadas e/ou melhoradas		Animais	
	Imóveis	Valor Cr$1.000	Imóveis	Valor Cr$1.000	Imóveis	Valor Cr$1.000	Imóveis	Valor Cr$1.000
Menos de 1	1	-	-	-	-	-	-	-
1 a menos de 2	2	9	-	-	-	-	3	13
2 a menos de 5	4	19	4	4	4	6	11	103
5 a menos de 10	9	28	2	-	12	18	11	103
10 a menos de 25	31	98	1	1	31	131	64	1.232
25 a menos de 50	9	38	4	3	11	23	20	226
50 a menos de 100	16	148	1	1	36	150	48	753
100 a menos de 200	7	17	-	-	42	134	61	975
200 a menos de 500	14	21	2	12	60	732	82	1.989
500 a menos de 1.000	16	57	4	72	53	1.732	86	4.658
1.000 a menos de 2.000	13	65	-	-	69	4.420	115	16.243
2.000 a menos de 5.000	29	97	2	15	101	10.036	231	65.480
5.000 a menos de 10.000	19	107	3	14	64	8.479	114	69.302
10.000 a menos de 20.000	28	1.269	1	6	59	7.462	101	125.201
20.000 a menos de 50.000	17	69	1	5	24	7.938	48	115.696
50.000 a menos de 100.000	-	-	-	-	1	100	2	4.022
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	72	281	13	17	119	363	202	3.430
Empresa Rural	42	125	1	60	80	7.292	183	132.545
Latifúndio por exploração	101	1.636	11	54	368	33.705	611	269.067
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	-	-	1	952
Inconsistentes	10	18	-	-	32	18.625	49	35.726
TOTAL GERAL	225	2.060	25	131	599	59.985	1.046	441.720

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1.972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 17 - Imóveis Rurais segundo a atividade principal do proprietário declarante Pessoa Física

Classes de Área total - ha - e Categoria do Imóvel	Imóveis rurais Pessoa Física		Agricultor e Pecuarista		Extrativista		Outros	
	Nº	Área total -ha-	Imóveis	Área total -ha-	Nº	A.total -ha-	Imóv.	A.total -ha-
menos de 1 ha	2	1,0	-	-			2	1,0
1 a menos de 2 ha	7	9,5	3	3,4	-	-	4	6,1
2 a menos de 5 ha	32	105,1	19	61,3	-	-	13	43,8
5 a menos de 10 ha	28	178,1	21	130,6	-	-	7	47,5
10 a menos de 25 ha	88	1.385,5	62	947,2	-	-	26	438,3
25 a menos de 50 ha	33	1.190,9	24	851,5	-	-	9	339,4
50 a menos de 100 ha	62	3.963,4	52	3.291,0	-	-	10	672,4
100 a menos de 200 ha	79	9.331,7	64	7.630,0	-	-	15	1.701,7
200 a menos de 500 ha	105	32.993,4	89	27.926,3	-	-	16	5.067,1
500 a menos de 1.000 ha	108	74.427,4	88	60.551,2	-	-	20	13.876,2
1.000 a menos de 2.000 ha	145	205.231,0	120	170.141,5	-	-	25	35.089,5
2.000 a menos de 5.000 ha	283	840.268,9	238	714.029,4	1	2.000,0	44	124.239,5
5.000 a menos de 10.000 ha	125	895.709,7	115	824.912,6	-	-	10	70.797,1
10.000 a menos de 20.000 ha	105	1.503.214,1	90	1.301.956,9	-	-	15	201.257,2
20.000 a menos de 50.000 ha	43	1.329.630,5	42	1.302.768,5	-	-	1	26.862,0
50.000 a menos de 100.000 ha	2	118.321,5	2	118.321,5	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	290	14.710,4	219	12.561,4	-	-	71	2.149,0
Empresa Rural	183	1.041.342,1	167	951.636,2	-	-	16	89.705,9
Latifúndio por exploração	774	3.959.909,2	643	3.569.325,3	1	2.000,0	130	388.583,9
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	-	-	-	-
Inconsistentes	62	413.629,5	53	403.951,2	-	-	9	9.678,3
TOTAL GERAL	1.309	5.429.591,2	1.082	4.937.474,1	1	2.000,0	226	490.117,1

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais

Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento 1972

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 18 - Imóveis Rurais Segundo a Natureza do Proprietário Declarante

Classes de Área total -ha- / Categoria de Imóvel	Pessoa Física				Pessoa Jurídica				
	Nacional		Estrangeira		Nacional		Estrang.		
	Imóveis	Área total -ha-	Imóveis	Área total-ha	Imóveis	Área total- ha	Imóv.	Ha	A.tot.
menos de 1 ha	2	1,0	-	-	1	0,5	-	-	-
1 a menos de 2 ha	7	9,5	-	-	-	-	-	-	-
2 a menos de 5 ha	31	102,1	1	3,0	-	-	-	-	-
5 a menos de 10 ha	27	173,1	1	5,0	-	-	-	-	-
10 a menos de 25 ha	72	1.124,7	7	106,8	2	33,0	-	-	-
25 a menos de 50 ha	30	1.092,1	1	35,4	-	-	-	-	-
50 a menos de 100 ha	59	3.734,4	1	90,0	1	67,3	-	-	-
100 a menos de 200 ha	74	8.741,7	-	-	2	299,9	-	-	-
200 a menos de 500 ha	90	28.139,4	2	412,0	2	600,0	-	-	-
500 a menos de 1.000 ha	104	71.587,1	3	2.224,3	1	699,4	-	-	-
1.000 a menos de 2.000 ha	134	190.772,2	5	6.525,8	5	6.990,6	-	-	-
2.000 a menos de 5.000 ha	276	818.604,9	4	11.523,0	7	21.027,4	-	-	-
5.000 a menos de 10.000 ha	121	866.739,7	1	9.509,0	2	17.957,0	-	-	-
10.000 a menos de 20.000 ha	102	1.464.664,5	-	-	4	59.046,0	-	-	-
20.000 a menos de 50.000 ha	43	1.329.630,5	-	-	5	174.395,0	-	-	-
50.000 a menos de 100.000 ha	2	118.321,5	-	-	-	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	261	13.448,8	12	440,2	6	400,8	-	-	-
Empresa Rural	178	1.029.740,1	2	3.000,0	2	13.934,0	-	-	-
Latifúndio por exploração	735	3.860.249,5	12	26.994,1	23	224.595,3	-	-	-
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	1	42.186,0	-	-	-
Inconsistentes	60	405.277,5	1	7.525,0	3	34.364,0	-	-	-
TOTAL GERAL	1.234	5.308.715,9	27	37.959,3	35	315.480,1	-	-	-

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1.972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 19 - Imóvel Rural segundo as categorias. Lei 4.504.

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Minifúndio		Empresa Rural		Latifúndio por exploração		Latifúndio p/ dimensão	
	Imóveis	Área total - ha -	Imóveis	Área total - ha -	Imóveis	Área total - ha -	Imóveis	Área total -ha-
menos de 1 ha	3	1,5	-	-	-	-	-	-
1 a menos de 2 ha	7	9,5	-	-	-	-	-	-
2 a menos de 5 ha	32	105,1	-	-	-	-	-	-
5 a menos de 10 ha	28	178,1	-	-	-	-	-	-
10 a menos de 25 ha	90	1.418,5	-	-	-	-	-	-
25 a menos de 50 ha	33	1.190,9	-	-	-	-	-	-
50 a menos de 100 ha	52	3.216,2	1	74,o	10	740,5	-	-
100 a menos de 200 ha	39	4.314,3	4	517,o	38	4.800,3	-	-
200 a menos de 500 ha	8	2.639,o	9	3.014,o	90	27.940,4	-	-
500 a menos de 1.000 ha	4	2.038,1	15	10.203,9	90	62.884,8	-	-
1.000 a menos de 2.000 ha	-	-	28	40.512,3	122	171.709,3	-	-
2.000 a menos de 5.000 ha	-	-	65	207.938,6	225	653.357,7	-	-
5.000 a menos de 10.000 ha	-	-	34	240.565,5	93	673.101,2	-	-
10.000 a menos de 20.000 ha	-	-	23	340.310,2	86	1.221.949,9	-	-
20.000 a menos de 50.000 ha	-	-	6	212.140,6	41	1.249.698,9	1	42.186,o
50.000 a menos de 100.000 ha	-	-	-	-	2	118.321,5	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	296	15.111,2	-	-	-	-	-	-
Empresa Rural	-	-	185	1.055.276,1	-	-	-	-
Latifúndio por exploração	-	-	-	-	797	4.184.504,5	-	-
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	-	-	1	42.186,o
Inconsistentes	10	267,3	1	7.737,2	50	439.989,o	-	-
TOTAL GERAL	306	15.378,5	186	1.063.013,3	847	4.624.493,5	1	42.186,o

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais
Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento 1972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 20 - Situação Jurídica dos Imóveis Rurais

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Total de Imóveis	Imóveis de			Soma das Áreas - ha -	Áreas - ha	
		propriet.	Titul. Dir. real	Titul. de Posse		Registradas	De posse
MENos de 1	1	-	-	1	0,5	-	0,5
1 a menos de 2	2	-	-	2	2,7	-	2.7
2 a menos de 5	11	2	-	10	38,3	5,3	33,o
5 a menos de 10	8	-	-	8	49,6	-	49,6
10 a menos de 25	28	1	-	27	431,o	23,o	408,o
25 a menos de 50	10	7	2	3	344,8	251,8	93,o
50 a menos de 100	20	8	-	12	1.205,2	561,2	644,o
100 a menos de 200	27	12	-	15	3.213,9	1.688,o	1.525,9
200 a menos de 500	33	26	7	8	9.728,9	7.765,9	1.963,o
500 a menos de 1.000	44	36	2	14	29.789,5	23.640,5	6.149,o
1.000 a menos de 2.000	72	60	6	20	100.894,1	81.818,1	19.076,o
2.000 a menos de 5.000	123	89	9	39	370.666,7	281.867,o	88.799,7
5.000 a menos de 10.000	63	62	10	8	455.845,3	433.694,o	22.151,3
10.000 a menos de 20.000	60	60	9	1	860.845,7	859.359,7	1.486,o
20.000 a menos de 50.000	29	29	2	1	852.796,4	846.392,4	6.404,o
50.000 a menos de 100.000	2	2	-	1	118.321,5	114.321,5	4.000,o
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	96	24	2	73	5.531,4	2.518,6	3.012,8
Empresa Rural	83	76	4	70	498.183,5	479.310,5	18.873,o
Latifúndio por extensão	353	293	41	87	2.358.273,2	2.127.373,3	130.899,9
Latifúndio por dimensão	1	1	-	-	42.186,o	42.186,o	-
Inconsistentes	811	146	66	114	2.943.420,9	2.631.172,4	381.320,4
TOTAL GERAL	1.344	540	113	284	5.747.595,o	5.282.560,8	534.106,1

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1.972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

Quadro 21 - Situação jurídica dos imóveis rurais

Classes de Área total - ha - e Categoria de Imóvel	de proprietário e/ou titular de Direito Real		de proprietário e/ou titular do Dir. Real ou de tit. da pos.			de titular da posse	
	Imóv.	Área registr. -ha-	Imóv.	Área regist. -ha-	Área de posse-ha-	Imóv.	Área de posse-ha-
menos de 1 ha	-	-	-	-	-	1	0,5
1 a menos de 2 ha	-	-	-	-	-	2	2,7
2 a menos de 5 ha	1	3,5	1	1,8	3,0	9	30,0
5 a menos de 10 ha	-	-	-	-	-	8	49,6
10 a menos de 25 ha	1	23,0	-	-	-	27	408,0
25 a menos de 50 ha	7	251,8	-	-	-	3	93,0
50 a menos de 100 ha	8	561,2	-	-	-	12	644,0
100 a menos de 200 ha	12	1.688,0	-	-	-	15	1.525,9
200 a menos de 500 ha	25	7.600,9	2	165,0	290,0	6	1.673,0
500 a menos de 1.000 ha	30	20.373,3	6	3.267,2	1.160,1	8	4.988,9
1.000 a menos de 2.000 ha	52	73.949,4	8	7.868,7	3.727,0	12	15.349,0
2.000 a menos de 5.000 ha	84	273.223,0	5	8.644,0	6.624,0	34	82.175,7
5.000 a menos de 10.000 ha	55	393.609,7	7	40.084,3	12.642,3	1	9.509,0
10.000 a menos de 20.000 ha	59	849.330,7	1	10.029,0	1.486,0	-	-
20.000 a menos de 50.000 ha	28	823.804,9	1	22.587,5	6.404,0	-	-
50.000 a menos de 100.000 ha	1	54.321,5	1	60.000,0	4.000,0	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	23	2.516,8	1	1,8	3,0	72	3.009,8
Empresa Rural	73	471.121,3	3	8.189,2	4.090,0	7	14.783,0
Latifúndio por exploração	266	1.982.916,8	28	144.456,5	32.243,4	59	98.656,5
Latifúndio por dimensão	1	42.186,0	-	-	-	-	-
Inconsistentes	60	395.693,9	105	222.332,1	86.357,4	9	7.074,0
TOTAL GERAL	423	2.894.434,8	137	374.979,6	122.693,8	147	123.523,3

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais

Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento 1972

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 22 - Imóveis com Declaração de Efetivo Pecuário

Classes de Área - ha - Categoria de imóvel	Imóveis com Pecuária	Áreas de Pecuária - ha -	Bovinos e Búfalos		Equinos, asininos e muares	
			Imóveis	Nº de cabeças	Imóveis	Nº de cabeças
Menos de 1 ha	-	-	-	-	-	-
1 a menos de 2 ha	3	0,5	1	40	2	5
2 a menos de 5 ha	14	39,1	13	433	13	58
5 a menos de 10 ha	12	57,0	10	645	12	126
10 a menos de 25 ha	65	754,9	62	4.298	61	455
25 a menos de 50 ha	22	535,9	17	679	20	115
50 a menos de 100 ha	50	2.356,6	43	2.164	44	256
100 a menos de 200 ha	60	5.535,3	57	3.723	56	371
200 a menos de 500 ha	85	21.619,2	83	10.131	77	665
500 a menos de 1.000 ha	87	48.538,3	85	24.664	79	1.334
1.000 a menos de 2.000 ha	116	143.609,9	112	63.628	111	4.293
2.000 a menos de 5.000 ha	238	627.663,3	235	267.951	221	6.757
5.000 a menos de 10.000 ha	115	713.726,9	113	298.356	107	6.523
10.000 a menos de 20.000 ha	101	1.244.368,0	101	501.406	91	7.208
20.000a menos de 50.000 ha	48	1.282.170,2	48	462.413	45	5.691
50.000 a emnos de 100.000 ha	2	108.316,5	2	18.944	2	235
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-
Minfúndio	211	10.346,5	190	11.877	194	1.346
Empresa Rural	185	903.903,1	184	552.533	175	10.615
Latifúndio por exploração	621	3.242.856,0	607	1.079.465	571	21.831
Latifúndio por dimensão	1	42.186,0	1	15.600	1	300
Inconsistentes	49	134.328,1	47	120.225	45	1.813
TOTAL GERAL	1.067	4.333.619,7	1.029	1.779.700	986	35.905

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1. Recadastramento 1972.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

QUADRO 23 - Imóveis com Declaração de Efetivo Pecuário

Classes de Área total - ha - Categoria de Imóvel	Suinos		Ovinos		Caprinos	
	Imóveis	Nº de cabeças	Imóveis	Nº de cabeças	Imóveis	Nº de cabeças
Menos de 1 ha	-	-	-	-	-	-
1 a menos de 2 ha	-	-	1	30	-	-
2 a menos de 5 ha	5	32	3	88	6	118
5 a menos de 10 ha	4	48	-	-	6	108
10 a menos de 25 ha	24	443	21	572	22	713
25 a menos de 50 ha	3	27	4	94	6	92
50 a menos de 100 ha	11	85	5	226	4	92
100 a menos de 200 ha	13	125	13	290	13	502
200 a menos de 500 ha	18	315	14	746	17	740
500 a menos de 1.000 ha	18	310	16	1.317	12	449
1.000 a menos de 2.000 ha	30	903	29	1.580	23	1.088
2.000 a menos de 5.000 ha	65	1.561	62	4.028	46	2.304
5.000 a menos de 10.000 ha	31	1.095	40	4.931	23	2.103
10.000 a menos de 20.000 ha	35	1.236	40	4.049	11	1.120
20.000 a menos de 50.000 ha	16	629	14	2.150	6	1.018
50.000 a menos de 100.000 ha	-	-	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-	-
Minifúndio	53	675	40	1.184	52	1.403
Empresa Rural	71	1.623	71	5.966	53	3.029
Latifúndio por exploração	149	4.511	151	12.951	90	6.015
Latifúndio por dimensão	-	-	-	-	-	-
Inconsistentes	11	412	9	433	7	610
TOTAL GERAL	284	7.221	271	20.534	202	11.057

Fonte:

INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. Estatísticas Cadastrais/1 - Recadastramento 1972.